

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PARQUE NATURAL MUNICIPAL
CAIEIRA, A PARTIR DA COMUNIDADE DO BAIRRO ADHEMAR GARCIA -
JOINVILLE (SC)**

ANNA KELLY KRASSOTA
ORIENTADORA: DRA. MARILUCI NEIS CARELLI
COORIENTADORA: DRA. MARIA LUIZA SCHWARZ

JOINVILLE
2017

ANNA KELLY KRASSOTA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PARQUE NATURAL MUNICIPAL
CAIEIRA, A PARTIR DA COMUNIDADE DO BAIRRO ADHEMAR GARCIA -
JOINVILLE (SC)**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) - como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, sob orientação da Dra. Mariluci Neis Carelli e coorientação da Dra. Maria Luiza Schwarz.

JOINVILLE

2017

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Krassota, Anna Kelly

K89r As representações sociais sobre o parque natural municipal Caieira, a partir da comunidade do bairro Adhemar Garcia – Joinville (SC)/ Anna Kelly Krassota; orientadora Dra. Mariluci Neis Carelli; coorientadora: Maria Luiza Schwarz . – Joinville: UNIVILLE, 2017.

179 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade
– Universidade da Região de Joinville)

1. Espaços públicos – Joinville (SC). 2. Conservação da natureza – Mata Atlântica. 3. Representações sociais. I. Carelli, Mariluci Neis (orient.). II. Schwarz, Maria Luiza (co-orient.). III. Título.

CDD 363.68

Termo de Aprovação

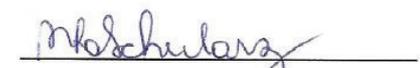
“As Representações Sociais sobre o Parque Natural Municipal Caieira, a partir da Comunidade do Bairro Adhemar Garcia - Joinville (SC)”

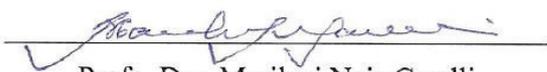
por

Anna Kelly Krassota

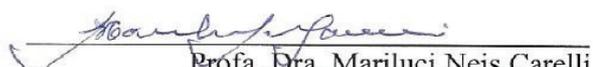
Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.

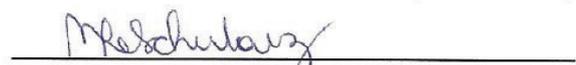

 Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli
 Orientadora (UNIVILLE)


 Prof. Dra. Maria Luiza Schwarz
 Coorientadora (UNIVILLE)


 Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli
 Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:


 Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli
 Orientadora (UNIVILLE)


 Prof. Dra. Maria Luiza Schwarz
 Coorientadora (UNIVILLE)


 Prof. Dra. Cristina Vargas Cademartori
 (UNILASALLE)


 Prof. Dra. Dione da Rocha Bandeira
 (UNIVILLE)


 Prof. Dr. Paulo Ivo Koehntopp
 (UNIVILLE)

Joinville, 20 de fevereiro de 2017.

Dedico essa dissertação aos meus pais, Antonio e Lindamir, pelo incentivo e amor.

Dedico, também aos meus parceiros de vida Rafael e Bivis, pelas alegrias diárias.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer aos meus pais Antonio e Lindamir, pela confiança e amor, importantes incentivadores dessa jornada.

Ao meu fiel companheiro Rafael, meu porto seguro, meu amor. Também ao Bivis, meu gatinho companheiro de estudos.

Faltam-me palavras para expressar a gratidão pela amizade, paciência e contribuições nessa pesquisa, das queridas Dra. Mariluci Neis Carelli e Dra. Maria Luiza Schwarz, essa dupla maravilhosa de orientação e coorientação, mulheres inspiradoras, o meu muito obrigada!

Aos colegas e professores do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, pelas experiências múltiplas e emoções compartilhadas nesses dois anos de caminhada. A turma 8 é demais, TODOS vocês. Especialmente ao Dr. Paulo Ivo Koentopp, que acompanha essa pesquisa desde a qualificação. Muito obrigada!

Agradeço a toda equipe do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville pela amizade e apoio nessa pesquisa, especialmente a Dra. Dione da Rocha Bandeira que antes de ser minha professora no Mestrado, muito me ensinou durante o estágio no MASJ e carinhosamente me apresentou à Mariluci. Muito obrigada!

Aos meus irmãos e cunhadas Cle e Anna, Eri e a Elaine, que me acompanham de perto e me ajudaram muito. Muito obrigada!

À equipe da Clona-gen, que durante o primeiro ano do mestrado me cedeu tempo para participar das reuniões do grupo de estudo e demais atividades de campo dessa pesquisa. Agradeço especialmente aos “manoeis” Manoela Miranda e Manuel Warkentin.

Agradeço também à professora Dra. Cristina Vargas Cademartori pelas sugestões e apontamentos que contribuíram para esta dissertação. Muito obrigada!

Aos demais familiares e amigos que entenderam as minhas ausências e acreditaram nesse trabalho.

À toda comunidade do bairro Adhemar Garcia, especialmente ao Érico, Moacir Nazário e Alexandre.

À Capes pela bolsa de estudos.

Muito obrigada!

*Como é o lugar
quando ninguém passa por ele?
existem as coisas
sem ser vistas?*

trecho do poema "A suposta existência"
Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

O Parque Natural Municipal Caieira é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, localizada às margens da Lagoa do Saguacú, no bairro Adhemar Garcia, em Joinville, SC. O Parque foi criado com objetivo de proteger os remanescentes do ecossistema de manguezal e restinga, além de um conjunto rico e único de sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos. É considerada a UC com melhor infraestrutura da cidade, que a mídia divulgou como um “bálsamo” para atender a carência de lazer no bairro Adhemar Garcia. Porém, o abandono da gestão pública na manutenção e na continuidade da implantação do Parque na e com a comunidade, reflete na situação em que este se encontra, comprometendo a sua funcionalidade. Passados 13 anos desde a criação do Parque, embora esteja classificado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), faltam-lhe o Plano de Manejo, o Conselho Consultivo, e o estabelecimento da Área de Amortecimento, instrumentos norteadores da efetividade da gestão da UC. O SNUC também assegura a participação das comunidades locais e do entorno para discutir a implantação, criação e manejo, e as Representações Sociais estão sendo usadas para essa finalidade, de fornecer informações da comunidade sobre a UC. Desta maneira, o objetivo desta dissertação é analisar as Representações Sociais sobre o Parque Natural Caieira na mídia e na comunidade do bairro Adhemar Garcia. A metodologia da pesquisa abordou pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa de campo foram aplicados 152 questionários na comunidade do bairro Adhemar Garcia. Verificou-se que a comunidade pouco sabe sobre a história do parque, porém aprenderam visitando-o e estando em contato com o Parque. Paradoxalmente, os participantes o frequentam pouco, assim como os demais parques e UCs da cidade, embora a comunidade não destinga parque UC de parque de diversão/lazer. A comunidade sabe da importância do Parque Natural Caieira para a preservação da história local e do meio ambiente, pois o valor negativista que eles atribuíram à ele está relacionado à má administração e a falta de atenção dos órgãos públicos, considerando que estes são os que têm a obrigação legal da manutenção e efetividade da UC. A comunidade clama para que um novo mirante seja construído e se compromete, dependendo do projeto, a se envolver com o Parque. A comunidade do bairro Adhemar Garcia acredita que com projetos educacionais (ambiental e patrimonial) o Parque atrairia mais visitantes e traria desenvolvimento para a região e envolvimento da população. Apesar de não saber como as gerações futuras se relacionarão com o parque, a comunidade afirma que (todas) as pessoas não cuidam do Parque como deveriam.

Palavras-chave: Lagoa do Saguacú, Patrimônio Natural, Unidades de Conservação.

ABSTRACT

The Caieira Municipal Natural Park is an Conservation Unit (CU) of full protection, located on the shores of the Saguauçú Lagoon, in the neighborhood Adhemar Garcia, in Joinville, SC. The Park was created in order to protect the remnants of the ecosystem of mangrove forest and sandbank, plus a set of unique and rich archaeological sites pre-colonial and historic. It is considered the best CU infrastructure in the city, and the media announced as a "balm" to meet the shortage of leisure in the neighborhood Adhemar Garcia. But the abandonment of public management in the maintenance and continuity of deployment of the Park with in and with community, reflects in the current situation which compromises it's functionality. After 13 years since the Park was created, although it is classified in the National System of Conservation Units (NSCU), it lacks the Management Plan, the Advisory Board, and the establishment of the Cushion Area, tools that guide the effectiveness of the management of the CU. The NSCU also ensures the participation of local communities and of the surroundings of the CUs to discuss the deployment, creation and management, and Social Representations are being used for this purpose, to provide information of the community about the CU. In this way, the goal of this dissertation is to analyze the Social Representations about the Caieira Natural Park in the media and in the community neighborhood Adhemar Garcia. The dissertation methodology addressed bibliography research, documentary and field research. In the field research were applied 152 questionnaires with the community neighborhood Adhemar Garcia. It was found that the community knows very little about the history of the Park, however learned visiting him, being in contact with the Park. Paradoxically, the participants attend little, as well as other parks and CUs of the city, although the community does not disclose park UC of amusement park/leisure. The community knows the importance of the Caieira Natural Park for the preservation of local history and the environment, because the "negative" value they attributed to it is related to poor administration and lack of attention of public agencies, considering that these are the ones that have the legal obligation of maintenance and effectiveness of the CU. The community calls for a new overlook is built and is committed, depending on the project, to get involved with the Park. The community of neighborhood Adhemar Garcia believes that with educational projects (environmental and heritage) the Park would attract more visitors and bring development to the region and involvement of the population. Although not knowing how future generations will relate with the Park, the Community claims that (all) people don't take care of the Park as they should.

Key-words: Saguauçú Lagoon, Natural Heritage, Conservation Units.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Plântulas e bosque de manguezal, Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2014.	32
Figura 2: <i>Sotalia guianensis</i> na Baía da Babitonga, São Francisco do Sul, SC, 2015. .	36
Figura 3: <i>Pontoporia blainvillei</i> na Baía da Babitonga, São Francisco do Sul, SC, 2015.	36
Figura 4: Localização de Joinville, no Estado de Santa Catarina, Brasil.	39
Figura 5: Perímetro do município de Joinville e localização da Lagoa do Saguauçu e Baía da Babitonga, SC, 2016.	41
Figura 6: Limites entre os municípios de Joinville, Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul, Araquari e Balneário Barra do Sul, na Baía da Babitonga.	42
Figura 7: Localização do Canal do Linguado, que liga o continente à ilha de São Francisco do Sul, SC, 2016.	47
Figura 8: Croqui identificando o Parque Natural Caieira (em laranja), na Lagoa do Saguauçu e no bairro Adhemar Garcia, em Joinville, SC.	54
Figura 9: Sambaqui da Lagoa do Saguauçu (Parque Natural Caieira) sendo escavado durante a elaboração do Diagnóstico Arqueológico e Paleoambiental, pela equipe técnica do MASJ, em 2001.	57
Figura 10: Zoósteo (escultura feita em osso), representando uma ave, encontrado no Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2001.	57
Figura 11: Oficina Lítica da Lagoa do Saguauçu (Parque Natural Caieira) sendo registrada durante a elaboração do Diagnóstico Arqueológico e Paleoambiental, pela equipe técnica do MASJ, em 2001.	58
Figura 12: Caieira da Lagoa do Saguauçu, que funcionou até 1942, Joinville, SC.	61
Figura 13: Fornos remanescentes da Caieiria Lagoa do Saguauçu, que funcionou até 1942 na área do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2017.	63
Figura 14: Publicação sobre o acerto do TAC da empresa Tupy, 2000.	65
Figura 15: Croqui do projeto inicial do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2004.	71
Figura 16: Pedra fundamental do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2014.	72
Figura 17: Croqui da atual disposição do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2017.	73
Figura 18: Mirante do Parque Natural Caieira em ruínas e interditado, Joinville, SC, 2014.	78

Figura 19: As UCs de Joinville e suas respectivas áreas de amortecimento	83
Figura 20: Placa avisando sobre a interdição da trilha do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2014.....	85
Figura 21: Placas arrancadas ao longo das trilhas no Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2014.	86
Figura 22: Estruturas depredadas do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2017	86
Figura 23: Distância do bairro Adhemar Garcia do Centro de Joinville, 2016.	92
Figura 24: Charge referindo-se ao despejo das pessoas que ocuparam o mangue de Joinville, SC, s.d.....	96
Figura 25: Charge referindo-se ao problema de saneamento do conjunto habitacional Adhemar Garcia, Joinville, SC, 1987.....	101
Figura 26: Charge sobre a criação do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 1997.....	103
Quadro 1 – Dados sócio-econômicos da população do bairro Adhemar Garcia, Joinville (SC), nos anos de 2009, 2013 e 2015.....	108
Quadro 2: O meio pelo qual a comunidade do bairro Adhemar Garcia aprendeu sobre o Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2017.	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gênero e faixa etária da comunidade do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.	128
Gráfico 2: Ocupação, por gênero da comunidade do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.	130
Gráfico 3: Ocupação, por escolaridade do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.	131
Gráfico 4: Valores de Kellert (2004) atribuídos ao Parque Natural Caieira pela comunidade do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.	135
Gráfico 5: Valores de Kellert (2004) segundo a idade dos entrevistados no bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.	139
Gráfico 6: Conhecimento sobre a história do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, segundo o gênero, 2017.	141
Gráfico 7: Conhecimento sobre UCs dos participantes do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.	146
Gráfico 8: O Parque Natural Caieira como patrimônio, por gênero dos participantes do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.	149
Gráfico 9: Quem deve atuar na preservação do Parque Natural Caieira segundo o gênero dos participantes do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.	151
Gráfico 10: Por que preservar o Parque Natural Caieira, segundo a comunidade do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.	152

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- ACIJ** – Associação Empresarial de Joinville
- AHJ** – Arquivo Histórico de Joinville
- AP** – Antes do Presente
- APA** – Área de Preservação Ambiental
- APP** – Área de Preservação Permanente
- ARPA – Mg** – Área de Proteção de Mangues
- ARUC – Pc** – Área de Utilização Controlada das Planícies Costeiras
- AUAC** – Área Urbana de Adensamento Controlado
- CDB** – Convenção sobre Diversidade Biológica
- CEIs** – Centro de Educação Infantil
- COHAB** – Companhia de Habitação de Santa Catarina
- CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente
- FATMA** – Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
- FUNDEMA** – Fundação do Meio Ambiente de Joinville
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- IPPUJ** – Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
- LCA** – Lei de Crimes Ambientais
- MASJ** – Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- PMJ** – Prefeitura Municipal de Joinville
- PNUMA** – Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
- PROBIO** - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
- SC** – Santa Catarina
- SEMA** – Secretaria do Meio Ambiente de Joinville
- SGPA** – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico
- SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- TAC** – Termo de Ajustamento de Conduta

UBS – Unidade Básica de Saúde

UC – Unidade de Conservação

UCs – Unidades de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE FIGURAS E QUADROS.....	10
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIações.....	13
1 A OCUPAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA EM JOINVILLE: IMPORTÂNCIA, PROBLEMA E O ESTADO DA ARTE NA REGIÃO DA BABITONGA.....	25
1.1 Respaldo constitucional na patrimonialização da natureza: o caso dos ecossistemas de manguezal e restinga na cidade de Joinville (SC).....	25
1.2 Contextualizando Joinville na Baía da Babitonga.....	38
1.2.1 A ocupação do entorno da Lagoa do Saguacú	42
1.3 Os impactos ambientais da urbanização e das atividades humanas em Joinville-SC, na região da Baía da Babitonga	44
1.3.1 O instrumento de controle urbanístico e a definição de Áreas Protegidas em Joinville	50
2 O PARQUE NATURAL MUNICIPAL CAIEIRA	53
2.1 Contextualização do Parque Natural Caieira.....	53
2.1.1 O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC): subsídio financeiro para a criação do Parque Natural Caieira	65
2.2 Joinville ganha acesso ao Patrimônio: a implantação do Parque Natural Caieira...	69
2.2.1 As primeiras impressões após a abertura do Parque Natural Caieira	78
2.3 O Parque Natural Caieira: publicações recentes.....	84
3 OS SUJEITOS DO ENTORNO DO PARQUE NATURAL CAIEIRA: O BAIRRO ADHEMAR GARCIA.....	90
3.1 O fluxo migratório, a carência de habitação e a ocupação das áreas de manguezal e restinga em Joinville	90
3.1.1 A execução das obras do conjunto habitacional Adhemar Garcia: os problemas começaram cedo	97
3.2 O conjunto virou Bairro.....	102
3.2.1 A organização faz a força: o fortalecimento da comunidade organizada.....	105
3.3 O Bairro Adhemar Garcia: publicações recentes.....	108

4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PARQUE NATURAL CAIEIRA: A VISÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ADHEMAR GARCIA EM JOINVILLE	111
4.1 Procedimentos metodológicos para análise e estudo das Representações Sociais sobre o Parque Natural Caieira	111
4.2 A contribuição das Representações Sociais para o Parque Natural Caieira	117
4.2.1 As variáveis da comunidade do bairro Adhemar Garcia	125
4.2.2 As pluralidades dos diversos atores da pesquisa.....	128
4.3 As Representações Sociais do Parque Natural Caieira pelos moradores do bairro Adhemar Garcia	131
4.3.1 Os valores sobre o Parque Natural Caieira	132
4.3.2 Os moradores da comunidade do bairro Adhemar Garcia: representações sobre o Parque Natural Caieira	140
4.3.3 O Parque Natural Caieira para a comunidade do bairro Adhemar Garcia: perspectivas do momento presente e as projeções futuras	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS.....	158
APENDICE I.....	176

INTRODUÇÃO

O Parque Natural Municipal Caieira é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral situada na região Leste da cidade de Joinville-SC, às margens da Lagoa do Saguacú, numa região estuarina onde predomina a ocorrência dos ecossistemas de manguezal e restinga. O Parque Natural Caieira¹, como chamaremos nesta pesquisa, também abriga vestígios da ocupação humana pré-colonial nesse ambiente, materializados em um monte de conchas ou “casqueiro”, conhecido como sambaqui Lagoa do Saguacú, e nas oficinas líticas Lagoa do Saguacú e Caieira, que são dois afloramentos rochosos que apresentam ranhuras e abaulamentos causados pelo polimento de artefatos líticos para usos diversos. Este sambaqui, como tantos outros na região da Baía da Babitonga, foi explorado como jazida natural de conchas, estas, utilizadas para a fabricação da cal, a partir de sua queima, em indústrias rudimentares conhecidas como “caieiras”.

Embora a prática do fabril da cal com as conchas dos sambaquis da região tenha contribuído para perdas inestimadas do Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial, dois fornos restantes dessa atividade – entre outras estruturas associadas à Caieira Lagoa do Saguacú - fazem parte do Patrimônio Arqueológico Histórico do Parque Natural Caieira. Então, sambaqui, oficinas líticas e fornos, estão igualmente dentro das legislações de proteção ao Patrimônio Arqueológico. Por esse motivo, além da criação da UC para proteger os remanescentes de manguezal e restinga de Joinville, o Parque abriga parte de uma história diversa, motivo que levou ao seu tombamento municipal, no mesmo ano de sua criação, em 2004.

A escolha do Parque Natural Caieira para análise nesta pesquisa, no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, aconteceu pelo conhecimento prévio do Parque Natural Caieira, que veio ao encontro da pesquisadora em 2012, enquanto estagiária do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) numa atividade de monitoramento rotineiro. Nessa situação, o que marcou a memória da pesquisadora foi o potencial do Parque, o manguezal que domina a maior extensão do território, o contato com a Lagoa do Saguacú e com a Baía da Babitonga, e os sítios arqueológicos

¹ Denomina-se oficialmente como Parque Natural Municipal Caieira (JOINVILLE, 2004a).

pré-coloniais e históricos que apresentam “restos” importantes do Meio Ambiente e da História do município, embora o Parque estivesse em condições mínimas de funcionamento, com estruturas quebradas - banheiros, salas, placas - e o mirante do Parque interditado.

Como migrante do Planalto Norte, testemunhar os ecossistemas costeiros de Joinville desperta grande encantamento pessoal. O que moveu a pesquisadora de Mafra para Joinville foi a possibilidade de aprender mais sobre esses ambientes, então a graduação em Ciências Biológicas com habilitação em Biologia Marinha foi uma opção oportuna. Embora tenha trocado o curso para Ciências Biológicas licenciatura, o interesse e a preocupação pelo que envolve a vida marinha e suas dinâmicas fazem parte dos meus interesses de pesquisa, juntamente com a iniciação na área de Arqueologia, proporcionada pelo estágio no MASJ.

Embora o Parque Natural Caieira seja uma UC de Proteção Integral, concebido por critérios que legislam os órgãos ambientais, também engloba parte importante dos vestígios materiais e imateriais da história do nordeste catarinense, sobre os quais legislam os órgãos culturais. O sambaqui, as oficinas líticas e os fornos da caieira desativada apresentam vestígios, usos, conflitos e interesses que vem compondo a paisagem que ali se revela e se transforma com o tempo.

Os vestígios das ocupações humanas demonstram a forma com que as sociedades, rudimentares ou industriais, se apropriam dos recursos naturais, se desenvolvem, transformam, entendem e se relacionam com o Meio Ambiente e compõem a paisagem. As transformações também implicam na situação em que se encontra o Parque, com estruturas quebradas, placas pelo chão, lixo e trilhas sobre o sambaqui, impactando negativamente o Patrimônio que deveria ser preservado e utilizado de maneira indireta².

Desde que foi inaugurado, em 2004, o Parque Natural Caieira sofre com o descaso público na manutenção e na busca por melhorias para o Parque, e na preservação do Patrimônio Natural e Arqueológico da cidade. O abandono da gestão pública contribuiu para o agravamento da situação, quando devido aos atos nocivos contra as estruturas físicas do Parque, o “vandalismo” foi dado como o motivo de impedimento na entrada dos visitantes, com a interdição da trilha que dá acesso aos

² Uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

atrativos da UC.

Outro agravante, no que se refere à sua gestão e do seu entorno, é que, desde a sua criação, não foi publicado o Plano de Manejo³ e nem foi definido o Conselho Consultivo⁴, embora o Parque Natural Caieira esteja enquadrado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, conforme consulta realizada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUD⁵. O SNUC é a lei que norteia as políticas públicas e dispõe sobre os instrumentos de planejamento das áreas protegidas. Dessa maneira, estabeleceu também a obrigatoriedade de elaboração do Plano de Manejo e a constituição do Conselho Consultivo para cada UC (de proteção integral) criada. Sem esse documento e a criação do Conselho, ações para gestão do Parque e do seu entorno ficam comprometidas ou inviáveis, além de não ter estabelecida a Zona/Área de Amortecimento⁶.

O objetivo principal da criação do Parque Natural Caieira, enquanto UC foi de preservar os remanescentes dos ecossistemas de manguezal e restinga, que são impactados tanto pela urbanização, como pela poluição das águas dos rios que drenam Joinville e deságuam repletos de efluentes industriais e domésticos na Lagoa do Saguacú e na Baía da Babitonga, que compreendem uma das mais ricas e complexas regiões estuarinas do litoral Sul brasileiro. A preservação do manguezal, da restinga e do estuário é importante para os joinvilenses (e demais municípios vizinhos) que dependem dos recursos provenientes da pesca, aquacultura, turismo, lazer e demais atividades desenvolvidas na região, e/ou que sofrem com as recorrentes inundações e picos de maré⁷. Outro ponto que foi considerado para a criação da UC e que levou ao

³ Plano de Manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

⁴ Segundo consta no Art. 29 do BRASIL (2000): cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

⁵ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em 12 dez 2016.

⁶ Zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (BRASIL, 2000).

⁷ Joinville, erguida sobre o mangue, cresceu com as inundações como parte de sua história. O progresso não mudou a história, visto que passados mais de 100 anos; as inundações continuam freqüentes e

processo de tombamento municipal do Parque são os sítios arqueológicos pré-coloniais (o sambaqui e as oficinas líticas) e históricos (fornos da Caieira e estruturas associadas), que fazem parte da história de Joinville, ficando a cargo do município preservar estes vestígios. A compra do terreno para a implantação da UC foi viabilizada pelo Termo de Ajustamento de Conduta - TAC da empresa Tupy S.A. (processo nº 99.01.06038-9), que foi condenada por causar poluição atmosférica em Joinville e que compensou o município, com a quantia de R\$ 800.000,00 pelo dano causado.

Os jornais que circulam no município anunciaram durante o processo de criação do Parque, que este teria estruturas como: campo de futebol, pista para bicicross, churrasqueiras, quiosques, mirante, restaurantes, cancha de bocha, entre outros atrativos que entusiasmaram a população joinvilense em geral e os moradores do bairro Adhemar Garcia. Vale destacar que segundo essas notícias, a comunidade deste bairro seria beneficiária direta pela criação do Parque devido a proximidade, pois o mesmo está dentro dos limites geopolíticos do bairro. Porém, o projeto foi criado e divulgado para a população antes de ter sido realizado um diagnóstico da área. Isso significa dizer que a mídia teve papel crucial para anunciar o Parque para os munícipes, o que gerou antecipações e expectativas.

A extensão do sambaqui Lagoa do Saguáçu foi desconsiderada pela equipe de criação do projeto, assim como o MASJ não havia sido incluído nas decisões sobre o Parque, embora já monitorasse este sambaqui. Isso refletiu mais tarde quando muitos dos atrativos anunciados no projeto inicial do Parque não foram construídos, pois houve divergências conforme aponta o Zoneamento Arqueológico da área, exigido e elaborado pela equipe técnica do MASJ em 2001, que consta no relatório do Diagnóstico Arqueológico e Paleoambiental para implantação do Parque Natural Caieira. Ou seja, o Parque anunciado, inicialmente, pela Prefeitura Municipal de Joinville, foi adaptado ao terreno de modo que causasse menor impacto possível, tanto no que diz respeito ao ecossistema quanto ao Patrimônio Arqueológico, visto que uma UC de Proteção Integral tem suas restrições de uso, e o solo arqueológico tem suas legislações de proteção específicas, que condicionam sua ocupação. Por tanto, alguns atrativos não puderam ser construídos, embora fossem as estruturas pelas quais a população do bairro Adhemar Garcia tinha mais expectativa – lazer, playground (30%)

assustam os visitantes e moradores nos períodos de chuva e maré alta, quando o aumento do volume da água no rio Cachoeira se soma aos bueiros e galerias entupidos (Silveira, *et al.* 2009, p.16).

e quadra para futebol/tênis/skate (11%) - levando em consideração o estudo realizado pela equipe do MASJ, antes da criação do Parque, que apresentaremos no Capítulo 2 desta dissertação.

O fato é que, passados 13 anos desde a sua inauguração, o Parque Natural Caieira está em ruínas e parece que o governo municipal não conseguiu mostrar para a comunidade as vantagens de ter um Parque como este implantado. Desde 2004, nada avançou no que se refere à gestão do Parque, visto que o Plano de Manejo, o Conselho Consultivo e a Zona de Amortecimento da UC não existem.

Embora o Parque Natural Caieira tenha sido criado para atender ao município de Joinville, iremos nos ater à comunidade do bairro Adhemar Garcia, visto que o Parque está implantado neste bairro. Segundo apontamentos da IUCN⁸ e da Convenção da Diversidade Biológica – CDB, da qual o Brasil é signatário (BARBER; JOHNSTON; GROSS, 2005), a integração da comunidade do entorno na gestão da UC é de suma importância para a preservação da biodiversidade e para a manutenção da UC. O SNUC, especificamente no seu Artigo 5º, traça as condições para o envolvimento da sociedade na criação, implantação, planejamento e gestão das UCs, ou seja, permite a intervenção social e científica em todas as etapas da decisão político-administrativa para manter a relação sustentável entre natureza e sociedade, e mais, permite que as UCs se transformem em centro de decisões para o planejamento e ordenamento do solo rural e urbano da sua Zona de Amortecimento (FARIAS, 2007; BRASIL, 2000).

A importância de estudar as Representações Sociais do Parque Natural Caieira, uma UC do município de Joinville (SC), pode mostrar dados importantes sobre o modo como a comunidade é envolvida ou não com o Parque e com o Patrimônio que o caracteriza, problematizando os usos sociais deste pela comunidade. Isso significa dizer, a partir das práticas sociais e das experiências da comunidade no seu ambiente de vida, que utilizar-se de suas Representações Sociais aí construídas, é uma forma de oferecer informações para se pensar na gestão e em projetos à serem desenvolvidos no Parque Natural Caieira com e na comunidade do bairro Adhemar Garcia futuramente.

O estudo das Representações Sociais da população do entorno do Parque

⁸ Categoria II (na qual o Parque Natural Municipal Caieira está inserido). Disponível em: <https://www.iucn.org/theme/protected-areas/about/protected-area-categories/category-ii-national-park>. Acesso em 12 dez 2016.

Natural Caieira se faz necessário, visto que é uma área legalmente protegida, bem como todo o ambiente que a compõem. É através da comunidade do bairro Adhemar Garcia e da identificação deles com o Parque e suas representações, que esse espaço poderá sair da zona de abandono e ganhar visibilidade para o município de Joinville, atendendo às necessidades da comunidade em que está inserido, colaborando para a compreensão ampla das dimensões históricas e sociais do objeto de estudo, bem como as relações dos sujeitos do entorno com o Patrimônio, como o representam, como se apropriam dele e como o ressignificam.

É neste cenário de diferentes representações que a história das sociedades tem sido construída e é a partir destas representações que tem surgido conflitos de diversas instâncias e diferentes esferas, principalmente quando se fala em gestão de Áreas Protegidas. Uma sociedade é composta de vários tipos de Representação Social de Meio Ambiente, que caracterizam as diferentes informações que os indivíduos têm sobre as relações sociais e sobre as relações entre sociedades e meio natural (FARIAS, 2007).

Os moradores da comunidade do bairro Adhemar Garcia são sujeitos importantes para a garantia da preservação do Parque Natural Caieira, conforme menciona o Artigo 5º do SNUC (BRASIL, 2000) e as Representações Sociais permitem o conhecimento referente ao conjunto de ideias da comunidade que vive no entorno da UC, trazendo novos instrumentos para subsidiar interferências que possam ser praticadas pela gestão pública e utilizadas pela comunidade. É necessário incorporar o diálogo entre saberes técnicos e científicos e os saberes das práticas dos atores sociais (FARIAS, 2007) para promover o desenvolvimento sustentável dessa comunidade. Dessa maneira, delineou-se a temática dessa dissertação, voltada para o que os moradores pensam sobre o Parque, por meio das suas Representações Sociais. Buscou-se dados para responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais são as Representações Sociais da mídia e da comunidade do bairro Adhemar Garcia sobre o Parque Natural Caieira?. A partir disso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as Representações Sociais sobre o Parque Natural Caieira na mídia e na comunidade do bairro Adhemar Garcia, em Joinville (SC).

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, foram definidos quatro objetivos específicos:

- Caracterizar a área do Parque Natural Caieira, as representações da mídia, do poder público e os interesses que compõem o uso desse espaço;

- Conhecer a comunidade do bairro Adhemar Garcia;
- Estudar a questão ambiental e sua relação com o patrimônio e a sociedade, voltada para o Parque Natural Caieira;
- Analisar as Representações Sociais da comunidade do bairro Adhemar Garcia sobre o Parque Natural Caieira.

Para alcançar os objetivos propostos e responder o problema de pesquisa, esta dissertação está baseada nas instruções de Sá (1998), para a Construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais. Segundo Sá (1998), a proposição de Representação Social é sempre de alguém (sujeito) e de alguma coisa (objeto). Não podemos falar em representação de alguma coisa, sem especificar o sujeito, a população ou conjunto social que mantém tal representação. Da mesma maneira, não podemos falar nas representações de um dado sujeito social, sem especificar os objetos representados (SÁ, 1998). Assim, nossos objetivos estão alinhados para especificar tanto o nosso objeto – Parque Natural Caieira, quanto os sujeitos que vão representa-lo – a comunidade do bairro Adhemar Garcia.

Esta pesquisa é uma oportunidade de discutir o Parque Natural Caieira e contextualizá-lo com o processo de formação do bairro Adhemar Garcia, ambos em áreas de ocorrência do ecossistema de manguezal e restinga, em Joinville. O bairro iniciou como um Conjunto Habitacional, como tantos outros pela cidade, que fora construído para atender a demanda de migrantes que vieram para Joinville na busca por melhores condições de vida e trabalho nas indústrias. Dessa maneira, oportuna uma abordagem interdisciplinar de discussão, que envolve o social, o ambiental e o econômico da cidade, e a relação do homem com o Meio Ambiente.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, a seguir discriminados:

O primeiro capítulo trata da caracterização do bioma Mata Atlântica enquanto Patrimônio Nacional, que abrange a Lagoa do Saguacú e a Baía da Babitonga no município de Joinville, apresentando a importância desses ambientes para a manutenção da vida marinha e terrestre, por se tratar de um estuário margeado pelos ecossistemas de manguezal e restinga. Embora a ocupação humana ao longo do tempo e suas atividades tenham modificado a paisagem e, conseqüentemente, alterado esses ecossistemas, a gestão dos remanescentes é discutida na Agenda 21 municipal, no Plano Diretor e no Instrumento de Controle Urbanístico Municipal, viabilizando o uso do solo, dependendo da fragilidade (ou não) do ambiente. O Parque Natural Caieira está localizado em uma área destinada à preservação, no município de

Joinville.

O segundo capítulo é referente ao Parque Natural Caieira, apresentando o Patrimônio Natural, Arqueológico Pré-Colonial e Histórico que o caracteriza, os diversos usos do seu território, o planejamento, a consolidação da UC, o subsídio financeiro para a compra do terreno pelo TAC, o tombamento e a situação atual que o acomete.

O terceiro capítulo traz informações sobre os sujeitos do bairro Adhemar Garcia, onde o Parque Natural Caieira está localizado. O início da ocupação dessa área, a criação do conjunto habitacional até a sua emancipação como bairro e a necessidade de áreas de lazer para a população que aumentava com o tempo são abordadas. A propaganda da criação do Parque Natural Caieira fez com que ele surgisse como uma alternativa para amenizar essa situação, embora atualmente o Parque necessite de incentivo e manutenção para sua continuidade.

O quarto capítulo trata dos aportes metodológicos utilizados nesta pesquisa, das Representações Sociais e também das Representações sobre Parques (UCs), Meio Ambiente e Patrimônio Natural. Apresenta os resultados da pesquisa sobre as Representações Sociais sobre o Parque Natural Caieira pela comunidade do bairro Adhemar Garcia a partir do gênero e idade dos participantes, relacionando e discutindo as representações, a partir dos aportes conceituais e metodológicos adotados para a realização desta pesquisa.

1 A OCUPAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA EM JOINVILLE: IMPORTÂNCIA, PROBLEMA E O ESTADO DA ARTE NA REGIÃO DA BABITONGA

É em torno do homem que o sistema da natureza conhece uma nova valorização e, por conseguinte, um novo significado (SANTOS, 1988, p. 90).

Neste capítulo serão abordados os aspectos referentes à Mata Atlântica enquanto Patrimônio Nacional, pelo respaldo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Sendo o manguezal e a restinga ecossistemas associados à Mata Atlântica, estes recebem o *status* constitucional de Patrimônio Nacional, resguardados pela legislação ambiental brasileira. No que diz respeito ao uso e ocupação do solo em Joinville, para controlar e gerir as atividades do município, tanto no que diz respeito às áreas urbanas, destinadas para a habitação humana e para o estabelecimento de comércio, quanto à identificação e destinação de áreas que devem ser protegidas, como é o caso dos manguezais e restingas da Lagoa do Saguáçu e da Baía da Babitonga, algumas medidas foram tomadas pela gestão pública ao longo do tempo. A criação do Parque Natural Caieira para a preservação dos ecossistemas relevantes é importante no que diz respeito à Agenda 21 municipal, ao Plano Diretor e o Instrumento de Controle Urbanístico, que seguem a tendência global dos acordos internacionais firmados para conter a degradação do Meio Ambiente, visando ao desenvolvimento sustentável.

1.1 Respaldo constitucional na patrimonialização da natureza: o caso dos ecossistemas de manguezal e restinga na cidade de Joinville (SC)

As paisagens no Brasil são diversas, constituídas por diferentes biomas e ecossistemas, dos quais se destaca a Mata Atlântica. O domínio do bioma de Mata Atlântica se estende pela costa brasileira, que é composta por remanescentes de um conjunto de fisionomias e formações florestais que engloba dezessete estados do Brasil (FUNDAÇÃO SOS MATAATLÂNTICA, 2013).

A Mata Atlântica apresenta diferentes formas de relevo, paisagens e características climáticas diversas, onde as florestas do interior diferem

consideravelmente daquelas da costa (MILARÉ, 2011). O aspecto comum entre essas regiões e que dá unidade a todas elas, é a riqueza de sua biodiversidade (BRASIL, 2008; 2010).

A Mata Atlântica é considerada um *hotspot* mundial⁹, ou seja, é uma área de alta concentração de diversidade biológica por abrigar muitas espécies que não são encontradas em nenhum outro lugar do mundo, devido ao alto grau de endemismo (LAGOS e MULLER, 2007). É considerada o quinto *hotspot* mais ameaçado do planeta (MACHADO, 2008), mas ainda abriga uma parte significativa da biodiversidade biológica do Brasil (SILVA e CASTELETTI, 2005), embora a sua paisagem tenha sido amplamente modificada ao decorrer do tempo¹⁰. Ainda assim, o bioma provou ser extremamente resiliente, como comprovam a recuperação de algumas áreas e a contínua descoberta de novas espécies (PINTO e BRITO, 2005).

Os remanescentes da Mata Atlântica, incluindo todas as suas fisionomias e estágios de regeneração de Florestas - Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual e Ombrófila Aberta - e ecossistemas associados - restingas, manguezais e campos de altitude - ocupam apenas 27% da área original de sua abrangência (BRASIL, 2010). O percentual dos remanescentes bem conservados é de apenas 8,5% (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA e INPE, 2013). Se forem consideradas todas as áreas acima de 3 ha, o índice chega a 12,5% (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA e INPE, 2013). Esses dados apontam a situação crítica de fragmentação florestal em que se encontram os remanescentes, demonstrando a ameaça à manutenção da biodiversidade (BRASIL, 2010). A perda da biodiversidade é um dos principais problemas ambientais do planeta e a perda de *habitat*, ou seja, o desmatamento e a fragmentação das florestas é a principal causa da diminuição da biodiversidade no mundo (BRASIL, 2008; 2010).

Ao longo de mais de 500 anos a Mata Atlântica passou a ser degradada, visto que foi o primeiro bioma a ser explorado durante a colonização europeia no Brasil.

⁹ A Mata Atlântica brasileira é um dos 34 hotspots mundiais, sendo uma área prioritária para a conservação (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA e INPE, 2013; BRASIL, 2010; BRASIL, 2008; CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL, 2005).

¹⁰ Para saber mais sobre a história da Mata Atlântica, sugere-se a leitura da obra de DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

A história brasileira está intimamente ligada à Mata Atlântica, um dos maiores repositórios de biodiversidade que é considerada um dos mais importantes e mais ameaçados biomas do mundo. Entretanto, a devastação da Mata Atlântica, [...] é um reflexo da sua ocupação e da exploração desordenada de seus recursos naturais. Os impactos de diferentes ciclos de exploração, a concentração das maiores cidades e dos núcleos industriais, e também a grande pressão antrópica, devido à alta densidade demográfica, fizeram com que a área de vegetação natural fosse reduzida drasticamente. Esta devastação, que segundo recentes estudos indica um processo contemporâneo em ritmo veloz, ameaça também um rico patrimônio histórico e diversas comunidades tradicionais, as quais constituem parte importante da identidade cultural do País. Por esse motivo, a proteção destes biomas é necessária e urgente, dependendo de ações e esforços integrados e coletivos, e exigindo a mobilização geral da sociedade em sua defesa (BRASIL, 2002, p. 217).

Um contingente populacional enorme depende da conservação dos remanescentes de Mata Atlântica, visto que cerca de “80% da população brasileira” (MARCONDES, 2005, p. 210) está instalada em seu domínio. É a Mata Atlântica que mantém nascentes e fontes, regula o fluxo dos mananciais de água que abastecem as cidades e as comunidades do interior, ajuda na regulação do clima, na fertilidade e temperatura do solo, protege escarpas e encostas de morros, entre outros serviços ambientais que influenciam tanto a qualidade de vida humana como das demais formas de vida existentes, com as quais dividimos o espaço e os recursos (PROCHNOW e SCHÄFFER, 2002). Se o simples direito de existir não for um argumento suficiente, é bom lembrar que espécies animais e vegetais ainda representam fontes de alimento, remédio e outros recursos naturais conhecidos e desconhecidos à espera de pesquisas que possam identificá-los (PINTO e BRITO, 2005).

Obviamente, a maior ameaça ao delicado equilíbrio da biodiversidade é justamente a ação humana, a pressão da sua ocupação e os impactos de suas atividades. Como consequência de um crescimento desordenado, as ocupações humanas em áreas insalubres e de proteção ambiental “acusam já evidentes sinais de desorganização e, dentro deste quadro, a devastação florestal ocupa posição de destaque, eis que a floresta é um dos componentes principais e mais sensíveis do Meio Ambiente” (VICTOR *et al.*, 2005, p. 9).

O uso intensivo do solo, a retirada seletiva de madeira, assim como a captura e o comércio ilegal de plantas e animais, a introdução de espécies exóticas, mesmo de maneira não intencional, mas pelo desconhecimento das maneiras com que as plantas

se dispersam no ambiente ¹¹, a expansão urbana e a industrialização, o desenvolvimento relacionado ao turismo, e a degradação de mangues e restingas são acontecimentos que refletem a negligência humana em relação ao Meio Ambiente, apesar da qualidade de vida do “ser humano” estar diretamente relacionada às boas condições deste.

Durante o século XIX, naturalistas já se preocupavam com a extinção de espécies vegetais e animais na Mata Atlântica, “pelo modo mercantil de apropriação da natureza do sistema colonial mundial e pela crescente pressão sobre os recursos deflagrada pelo aumento populacional, a partir da colonização portuguesa, que causou impactos até hoje insuficientemente investigados” (RONCAGLIO, 2009. p. 113).

Embora seja importante manter o que ainda resta (e que em algumas regiões vem sofrendo graves ameaças), a Mata Atlântica precisa ser também recuperada, sob a pena de comprometermos o futuro da vida humana nas cidades e no campo: sem as matas ciliares, os rios, lagos e represas ficarão cada vez mais poluídos e assoreados, inviabilizando a agricultura e o abastecimento de água para a população. Sem a vegetação nos topos de morros e áreas muito íngremes, populações inteiras ficam à mercê da sorte em épocas de chuvas, quando as encostas desprotegidas deslizam e vêm abaixo, causando inúmeros prejuízos econômicos, sociais e ambientais (BRASIL, 2010).

A maior conscientização da população, do setor privado e dos responsáveis pelos governos municipal, estadual e federal também traz motivação e esperança de uma mudança radical na história de ocupação da Mata Atlântica desde a chegada europeia ao nosso litoral, há 500 anos. Todos os motivos que levam à necessidade de se recuperar a Mata Atlântica são ainda potencializados pela perspectiva da mudança climática global¹². Com previsão de temperaturas mais altas, secas mais intensas e chuvas torrenciais mais frequentes, a proteção desse conjunto de ecossistemas que nos prestam serviços gratuitos e constantes, parece óbvia, pelo valor de sua existência. Os processos ambientais e serviços proporcionados por ecossistemas geram

¹¹ Podemos usar o exemplo do *Pinus elioti*, espécie utilizada para reflorestamento e que tem como estratégia de dispersão o ar, ou seja, não se restringe ao delineamento da área reflorestada, podendo adentrar e colonizar as florestas e os topos de morros, vindo a causar uma contaminação biológica.

¹² No Brasil, os desmatamentos representam 75% das emissões de gases de efeito estufa (BRASIL, 2010, p. 27).

benefícios econômicos sem a exploração econômica direta (valor não consumista) (VALLEJO, 2005).

No que diz respeito ao Meio Ambiente, este recebeu especial tratamento no texto da Constituição Federal da República Federativa de 1988, no seu Artigo 225:

[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A Constituição Federal de 1988 assegura a todos, em seu artigo 225, um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” e impõe ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Um dos instrumentos que a Constituição arrola para o cumprimento desse dever é a “definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos”, ou seja, indica que o poder público deve criar Áreas Protegidas e garantir que elas contribuam para a existência de um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” (BENSUSAN, 2006). A partir dessa base constitucional, o Brasil concebeu um Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, considerado um significativo avanço para a efetivação de Áreas Protegidas no país (BENSUSAN, 2006).

Atualmente, o regime jurídico de proteção da Mata Atlântica – estabelecido pela Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, e por seu regulamento, o Decreto Federal nº 6.660, de 21.11.2008 – trazem regras claras e incentivos para que a conservação, a proteção, a regeneração e a utilização sustentável se tornem realidade. Essa lei reforça o que a Constituição Federal da República Federativa de 1988 já considerou, no §4º:

A Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense e a Zona Costeira, são considerados **patrimônio nacional**, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais [grifo nosso].

Pela importância que a Mata Atlântica assume no equilíbrio dos ecossistemas, foi decretada Reserva da Biosfera pela UNESCO¹³ e Patrimônio Nacional, na

¹³ Reserva da Biosfera (MAB – The man and the biosphere Programme) é um programa que foi criado em 1971, de cooperação científica entre o homem e o seu meio. As Reservas da Biosfera são a principal linha de ação do programa e sua concepção é um inovador instrumento de planejamento para combater os efeitos dos processos de degradação ambiental e o destino dos biomas. O Brasil aderiu ao programa em 1974 e, como meta, definiu a criação de pelo menos uma grande Reserva da Biosfera em cada um de seus biomas - a Mata Atlântica é uma delas (UNESCO, web).

Constituição Federal de 1988. Esse reconhecimento culminou na indicação de Áreas Prioritárias para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade da Mata Atlântica (GIULIETTI *et al*, 2005), para o que devem ser criadas UCs (BENSUSAN, 2006).

A natureza enquanto Patrimônio – e como Patrimônio comum da humanidade – foi legitimada por um estatuto jurídico e fundamentada pela necessidade de preservação e conservação. “A natureza tornada patrimônio, herança e memória, é materialidade que se expressa a nós na paisagem” (LUCHIARI, 2007, p. 25 e 26) e a salvaguarda desse patrimônio se dá pela ciência do risco da perda (ZANIRATO, 2016).

A visão de que a natureza seria fonte de matéria-prima inesgotável e depósito de resíduos provenientes das atividades humanas, em decorrência da exploração econômica indiscriminada dos recursos naturais, foi derrubada, pois essa prática também afeta a vida humana. Não podemos perder de vista que a conservação da natureza e a sua patrimonialização envolvem saberes, interesses e valores advindos das esferas política, econômica e sociocultural.

Sendo os manguezais e restingas ecossistemas associados à Mata Atlântica, estes possuem o *status* constitucional de Patrimônio Nacional. Este entendimento é respaldado pelo Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, que definiu a Mata Atlântica e identificou os ecossistemas associados que também devem ser protegidos. A utilização dos recursos naturais provenientes dos ecossistemas do bioma Mata Atlântica far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do Meio Ambiente. Novamente, um dos instrumentos que a Constituição relaciona para o cumprimento desse dever é a “definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos” (BENSUSAN, 2006), ou seja, a importância da criação de UCs que abranjam esses domínios.

Desta maneira, apresentamos o bioma Mata Atlântica, que abrange a faixa litorânea brasileira, embora amplamente descaracterizada pela urbanização e demais atividades humanas desenvolvidas no seu território. Mesmo assim, a Mata Atlântica apresenta rica biodiversidade, reserva de recursos essenciais para a vida, como água, alimento e abrigo, para diversas espécies animais e vegetais, inclusive a nossa. Preservar e recuperar os remanescentes florestais e ecossistêmicos do processo predatório de exploração que acometemos o bioma é indispensável para a manutenção da vida – selvagem e humana – na Terra.

Iremos nos deter aos ecossistemas costeiros de manguezal e restinga, em razão da nossa área de abrangência, o Parque Natural Caieira, estar inserido nesses

domínios, às margens da Lagoa do Saguacú, na Baía da Babitonga, em Joinville. Localizados na região leste do município, a Lagoa do Saguacú e a Baía da Babitonga compreendem um ambiente hídrico e estuarino rico, de considerável importância biológica, econômica e social. Neste complexo estuarino há o desenvolvimento de canais estuarinos associados às desembocaduras fluviais dos rios urbanos, que têm a Lagoa do Saguacú como foz. Tais canais desenvolvem subsistemas estuarinos bastante significativos, como o rio Cubatão, rio Cachoeira, rio Parati-Mirim, entre outros (GONÇALVES e MAZZER, 2011).

Na região sul do Brasil, a região costeira possui ondas fortes, sendo o litoral caracterizado por formações arenosas (extensas praias, dunas e restingas) e manguezais, que estão geralmente associados aos estuários, às margens de baías, enseadas, barras, desembocaduras de rios, lagunas e reentrâncias costeiras, onde haja encontro de águas de rios com a do mar, ou diretamente expostos à linha da costa (SCHAEFFER-NOVELLI, 1989). Por se situarem em zonas de transição, entre o *habitat* de água doce e o marinho, os estuários podem ser caracterizados como ecótonos (CREMER, 2006). A produtividade primária dos estuários está baseada em fitoplâncton, diatomáceas bentônicas, gramíneas e angiospermas, associadas aos bosques de manguezal (CREMER, 2006).

Os manguezais são inquestionavelmente considerados como um dos ecossistemas mais produtivos do planeta (SCHAEFFER-NOVELLI, 2002) e a sua abrangência faz do Brasil o segundo maior detentor de áreas de manguezais no mundo (LACERDA, 2002). Além do mais, os manguezais têm um papel na economia das regiões tropicais, pois fornecem bens e serviços para as populações humanas. Estes incluem a proteção e a estabilização da linha de costa, berçário para uma grande variedade de moluscos, crustáceos e peixes economicamente importantes, fonte de produtos para as populações costeiras, como madeira, produtos químicos, medicinais, e transporte, além de enriquecer/fertilizar as águas costeiras com nutrientes, importante recurso para desenvolver atividades de aquacultura (PANITZ, 1986; SCHÄEFFER-NOVELLI, 1995).

Tais ambientes possuem características hidrodinâmicas complexas, pois o substrato dos manguezais é periodicamente inundado pela ação das marés. Porém, caracterizam-se em geral por índices de baixa energia, que permitem a deposição de partículas finas que dão origem ao substrato, oferecendo excelentes condições para o desenvolvimento das plântulas de mangue (Figura 1), em razão da inexistência de

correntes que possam reativar a suspensão de partículas finas (MACKEY e SMATIL, 1995).

Figura 1: Plântulas e bosque de manguezal, Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2014.



Fonte: WARKENTIN, 2014

Em contrapartida, a restinga é um ecossistema alvo de grandes controvérsias que dificultam sua definição, bem como o entendimento sobre suas comunidades florísticas, historicamente interpretada pelos divergentes conceitos biológico e geológico (SILVA, 1999). Sem entrar nessa discussão, a restinga é um termo que designa diferentes nomenclaturas, dependendo do campo (geológico, histórico ou botânico) em que está sendo empregado (MELO, 2015).

Iremos tratar da restinga do ponto de vista biológico, ou seja, como um conjunto de comunidades vegetais fisionomicamente distintas - que vai desde formações vegetais herbáceas próximas ao mar até formações arbustivas e arbóreas fechadas em áreas interiores - sob influência marinha e fluviomarinha, distribuídas em mosaico (MELO, 2015). A riqueza florística e a diversidade funcional das restingas aumentam gradativamente das dunas em direção às formações florestais mais distantes do mar (MELO, 2015).

Restinga é o termo usual para designar o ecossistema que ocupa a região

fisiográfica conhecida por litoral e apresenta caráter de formações pioneiras, que recebem influência marinha direta (IBGE, 2012), ou seja, a restinga está submetida às condições ambientais extremas, caracterizadas por altas temperaturas, ventos constantes, elevada salinidade e deficiência de nutrientes (SCARANO, 2002). A vegetação de restinga possui papel fundamental na estabilização das areias das dunas, no controle de processos erosivos da costa brasileira e na manutenção da biodiversidade local (BRASIL, 1999).

No que se refere à Baía da Babitonga, esta comporta a última grande formação de manguezal do hemisfério sul, constituindo o mais importante estuário do Estado de Santa Catarina (CREMER, 2006). A Babitonga revela-se como uma baía abrigada das ondas, com águas calmas e quentes. Ocupa a superfície de 160 km², com profundidade média de 6 metros e volume aproximado de 7,8 x 10⁸ m³ de água, apresentando um gradiente de salinidade típico de regiões estuarinas. Suas feições geomorfológicas favoráveis, associadas a uma amplitude de marés em torno de 1,30 m e temperatura média do mês mais frio de 20,5° C proporcionaram a instalação da mais expressiva formação de manguezais de Santa Catarina para o hemisfério sul (IBAMA, 1998).

Ocupando área aproximada de 6.200 ha, os manguezais da Babitonga propiciam abrigo e aporte de nutrientes para sustentar complexas cadeias alimentares. A contínua chegada de sedimentos, tanto orgânicos quanto minerais, provenientes das diversas bacias hidrográficas que compõem o Complexo Hídrico da Babitonga, ao se depositarem na região dos manguezais, alimentam um constante processo de ciclagem de energia, no qual interagem microorganismos, plantas e animais de hábito terrestre e aquático (TREIN, 2002).

A Baía da Babitonga tem sua vegetação marcada por exuberantes manguezais nas zonas intermarés, apresentando bosques de *Rhizophora mangle*, *Avicennia schaueria* e *Laguncularia racemosa*, com a ocorrência de *Acrosticum aureum* e *Hibiscus pernambucensis* na zona de limite com a restinga e a ocorrência de *Spartina alterniflora* em bancos de maré ou formando franjas frontais ao manguezal (SILVA, et al., 1998). Os troncos das árvores presentes em manguezais, assim como raízes de escora, pneumatóforos e sedimento encontram-se frequentemente recobertos por comunidades de macroalgas, compostas principalmente pela *Bostrychia radicans* (SILVA, et al., 1998).

Os manguezais foram utilizados pelas populações pré-coloniais antes da

chegada dos colonizadores europeus, em razão da abundância de recursos alimentares que fornece como atestam os sambaquis. A região da Baía da Babitonga se destaca pelo grande número de sítios dessa tipologia (BANDEIRA, 2010), conforme abordaremos no Capítulo 2. Assim, além de ter o mar, os rios e os lagos ou lagoas como sua principal fonte de recursos, o homem era capaz de obter nas matas, nos campos, nos manguezais e nas restingas diversos produtos vegetais que complementavam sua dieta alimentar ou serviam como carvão ou como matéria-prima para confecção, por exemplo, de currais de pesca (ALVES, 2001).

Já no período colonial, além de fonte de alimento (peixes e crustáceos), o manguezal era utilizado para retirada de madeira para lenha e das folhas de mangue para a fabricação do tanino, para os curtumes (DIEGUES, 1991). Junto à Caieira Lagoa do Saguacú, situada no Parque Natural Caieira, a secagem das folhas de mangue para a produção de tanino foi uma atividade complementar, exercida a partir do ano de 1920 e encerrada ano 1938 (MASJ, 2001), contribuindo para o desmatamento dessas áreas. Outra atividade que também ocorreu nas dependências da caieira, aproveitando o ambiente em que estava inserida, foi a produção de mel. Essa atividade teve apenas 2 anos de funcionamento (MASJ, 2001).

Em muitos países, inclusive o Brasil, há uma tendência à implantação de uma série de indústrias em áreas estuarinas (DIEGUES, 1977). Segundo Diegues (1977), a maioria é composta de indústrias pesadas e de transformação para exportação, atraídas por diversos fatores presentes nos ambientes estuarinos:

- Oferta quase ilimitada de água, insumo importante para indústrias, como a siderúrgica, a petroquímica e as centrais nucleares;
- Possibilidade de fácil despejo de rejeitos sanitários, industriais, agrícolas e/ou de mineração;
- Proximidade de portos, que facilitam a importação de matéria-prima para transformação e a exportação dos produtos, diminuindo custo de carga e transporte.

As áreas protegidas ao longo da costa que fornecem abrigo e alimento farto para diversas espécies animais serviram de ponto de partida para a ocupação dos europeus com seus primeiros núcleos de colonizadores. Coincidentemente, propiciavam aos recém chegados, a mesma proteção exigida pelos manguezais, para seu desenvolvimento (SILVA, *et al.*, 1998).

E assim, enquanto se expandiam os povoados, se reduziam as áreas de manguezal, inicialmente, com uma taxa pouco pronunciada (entre 1500 a 1900), e

depois, de forma avassaladora, provocando alterações por vezes irreversíveis (SCHAEFFER-NOVELLI, 1989). O uso e a ocupação desse ecossistema derivam em uma gama de interferências e impactos das mais diversas ordens e magnitudes, cuja proteção legal apresenta-se como imprescindível. Schaeffer-Novelli (1995) comenta sobre os impactos gerados pelo turismo, principalmente na construção de marinas e muros de concreto à beira de lagunas, com circulação constante de barcos motorizados que podem, por exemplo, comprometer certas áreas propícias à fixação de larvas de ostras.

O manguezal, por sua vez, produz enormes quantidades de matéria orgânica que, seja pelo ciclo de marés ou pelas chuvas, são em grande parte carregados para dentro do estuário, fertilizando suas águas (TREIN, 2002). Dessa forma inicia um novo ciclo, pois os nutrientes provenientes do manguezal servem de alimento para o plâncton, que forma a base das cadeias tróficas marinhas (TREIN, 2002). E é justamente esta oferta de alimento que, ao longo da evolução, induziu grande quantidade de espécies marinhas a realizar total ou parte de seus ciclos de vida (especialmente a reprodução) na região estuarina (CREMER, 2006; TREIN, 2002). Dentre estes, pode-se citar peixes de importante valor econômico como tainhas, paratis, robalos, miraguaias, anchovas, sardinhas, bagres, pescadas e linguados, que estão entre as 76 espécies registradas pelo IBAMA através de levantamento preliminar realizado na Baía da Babitonga em 1994/95 (IBAMA, 1998). São também potencialmente abundantes camarões, siris, ostras, berbigões, mariscos e caranguejos, que fornecem renda suplementar aos pescadores da região (TREIN, 2002).

Merece especial destaque a ocorrência de populações fixas de golfinhos: o tucuxi (*Sotalia guianensis* – Figura 2) e a toninha (*Pontoporia blainvillei* – Figura 3), as quais se reproduzem no interior da baía. A toninha é considerada a espécie de cetáceo mais ameaçada de extinção da costa brasileira, sendo que a Babitonga é a única baía em que se tem registro de uma população residente e se reproduzindo (CREMER, 2000). São ainda registradas na literatura duas espécies endêmicas de peixes para o rio Cubatão, *Rhineloricaria cubatoensis* e *R. henseii* (HIDROTEC, 1995).

Figura 2: *Sotalia guianensis* na Baía da Babitonga, São Francisco do Sul, SC, 2015.



Fonte: Acervo do Projeto Toninhas/Univille.

Figura 3: *Pontoporia blainvillei* na Baía da Babitonga, São Francisco do Sul, SC, 2015.



Fonte: Acervo do Projeto Toninhas/Univille.

Grose (2013, p.48), na busca por “sanar parte desta ausência e/ou disponibilidade de informações, e mostrando a potencialidade do município para o

turismo de observação de aves”, realizou um estudo que identificou a avifauna presente em três UCs urbanas de Joinville¹⁴, dentre essas, o Parque Natural Caieira. Durante aproximadamente três anos e oito meses de amostragem em todas as estações do ano, foram registradas 179 espécies de aves no Parque, dentre as quais, 28 espécies foram exclusivamente registradas nele, o maior número de registros de espécies exclusivas dentre as três UCs pesquisadas (GROSE, 2013).

O pesquisador relata que o Parque Natural Caieira

[...] está muito próximo ao estuário da Baía da Babitonga, rica em ambientes de transição e disponibilidade de recursos, como manguezal, planícies de maré, bancos de areia, brejos, marismas, entre outros. Dessa forma, foi possível registrar várias espécies associadas a ambientes aquáticos, como *Dendrocygna bicolor*, *Dendrocygna viduata*, *Amazonetta brasiliensis* e *Anas bahamensis*, algumas espécies migratórias neárticas como *Charadrius semipalmatus*, *Tringa flavipes* e *Pandion haliaetus* observadas anualmente na região (Cremer & Grose 2010), além de algumas espécies marinhas, comuns na costa catarinense (Rosario 1996, Branco 2003, Cremer & Grose 2010) e que utilizam o estuário principalmente para alimentação e descanso, como *Sula leucogaster*, *Thalasseus acuffavidus* e *Fregata magnificens*, sendo estas a principais responsáveis pelos registros exclusivos nesta unidade (GROSE, 2013, p. 49).

Entre as espécies de aves ameaçadas de extinção, foram encontradas no Parque Natural Caieira: *Eudocimus ruber*, *Rallus longirostris*, *Phylloscartes kronei* (GROSE, 2013, p. 50). Ao final do artigo, o autor faz uma crítica que vale a pena ressaltar nesse momento, ele cita que “normalmente as UCs não são suficientes para proteger todas as espécies de uma determinada região” (GROSE, 2013, p. 50). Isso porque duas espécies não foram registradas em nenhuma das três UCs pesquisadas: *Stymphalornis acutirostris* e *Hemitriccus kaempferi*. A primeira, embora seja encontrada em áreas bastante urbanizadas da cidade, “depende de formações pioneiras, como brejos e manguezais, pois sofre grande pressão antrópica, necessitando de medidas emergenciais para sua conservação” (REINERT *et al.*, *apud* GROSE, 2013, p.50). A segunda espécie, que também não foi encontrada em nenhuma das três UCs, possui vários registros no município, segundo o pesquisador.

Outra pesquisa que foi realizada nas dependências do Parque Natural Caieira e que tem a ver com uma das atividades econômicas que foram desenvolvidas no local

¹⁴ As outras UCs são: Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) – Morro do Boa Vista e Parque Natural Municipal Morro do Finder (GROSE, 2013).

(produção de mel, com espécies italianas (exóticas), é de Warkentin *et al.* (2014), que realizou o levantamento das espécies de abelhas existentes no Parque e de seus recursos florais. Foram identificadas 42 espécies que visitam, pelo menos, 15 famílias botânicas, destacando-se espécies típicas de manguezal (WARKENTIN *et al.*, 2015). Segundo os pesquisadores envolvidos, os números evidenciam a importância de locais de preservação (Parque Natural Caieira), como refúgio para espécies biológicas, em ambientes modificados pela ação antrópica (WARKENTIN *et al.*, 2015). Estes fatos por si sós, “são indicativos da necessidade de realizarem ações efetivas e urgentes para proteção da biodiversidade existente no Complexo Hídrico da Babitonga” (TREIN, 2002, p. 32).

Apesar de sua riqueza e importância ecológica, a Baía de Babitonga vem sendo utilizada e impactada sem estratégias definidas de manejo, e poucos trabalhos têm sido feitos para estudar este ambiente a partir de um enfoque integrado, incluindo também as ações antrópicas neste ambiente. O conhecimento sobre aspectos funcionais dos mecanismos de controle da produção biológica deste ecossistema é essencial para o seu entendimento e gerenciamento das ações antrópicas (TREIN, 2002).

A Lagoa do Saguçu e a Baía da Babitonga são ambientes importantes no que se refere à sua ecologia, porém muitas ações devem ser realizadas para dimensionar os impactos da alteração do seu entorno, visto que outros cinco municípios compõem a região, como veremos a seguir. No entanto, iremos nos ater à Joinville na região da Babitonga, por ser o município onde o Parque Natural Caieira está inserido, nas margens da Lagoa do Saguçu.

1.2 Contextualizando Joinville na Baía da Babitonga

O município de Joinville apresenta alguns patrimônios ambientais, cujos ecossistemas expressam uma forte característica tropical, consequência da ação combinada de diversos processos genéticos que atuam sobre elementos estruturais, tais como o embasamento geológico, o clima, a cobertura vegetal e a hidrografia. Dentre os ecossistemas que ocorrem na região, destacam-se a Mata Atlântica e os manguezais. A importância desses biomas revela-se pela área de cobertura do

território (IPPUJ, 2015).

Joinville é a maior cidade do estado de Santa Catarina, com população estimada em 569.645 habitantes (IBGE, 2016) (Figura 4). É responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,809 (IPPUJ, 2015), por vezes mais elevado que o índice brasileiro. É o terceiro pólo industrial da região Sul, concentrando grande parte da atividade econômica na indústria, principalmente nos setores metal-mecânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico (IPPUJ, 2015).

Figura 4: Localização de Joinville, no Estado de Santa Catarina, Brasil.



Fonte: Secretaria de planejamento, orçamento e gestão/PMJ. 2007. Base cartográfica do perímetro urbano de Joinville. Escala 1:1.000 e 1:200. Executado por: Aeroimagem Engenharia e Aerolevantamento, 2007. Adaptado pela autora.

Joinville se tornou a “Manchester Catarinense”, em analogia à cidade Inglesa de mesmo nome, por conta do segmento industrial, este que erigiu a economia da cidade. Joinville, então, se tornou uma opção para migrantes rurais de Santa Catarina e do Paraná que viram na cidade uma oportunidade de melhores condições de vida e trabalho nas indústrias que cresciam (NIEHUES, 2000). O crescimento da economia joinvilense e a chegada diária de novos moradores contribuiu para o crescimento

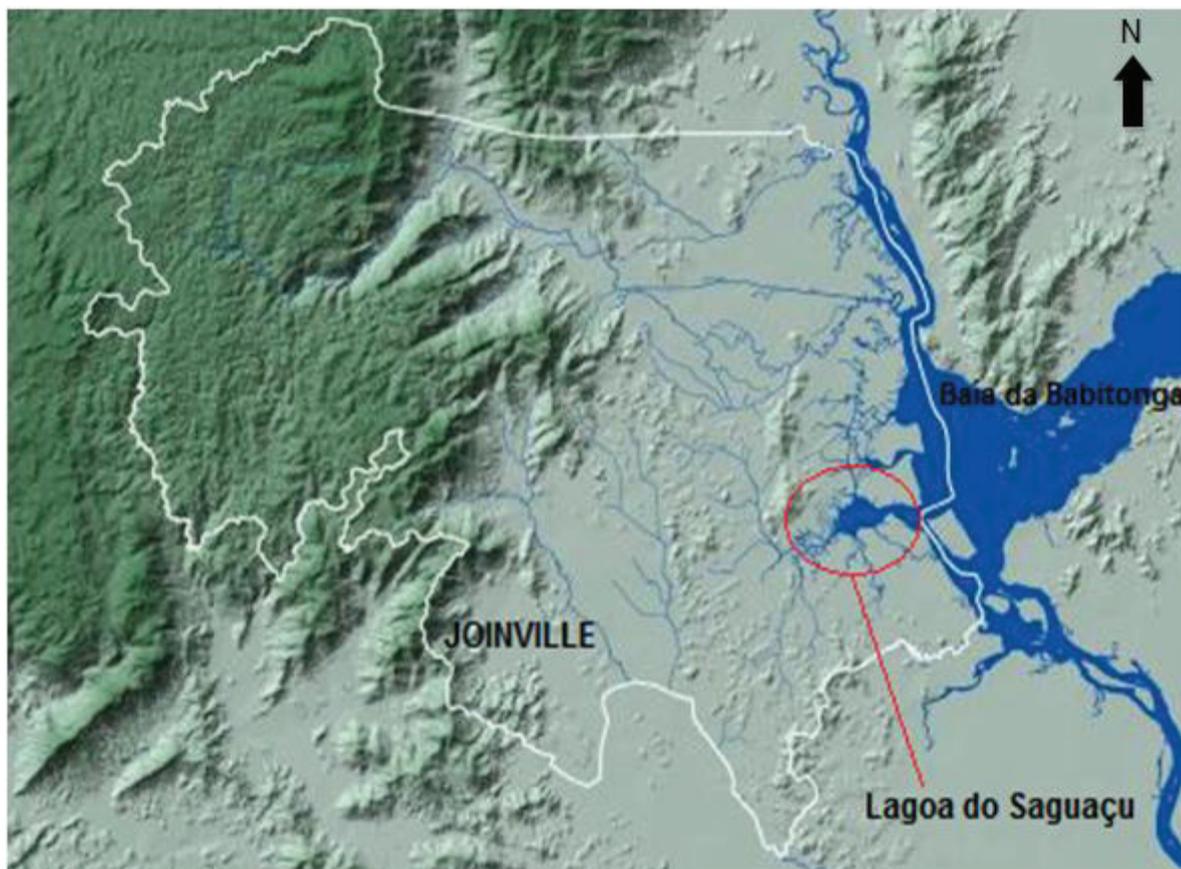
demográfico, bem como para a expansão dos bairros mais antigos para áreas de manguezais, gerando conflitos territoriais e impactos ambientais (TERNES, 2000). Entre o período de 1940 a 2010, a população joinvilense multiplicou-se 17 vezes (CRISTOFOLINI, 2013) em decorrência desse fenômeno, transformando a paisagem.

Com sítio urbano marcado por solos com severas restrições de drenagem e por morros isolados¹⁵, Joinville se faz construir à base de intensa pressão por novos espaços, que invariavelmente demandam dragagem e aterro nas planícies e cortes nos morros (MASJ, 2001). A atuação combinada e sistêmica de fatores como clima, vegetação, geologia e hidrologia caracteriza o processo morfológico da região, a paisagem e condiciona a ocupação do solo. A planície costeira de Joinville caracteriza-se como uma costa sedimentar de interior de estuários, com amplo desenvolvimento de manguezais e intensa ocupação humana nas planícies aluviais e flúvio-marinhas (MASJ, 2001).

A porção leste da cidade de Joinville, às margens da Lagoa do Saguacú (Figura 5), situada na região da Baía da Babitonga, compreende uma das mais ricas e complexas regiões estuarinas do litoral sul brasileiro (CREMER, 2006). A Lagoa do Saguacú e a Baía da Babitonga são margeadas por manguezais, com seu nível da água fortemente influenciado pelas marés (KNIE, 2002). O relevo do entorno da Baía da Babitonga desenvolve-se sobre terrenos que genericamente são considerados como pertencentes ao complexo cristalino da Serra do Mar, sobre uma extensa área de sedimentação costeira, que em algumas porções tem origem em processos fluviais e, em grande parte, em processos marinhos de deposição (SANTANA, 2002).

¹⁵ Colinas costeiras: caracterizadas por uma sucessão de morros e colinas de pequena altitude, dificilmente ultrapassando 50 metros de desnível entre a base e o topo (ROSA, 2002, p. 10).

Figura 5: Perímetro do município de Joinville e localização da Lagoa do Saguacu e Baía da Babitonga, SC, 2016

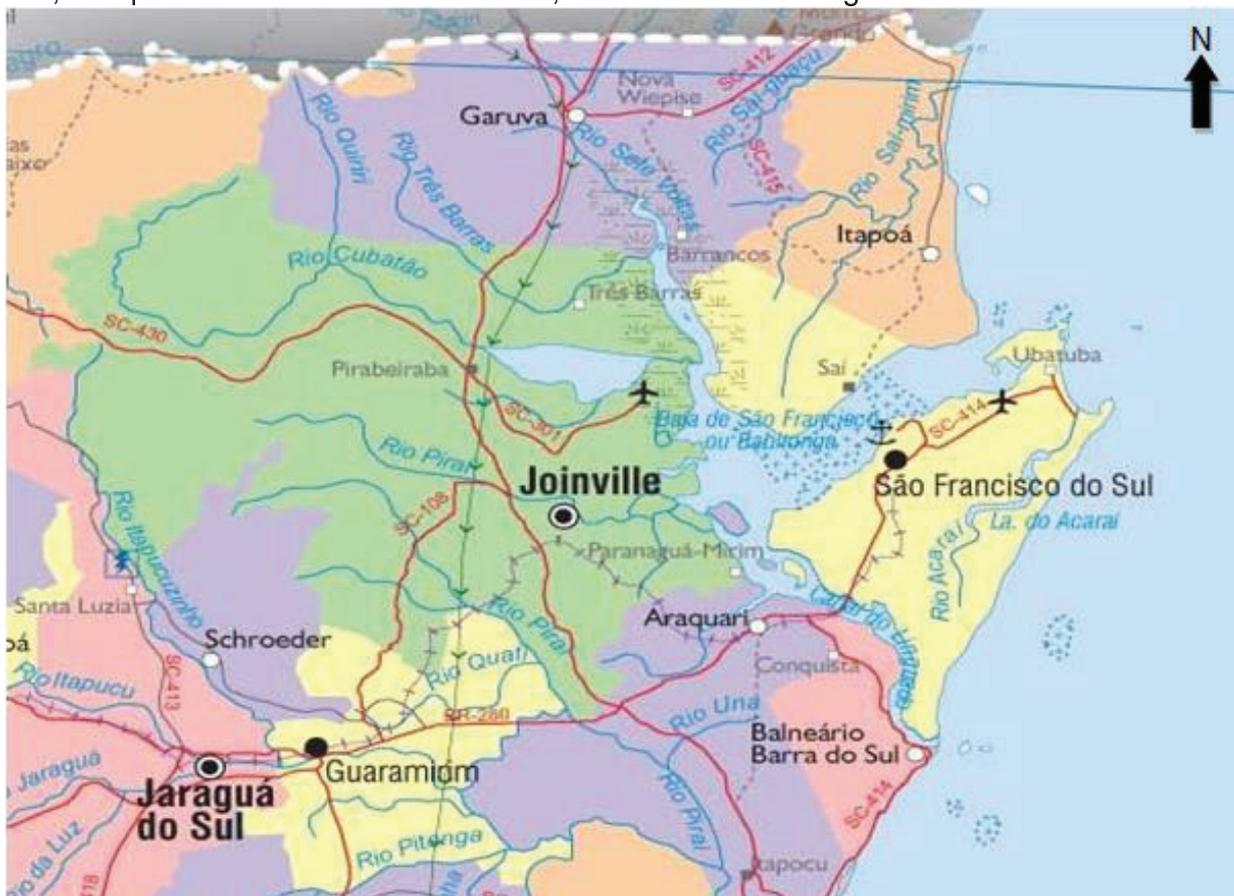


Fonte: IPPUJ, 2015. Adaptado pela autora.

Localizada no litoral nordeste do estado de Santa Catarina, o complexo hídrico e estuarino da Baía da Babitonga compreende os municípios de Joinville, São Francisco do Sul, Garuva, Itapoá, Araquari e Balneário Barra do Sul (Figura 6), que estimam juntos 699.126 habitantes¹⁶. A Babitonga funciona como marco natural de divisão entre os municípios, os quais geram numerosos problemas socioeconômicos e ambientais relacionados, principalmente, à elevada taxa de urbanização do seu entorno. “Para a urbanização, essa área é absolutamente inadequada, não só porque é preservada”, mas também “devido às inundações no ritmo das marés, a proximidade da água subterrânea e os problemas relacionados a isso com esgotos” (KNIE, 2002, p.7).

¹⁶ Número de habitantes na estimativa do IBGE (2016): São Francisco do Sul: 49.658; Garuva: 17.134; Itapoá: 18.749; Araquari: 33.867; Balneário Barra do Sul: 10.073.

Figura 6: Limites entre os municípios de Joinville, Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul, Araquari e Balneário Barra do Sul, na Baía da Babitonga.



Fonte: Martins, L. Mapa político de Santa Catarina. Adaptado pela autora.

1.2.1 A ocupação do entorno da Lagoa do Saguacú

A gênese e a evolução da ocupação humana recente (porque ocorreram outras mais antigas) da porção nordeste do estado de Santa Catarina, especificamente na região da Baía da Babitonga, remonta ao século XVII, com a fundação do município de São Francisco do Sul (1658), e se intensificou a partir da instalação de Joinville (colônia Dona Francisca em 1851) (FICKER, 2008; ROCHA, 2000). A colonização brasileira se fez a partir das regiões costeiras do país e, em decorrência disso, nos séculos seguintes os agrupamentos humanos se assentaram ao longo do litoral.

Segundo Borba (2015, p. 1), a região da Baía da Babitonga possui “uma ocupação histórica bastante importante para o litoral catarinense ao incluir o núcleo mais antigo de europeus, nativos e africanos e seus descendentes, chegados ali a

partir dos anos seiscentos”. Para Findlay (2013), o processo de povoamento da região da baía foi originado já nas primeiras iniciativas de concessão de sesmarias, com a distribuição de “terras devolutas”, incentivando a criação de localidades no entorno de São Francisco do Sul.

A partir do século XVII os indígenas disputaram o território com grupos açorianos, portugueses, vicentinos e africanos escravizados, resultando em sua eliminação ou expulsão da localidade para que o processo de ocupação, desencadeado pelas políticas governamentais que visavam superar o “vazio demográfico” existente na região Sul do País, se efetivasse (FINDLAY, 2013, p. 6).

Ficker (2008) ressalta a importância estratégica da Lagoa do Saguacú para o processo de formação de Joinville. Segundo o autor, foi mediante a Lagoa do Saguacú que a conhecida Barca Colon, referenciada em muitos estudos sobre a história local, como a primeira grande leva de imigrantes, chegou à região. No dia “22 de maio de 1850, as canoas lotadas com pessoas e bagagem vagavam à frente, atravessando a Baía da Babitonga e a Lagoa do Saguacú, subindo o Rio Cachoeira, aportando finalmente no ‘Porto Bucarein’” (FICKER, 2008, p. 59).

Com o projeto de colonização incentivado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, chegaram inúmeros imigrantes provenientes de diversas regiões da Europa, impulsionando um novo ciclo econômico local em que se alteraram significativamente as intervenções na natureza e o cotidiano sobre essas terras devolutas, em direção à Serra Geral. Os caminhos e as picadas eram feitos perpassando as margens do rio Cachoeira, reconhecendo um solo encharcado e manguezais. Conforme Ficker (2008), em algumas ruas se buscavam paus de palmito, que eram abundantes na região, para que fossem utilizados em sentido transversal, permitindo aos transeuntes não se “atolar no lamaçal” (FICKER, 2008, p. 90).

Decorreram quase 500 anos desde que a cidade de São Francisco do Sul foi fundada, inaugurando o processo civilizatório da ocupação portuguesa. Mas foi somente a partir de meados do século XIX, com a fundação de Joinville (colônia Dona Francisca) que, sob o comando da colonização germânica, “o processo de produção do espaço e a apropriação dos recursos naturais alcançaram uma escala superior à capacidade de regeneração do Meio Ambiente” (SANTANA, 2002, p. 30).

Para Santana (2000, p. 30), embora Joinville tenha se tornado um importante pólo industrial que erigiu a economia da cidade, por outro lado resultou na degradação

da Lagoa do Saguau e da Baía da Babitonga, “que hoje recebe atenção, no sentido da busca de soluções para a sua recuperação e conservação dos remanescentes”.

“A história de Joinville tem ligação direta com a história de sua indústria, devido à influência do imigrante, portador de conhecimentos e técnicas trazidos de uma sociedade industrial de forte ideologia capitalista” (JOINVILLE, 1998, p.17). A sociedade local conheceu, até meados da década de 60, um processo de desenvolvimento baseado no uso intensivo dos recursos naturais, onde a degradação da natureza representava uma necessidade plenamente aceita (SANTANA, 2002).

[...] a economia joinvilense será então um autêntico modelo de permanente evolução, ainda que isto implique em subprodutos nada desejáveis, como favelização, aumento do índice de criminalidade, poluição ambiental desenfreada, carência de áreas de lazer, déficit residencial, etc (TERNES, 1986, p.152).

Ou seja, a industrialização acelerada, a urbanização, o crescimento demográfico, geraram problemas de infraestrutura urbana, bem como a necessidade de preservar as áreas verdes remanescentes desse processo. Alguns dos impactos ocorridos na Lagoa do Saguau e na Baía da Babitonga serão abordados a seguir, uma vez que implicaram na destinação de áreas específicas que devem ser protegidas no município, através de leis e decretos municipais que auxiliam na gestão do território.

1.3 Os impactos ambientais da urbanização e das atividades humanas em Joinville-SC, na região da Baía da Babitonga

As principais pressões socioeconômicas sobre o meio natural diagnosticadas para os municípios que compõem o complexo hídrico da Baía Babitonga (SDE/SC e IBGE, 1998) referem-se aos problemas relacionados particularmente à necessidade de saneamento básico, moradia e trabalho, gerando elevado número de impactos diretos e indiretos sobre a base natural (ROCHA, 2000). Esta é uma das regiões em Santa Catarina comprometidas por impactos ambientais relativos à água (TREIN, 2002).

A relação homem e meio litorâneo, através dos séculos, levou à degradação progressiva das águas. As águas marinhas foram afetadas através de dois mecanismos principais: esgotos domésticos e esgotos industriais, poluindo e

contaminando-as por agentes biológicos e químicos causadores de doenças (ALVES, 2001). O complexo estuarino sofre o impacto constante por ser afluente de vários rios urbanos, carregando lixo, esgoto e efluentes industriais, que sedimentam na Lagoa do Saguáçu e na Baía da Babitonga.

A inexistência ou insuficiência de sistemas de tratamento de esgotos¹⁷ e de drenagem pluvial “caracterizam-se como problemas interrelacionados e apresentam-se em todos os municípios da Baía da Babitonga” (ROCHA, 2000, p.32), causando prejuízos principalmente aos recursos hídricos (rios, baías e praias), à fauna (peixes, moluscos e crustáceos) e à população. Dessa maneira, a articulação e o envolvimento de todos os municípios, em prol da recuperação da qualidade ambiental da Baía da Babitonga é imprescindível. Todos os municípios contribuem para sua degradação, porém Joinville é o destaque deste “*ranking*”, “devido ao tamanho de sua população e das atividades industriais que executa” (SCHWARZ, 2007, p. 120). Por isso, é o município mais poluidor da Baía da Babitonga.

Nas áreas de manguezais, os esgotos podem causar diversos problemas, a saber: poluição e contaminação das águas, contaminação e morte de animais aquáticos, morte da vegetação de mangue e redução da quantidade de oxigênio da água. Porém, o principal dano é sobre a saúde das comunidades que se utilizam destas áreas para pesca, recreação e lazer. Em consequência, tais comunidades podem sofrer com doenças transmitidas por vírus e bactérias e serem contaminadas por metais pesados e produtos químicos (DIEGUES, 1987).

Nos rios urbanos de Joinville já afetados, o rio Cachoeira é um exemplo dessa situação. O despejo de esgotos e efluentes, combinado com as características hidrológicas do rio, resulta num nível extremo de poluição, sendo um dos principais problemas de ordem ambiental do município, influenciando negativamente o ecossistema da Baía da Babitonga. Os maiores canais de contaminação dos manguezais e da Baía são o rio Cachoeira e seus afluentes, e os demais rios da zona leste da cidade, além do rio Cubatão, que recebe grande parte dos efluentes da zona industrial de Joinville (JOINVILLE, 1998).

É comum a presença de ligações de fossas à rede de drenagem, originando valas que correm a céu aberto, levando esgotos, detritos e lixo dos rios até a Baía

¹⁷ Que abrange somente cerca de 32% da cidade de Joinville, segundo dados da Companhia Águas de Joinville. Disponível em: <http://www.aguasdejoinville.com.br/site/?p=2289>. Acesso em 13 dez 2016.

(além do lançamento de resíduos tóxicos pelas indústrias de Joinville), somados ao alto índice pluviométrico¹⁸ e à inexistência de mata ciliar, que servia para absorver o excesso de água, além de garantir a estabilidade das margens. As consequências são o comprometimento da qualidade da água e o assoreamento, resultando em alagamentos e enchentes (ROCHA, 2000).

Os fertilizantes e as substâncias nocivas provenientes da agricultura de toda a região entram na Baía da Babitonga, especialmente das culturas de arroz e banana. Outro impacto importante das atividades realizadas na Baía e no seu entorno é a instalação do porto de São Francisco do Sul e de Itapoá. O intenso tráfego de embarcações eleva os níveis de poluição das águas da Baía, em contrapartida, o assoreamento mobiliza recursos para a sua solução (ROCHA, 2000).

O aumento da quantidade de embarcações, ou seja, da produção de ruídos na Babitonga, também pode influenciar no comportamento dos animais, conforme afirma Holz (2014) em seu estudo sobre a caracterização do ambiente acústico subaquático na Baía da Babitonga, relacionado ao uso do habitat pela toninha *Pontoporia blainvillei*. A autora afirma que “os altos níveis de ruído podem gerar uma gama de problemas para os cetáceos” (HOLZ, 2014, p. 46), sejam “comportamentais, vocais e anatômicos, como o dano permanente nos ouvidos, devido à presença do ruído das embarcações”.

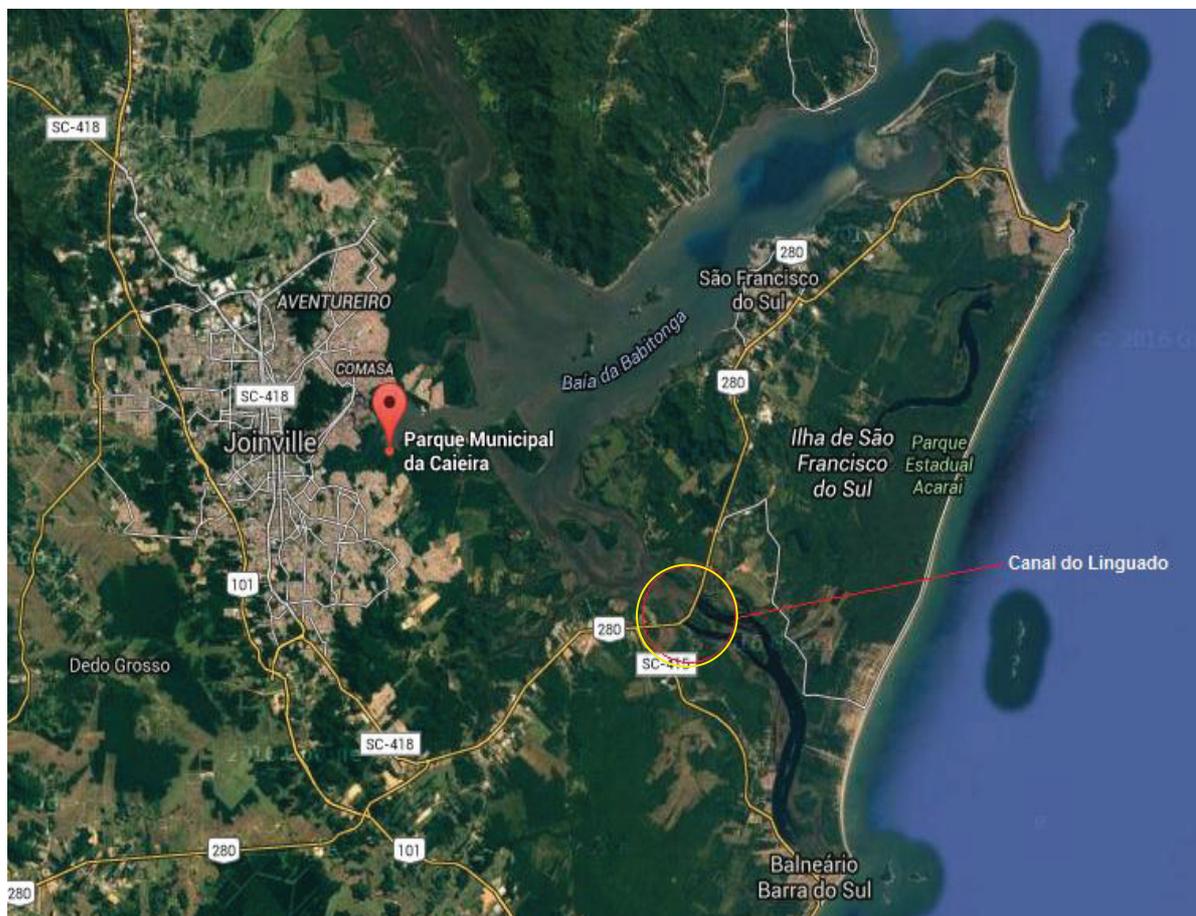
No braço sul da Baía da Babitonga, o Canal do Linguado fazia uma conexão hidráulicamente muito eficiente entre a Baía e o Oceano Atlântico. Servia como “traqueia”, que possibilitava a “respiração” da Baía. O fechamento do canal com um dique, em 1936¹⁹ (Figura 7) para passagem da rodovia BR-280, piorou a respiração, ou seja, dificultou a troca de água e sedimentos, que se acumulam. Nota-se o acúmulo de sedimento causado pelo fechamento do canal na imagem. Muitos dos efeitos de assoreamento ocorridos e outros danos ambientais provocados pelo acúmulo de poluentes trazidos pelos afluentes podem ser considerados resultado desse fechamento, segundo consta no Diagnóstico Ambiental da Baía da Babitonga (MORALES, 2004). Outro efeito desse represamento é que, com maré alta, a direção

¹⁸ O ano de 2015 registrou um total anual de 2.774,8 mm de chuva acumulada, sendo superior à média histórica (1996-2015) em 16,3%. Apenas como citação, o ano mais chuvoso da série foi em 1998, com 3.348,5 mm de chuva acumulada. (CCJ, 2016) <http://www.cubataojoinville.org.br/index.php?site=noticias&idNoticia=68>. Acesso em 05 jul 2016.

¹⁹ Com o fechamento do canal Linguado (1936) a Baía da Babitonga foi dividida em dois estuários: a porção sul, possui menor dimensão hidrodinâmica; a porção norte é bem maior, tendo seu corpo de água principal, cerca de 167 km² e apresentando em tomo de 83 ilhas (UNIVALI -FACIMAR, 1994).

da vazão dos afluentes se inverte (remanso) e uma grande parte dos poluentes, volta às suas origens (ROCHA, 2000).

Figura 7: Localização do Canal do Linguado, que liga o continente à ilha de São Francisco do Sul, SC, 2016.



Fonte: GoogleEarth. TerraMetrica. Dados do mapa 2016 Google. Adaptado pela autora.

A industrialização acelerada, a urbanização e o crescimento demográfico geraram problemas de infraestrutura urbana, bem como a necessidade de preservar as áreas verdes remanescentes do crescimento urbano-industrial de Joinville. Esse processo não se restringe a localidades específicas, tanto que com a crescente preocupação com o futuro do Meio Ambiente muitas conferências nacionais e internacionais vêm sendo realizadas ao longo do tempo.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no ano de 1972, em Estocolmo, na capital da Suécia, resultou na

criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), além de uma declaração internacional sobre o meio ambiente humano²⁰.

Em 1992, realizou-se a segunda conferência, considerada a maior já realizada pela UNESCO, no Rio de Janeiro. Conhecida como Rio-92 ou Eco-92, nesta oportunidade foram assinadas a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), a Declaração de Princípios das Florestas, a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas (Convenção do Clima) e a Agenda 21, influenciando na maneira de pensar e planejar o desenvolvimento de todos os países, de acordo com as metas das declarações (BARBER; JOHNSTON; GROSS, 2005).

No que se refere às metas acordadas na CDB, foram realizados estudos através do PROBIO - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, para a identificação de áreas prioritárias para a conservação da Mata Atlântica e das Zonas Costeiras e marinhas, onde o Estado deve agir para controlar a perda da biodiversidade (PROBIO, 2003; BRASIL, 2002). Destacam-se as áreas que correspondem à cidade de Joinville, onde esta pesquisa foi realizada.

No que abrange o município de Joinville, este está classificado como de extrema importância biológica para a conservação de invertebrados (BRASIL, 2002, p. 227) e como área prioritária para ação de conservação, considerando fatores abióticos (BRASIL, 2002, p. 243). Na classificação muito alta importância biológica, Joinville destaca-se para a conservação da flora (BRASIL, 2002, p. 221), de mamíferos (BRASIL, 2002, p. 240) e como área de alta pressão antrópica (BRASIL, 2002, p. 246). No que se refere às aves, o fundo da Baía da Babitonga está classificado como insuficientemente conhecida, mas de provável importância biológica (BRASIL, 2002, p.236). As áreas de entorno da Baía da Babitonga, incluindo a Lagoa do Saguacú, estão classificadas pelo PROBIO como Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, estando classificadas com prioridade Extremamente Alta (BRASIL, 2002, p. 278) e para as quais se recomenda o manejo e a criação de Unidades de Conservação (PROBIO, 2003), visto que o Brasil

²⁰ Universidade de São Paulo – USP. Biblioteca virtual de Direitos Humanos. <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em 05 jun 2016.

tem acordos internacionais para combater a perda da biodiversidade, no que diz respeito à CDB, assinada na Eco 92.

A CDB reforça que a conservação da diversidade biológica é uma preocupação comum de toda a Humanidade, mas reconhece que os países têm direitos soberanos sobre seus próprios recursos biológicos e que precisam abordar as prioridades primordiais de desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza (BARBER; JOHNSTON; GROSS, 2005). A escolha de áreas prioritárias para a preservação vem desse acordo, numa abordagem ecossistêmica²¹.

Em consonância com as medidas tomadas pelo município em se enquadrar com os acordos internacionais e nacionais, visando a qualidade ambiental, no que se refere à Agenda 21 Municipal e ao Plano Diretor, ambos os instrumentos dialogam, na medida em que contribuem para o desenvolvimento sustentável do município, embora muitos desafios devam ser superados. A Agenda 21 Municipal constitui-se no principal instrumento para a implantação de uma política de desenvolvimento sustentável para o Município de Joinville, em que estão sendo sugeridos programas que buscam recuperar danos ambientais, além de aproveitar as potencialidades encontradas na região (JOINVILLE, 1998).

Em Joinville, para controlar o avanço da extensão do município sobre áreas de preservação ambiental (manguezais e restingas) ou com possíveis fragilidades ambientais, foi elaborado o instrumento de controle urbanístico, no Plano Diretor municipal, que será apresentado a seguir. A definição das Áreas Protegidas é abordada nesse instrumento, para a criação de UCs, numa alternativa para tentar conter a deterioração dos manguezais e restingas, e a perda da biodiversidade na Baía da Babitonga.

²¹ Na quinta reunião a COP (Conferência das Partes) endossou: “[...]uma estratégia para o manejo integrado da terra, água e recursos vivos que promove a conservação e uso sustentável de forma equitativa. Uma abordagem ecossistêmica é baseada na aplicação de metodologias científicas apropriadas, focalizadas nos níveis de organização biológica, que englobam a estrutura, os processos, as funções e as interações essenciais entre organismos e seu meio ambiente. Ela reconhece que humanos, com sua diversidade cultural, são um componente integrante de muitos ecossistemas” (BARBER; JOHNSTON; GROSS, 2005, p. 43, 44).

1.3.1 O instrumento de controle urbanístico e a definição de Áreas Protegidas em Joinville

A partir da segunda metade do século passado, a população brasileira passou de majoritariamente rural para urbana. No Brasil, entre 1950 e 2000, o grau de urbanização subiu no patamar de 30% para 80%. Porém, o cenário de rápida expansão urbana foi estruturado por um padrão de urbanização excludente e predatório, do qual se origina a maioria dos problemas que hoje atinge as populações brasileiras (CERQUEIRA & FACCHINO, s.d.). Essa urbanização tem, há muito tempo, avançado sobre Áreas de Preservação Permanente (APP), geralmente ambientes frágeis ou de risco ambiental que, por essa mesma razão, não são aconselháveis de ocupação (SPERFELD, 2009).

Diante da magnitude desse problema, as regras para o planejamento territorial, no Brasil, foram renovadas pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade, que estabeleceram instrumentos de intervenção, como, por exemplo, o Plano Diretor (CERQUEIRA & FACCHINO, s.d.). No município de Joinville, o ordenamento urbano inicial começou com a Lei Orgânica Municipal, que posteriormente evoluiu para os sucessivos Planos Diretores (SPERFELD, 2009).

É obrigação legal de todos os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes dotar-se de um Plano Diretor, conforme o Estatuto da Cidade no que se refere ao Artigo 41. Da mesma forma, é obrigatório nas áreas de especial interesse turístico, naquelas situadas em zonas de empreendimentos com fortes impactos ambientais e nos municípios integrantes de Regiões Metropolitanas (BRASIL, 2001). No entanto, em virtude de sua importância para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria das condições de vida, o Ministério das Cidades recomenda que todos os municípios elaborem os seus planos, adaptados às suas condições e especificidades.

Tomando como referência o texto da Agenda 21 global, elaborada para a Eco 92, foram selecionados temas que tivessem relação com a problemática ambiental de Joinville e que colocassem a Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável em consonância com o novo paradigma de desenvolvimento planetário e não se restringissem a uma visão estanque da realidade (JOINVILLE, 1998). Com o objetivo de estabelecer o macrozoneamento municipal como referencial ao zoneamento urbano

e rural, identificando e definindo suas características e vocações a fim de garantir a ocupação “equilibrada” do território do município de Joinville, essa ocupação organizada por setores específicos pode vir a promover o desenvolvimento sustentável, protegendo os recursos naturais e as paisagens notáveis, direcionando o uso e a ocupação do território e otimizando a rede de circulação viária, em consonância com as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville. Dessa maneira a Lei complementar nº 318 de 1 de outubro de 2010 institui o instrumento de controle urbanístico.

No que se refere o Artigo 3º do Instrumento de Controle Urbanístico, o território do Município de Joinville divide-se entre Macrozona Rural, que se caracteriza por área não ocupada ou não prioritária para ocupação por funções urbanas, sendo destinada à preservação, às atividades agrossilvopastoris, à mineração, e ao turismo e lazer, que dependem de localização específica. Ou Macrozona Urbana, que se caracteriza pela oferta de infraestrutura básica, maior densidade de ocupação e existência de condições físico naturais que favoreçam a urbanização, tendo como objetivo o desenvolvimento de malha urbana (JOINVILLE, 2010).

A Macrozona Rural de Joinville, conforme citado acima, é destinada a atividades específicas, pois estas dependem de uma localização específica. No que se refere o Art. 5º a Área de Proteção dos Mangues (ARPA-Mg), que pertence a Macrozona Rural da cidade, tem como objetivo o atendimento ao que estabelece a Constituição Federal, em seu Art. 225, §4º, que considera os manguezais como “patrimônio nacional”, e sua utilização far-se-á dentro das condições que assegurem sua preservação (JOINVILLE, 2010). No que abrange a presente pesquisa, a margem onde se localiza o território do Parque Natural Caieira pertence a ARPA – MG “caieiras”, compreendendo os manguezais da Lagoa do Saguacú na Baía da Babitonga.

As margens da Baía da Babitonga também são citadas no que se refere à Área de utilização controlada das planícies costeiras (ARUC-Pc), que tem por objetivo propiciar o equilíbrio entre o sistema hídrico da planície costeira e o vetor norte de expansão da cidade, representado pelo complexo aeroportuário, e o vetor sul, representado por suas características sócio-econômicas e culturais, denominados como ARUC-Pc “Espinheiros” e ARUC-Pc “Cubatão”. (Art. 11) (JOINVILLE, 2010).

Outro ponto importante no que abrange o Instrumento de Controle Urbanístico de Joinville é no que se refere à área do bairro Adhemar Garcia. O bairro Adhemar Garcia está na região Macrozona Urbana, situado na subdivisão Área urbana de

adensamento controlado (AUAC), na definição de regiões que apresentam eventuais fragilidades ambientais, possuem mínimas condições de infraestrutura, impossibilidades para a melhoria do sistema viário, deficiência de acesso ao transporte coletivo, aos equipamentos públicos e serviços essenciais, e que não reúnem condições de absorver uma quantidade maior de moradores ou de atividades econômicas (Art. 29) (JOINVILLE, 2010).

A leitura da Lei complementar nº 318 de 1 de outubro de 2010, que institui o instrumento de controle urbanístico de Joinville, possibilitou a análise da área que compreende o Parque Natural Caieira e o bairro Adhemar Garcia, que estão inseridos em áreas pouco ou não urbanizadas, que são regidas pela legislação ambiental, com usos específicos, destinados à preservação ambiental e não indicados para extensão da urbanização, devido às fragilidades do Meio Ambiente. Dessa maneira, é de grande valia a destinação de áreas que devem ser protegidas no município, devido às definições elaboradas pelo PROBIO (2003) e BRASIL (2002) no que diz respeito à Agenda 21 Municipal e ao Plano Diretor. Através do Instrumento de Controle Urbanístico de Joinville, essa medida pode ser tomada, pois se refere aos manguezais como Patrimônio Nacional e entende que áreas que correspondem ao bairro Adhemar Garcia têm suas fragilidades ambientais e não são destinadas à urbanização, embora já estejam amplamente degradadas e habitadas.

2 O PARQUE NATURAL MUNICIPAL CAIEIRA

Neste capítulo será abordado o Parque Natural Caieira. Iremos contextualizar o Parque com apontamentos referentes ao Patrimônio Natural, Arqueológico Pré-Colonial e Histórico que o caracteriza e justifica a importância de preservá-lo, bem como as representações da mídia (jornais impressos e virtuais, periódicos municipais, etc.) sobre ele, além dos interesses que compõem o uso desse espaço. Iremos abordar o planejamento e a criação do Parque Natural Caieira, o subsídio financeiro para a compra do terreno pelo TAC da empresa Tupy S.A., a consolidação do Parque enquanto UC e o seu tombamento municipal. Apresentaremos, ainda, os primeiros anos de sua existência relatados pela monitoria realizada pelo MASJ até a situação atual que o acomete. Este capítulo é relevante para contextualizar a pesquisa sobre as Representações Sociais sobre o Parque Natural Caieira na visão dos moradores do bairro Adhemar Garcia onde o Parque está situado.

2.1 Contextualização do Parque Natural Caieira

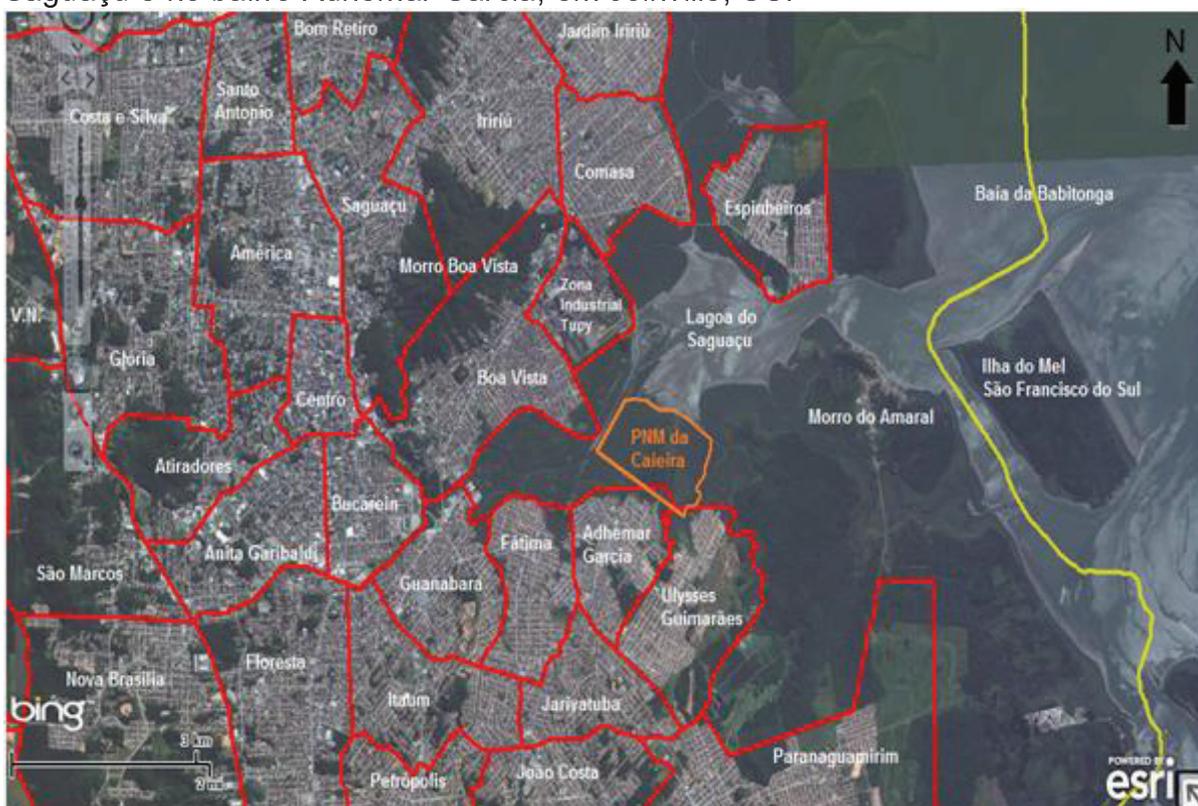
A Unidade de Conservação da natureza de Proteção Integral, denominada “Parque”, tem por objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000; BENSUSAN, 2006). Considerando a necessidade de preservar e proteger a história do Município de Joinville e, em especial, “conservar um dos últimos remanescentes do ambiente de manguezal e restinga junto ao perímetro urbano no município de Joinville” (JOINVILLE, 2004a), foi criada através do Decreto nº 11.734 de 11 de março de 2004, a UC denominada Parque Natural Municipal Caieira, já cadastrada no SNUC (VIEIRA, 2010).

Segundo Veloso *et al.* (1992), a vegetação da área correspondente ao Parque é

de formação aluvial²² e de Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas. O Parque se situa em área de transição entre o manguezal e a terra firme, que formam um ecótono gradativo (KNIE, 2002), numa área de 1.279.450,5 m² às margens da Lagoa do Saguacú, um estuário que é foz de vários rios que drenam a cidade. A Lagoa do Saguacú se caracteriza como uma sub-bacia da Baía da Babitonga e nas suas margens predomina a ocorrência de manguezais e restingas.

A localização do Parque Natural Caieira está referenciada na Figura 8, apresentando a ligação deste com o bairro Adhemar Garcia, com acesso pela rua Waldemiro Rosa.

Figura 8: Croqui identificando o Parque Natural Caieira (em laranja), na Lagoa do Saguacú e no bairro Adhemar Garcia, em Joinville, SC.



Fonte: SIMGeo Joinville, adaptado pela autora.

Além da importância biológica identificada pelo PROBIO (2003) e que abrange a área em que foi criado o Parque Natural Caieira, existem outros atributos que elevam a importância desse território como o Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial e Histórico.

Destacamos aqui o sambaqui “Lagoa do Saguacú”, as oficinas líticas “Lagoa do

²² Esta é a região preferencialmente ocupada pelos manguezais (Rosa, 2002, p.11).

Saguaçu e Caieira”, e os dois fornos remanescentes da indústria rudimentar de cal conhecida como caieira Lagoa do Saguaçu. As “caieiras” tiveram importância na economia nacional e na cidade de Joinville, mas a importância histórica dos vestígios existentes no Parque não se resume somente aos fornos da “caieira” desativada. “Informações orais, registros fotográficos e textuais apontam elos com outras atividades econômicas que foram relevantes na cidade, como os curtumes e a produção de mel” (MASJ, 2001, p. 79). Ou seja, além da exploração do sambaqui – até então considerado matéria-prima para fabricar cal na caieira - outros recursos locais foram explorados no Parque Natural Caieira, como as folhas de mangue para a produção do tanino, utilizado por curtumes que existiam na região, e o aproveitamento do mesmo ambiente para a produção de mel (MASJ, 2001). Vista a importância de todos esses elementos para a salvaguarda da história joinvilense, por meio do Decreto nº 11.760, de 18 de março de 2004 ficou homologado o tombamento municipal do “Complexo Arqueológico e Ambiental da Caieira”, como Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Arqueológico e Ambiental do Município de Joinville (JOINVILLE, 2004b).

Embora o Parque Natural Caieira compreenda uma Área de Preservação Permanente - APP (BRASIL, 2012) e UC que visam atender ao direito fundamental a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” (BRASIL, 1988), o ecossistema de manguezal e restinga vem sendo utilizado de diversas maneiras no decorrer do tempo. Para Alves e Bandeira (2012, p. 68 e 69), “o ambiente estuarino na Baía da Babitonga favoreceu o assentamento de grupos humanos desde há aproximadamente 6.000 anos AP”, como atestam os sambaquis da região. O local, caracterizado como “Complexo Arqueológico e Ambiental Caieira” apresenta vestígios, usos, conflitos e interesses que vêm compondo a paisagem que ali se revela e se transforma com o tempo.

Os sítios arqueológicos pré-colonial do tipo sambaqui são conjuntos de evidências materiais deixadas pelos mais antigos ocupantes do litoral brasileiro, que seriam os grupos de pescadores-coletores-caçadores, de origem ainda desconhecida. Esses grupos “se instalaram próximos a desembocaduras de rios, lagoas e baías, construindo montes de conchas (sambaqui) para estabelecer seus acampamentos, suas aldeias ou realizar cerimônias” (MASJ, 2001, p. 24).

Para Figuti (1998), os sambaquis são definidos como colinas artificiais de dimensão e datação variadas, sendo mais de 80% da sua composição representados por conchas de moluscos bivalves, além de enterramentos, artefatos, ossos, restos de peixes, aves, répteis, vegetais, entre outros. A Figura 9 apresenta a intervenção

arqueológica realizada no sambaqui Lagoa do Saguaçu no Parque Natural Caieira, durante os estudos do Diagnóstico Arqueológico e Paleoambiental feito pela equipe técnica do MASJ (2001).

Os vestígios que podem ser encontrados destes grupos são identificados em artefatos feitos em rocha, como lâminas polidas de machados, pontas de flechas, lanças de ossos de animais e adornos de conchas. Mas também podem ser encontrados restos alimentares e estruturas como fogueiras, por exemplo. Esses vestígios indicam que tais grupos tinham uma cultura rica em conhecimentos tecnológicos para trabalhar em rocha, concha e osso, bem como um vasto conhecimento da restinga, mangue, Mata Atlântica, rios, lagos e oceano, que ofereciam fartos recursos naturais como pescado, caça, crustáceos, moluscos, frutas, mel, fibras e madeira, entre outros, que teriam permitido em muitos casos, um estabelecimento sedentário (MASJ, 2001). Um artefato curioso, pela sua delicadeza e tamanho, que foi encontrado durante o salvamento arqueológico para a implantação do alicerce do mirante no Parque, foi uma peça zoomórfica confeccionada em osso, conhecida como zoósteo, “considerada uma raridade” (A NOTÍCIA, 2003, p. 7). É a representação de uma ave (Figura 10) de aproximadamente 3,0 cm.

Figura 9: Sambaqui da Lagoa do Saguacú (Parque Natural Caieira) sendo escavado durante a elaboração do Diagnóstico Arqueológico e Paleoambiental, pela equipe técnica do MASJ, em 2001.



Fonte: MASJ, 2001.

Figura 10: Zoósteo (escultura feita em osso), representando uma ave, encontrado no Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2001.



Fonte: Acervo do MASJ, registro pessoal.

Além do sambaqui, outras estruturas pré-coloniais são observadas no Parque Natural Caieira. As oficinas líticas fazem parte da paisagem, como veremos a seguir.

No que se refere ao conhecimento tecnológico dos sambaquianos para trabalhar com rocha, na área do Parque Natural Caieira foram utilizados dois afloramentos de diabásio, por diversos grupos, como recurso natural associado ao seu cotidiano (MASJ, 2001). Certamente, os sambaquianos eram grandes conhecedores das técnicas de polimento, cujas marcas são visíveis nessas oficinas, conforme ilustra a Figura 11.

Figura 11: Oficina lítica da Lagoa do Saguazú (Parque Natural Caieira) sendo registrada durante a elaboração do Diagnóstico Arqueológico e Paleoambiental, pela equipe técnica do MASJ, em 2001.



Fonte: MASJ, 2001.

Denomina-se oficina lítica o local onde dada sociedade (sambaquianos ou não) dava polimento a seus instrumentos de pedra, estando, na maioria das vezes, “associadas a uma área próxima de habitação” (MASJ, 2001, p 42). A rocha de suporte deveria ser apropriada e a disponibilidade de areia e água, abundante. O polimento se dava por abrasão através da areia que era submetida à constante ação da água, que funcionava como selecionador dos grãos, refinando o grau de polimento. Por esses

motivos é que as oficinas líticas são encontradas na beira dos rios, lagoas e do oceano (MASJ, 2001).

A presença de uma oficina lítica indica ações de um processo que envolveria estratégias de escolha do espaço, transporte de matéria-prima e identificação das rochas apropriadas, além das técnicas adequadas para a produção de artefatos (MASJ, 2001, p. 42).

Por isso, o Decreto de criação da UC considera que “os sítios arqueológicos localizados na área formam um conjunto único até a presente data conhecido, com elementos e testemunhos da ocupação humana no período pré-colonial e histórico, constituindo patrimônio de extrema relevância para a sociedade brasileira” (JOINVILLE, 2004a).

A ocorrência de sítios arqueológicos no litoral norte de Santa Catarina, onde a Baía da Babitonga se encontra, é de natureza múltipla quanto à sua tipologia, chegando mesmo a apresentar sítios de características tipológicas multicomponenciais. Há sambaquis, sítios cerâmicos, históricos, aldeias, oficinas líticas, dentre outros que são parte integrante do patrimônio arqueológico (BASTOS, 2002, p. 19).

Até o momento são conhecidos cerca de 150 sítios deste tipo, entretanto, há que se considerar que extensas áreas não foram pesquisadas, havendo grande probabilidade de se encontrar sambaquis ainda não cadastrados (BANDEIRA, 2010, p. 17).

Na Lagoa do Saguacú e na Baía da Babitonga, encontram-se vestígios de uma história diversa, constituída por diferentes grupos étnicos que deixaram nos extratos do lugar e do tempo, registros sobre seus usos sociais e bens culturais. No Diagnóstico Arqueológico e Paleoambiental como subsídio ao Zoneamento e Conservação do Complexo Arqueológico Caieira: Lagoa do Saguacú, Joinville (SC), realizado pelos técnicos do MASJ, é considerado que:

Os primeiros ocupantes da região de Joinville foram sociedades de pescadores-coletores-caçadores que mantinham uma intensa relação com os ecossistemas costeiros, utilizando-se principalmente de conchas e moluscos para edificar intencionalmente estruturas conhecidas como sambaquis. [...] Há aproximadamente 1.150 anos AP, outros grupos, conhecidos como tradição Itararé, teriam chegado à região. Diferentemente dos sambaquianos [...] eles tinham um conhecimento tecnológico que os permitia produzir artefatos feitos de barro cozido. Além disso, possivelmente estes grupos já cultivassem algumas plantas. Em torno de 450 AP, chegaram ao litoral outras populações denominadas na Arqueologia como Tupiguarani (atualmente mais conhecidas como Guarani) [...]. Estes grupos eram os ancestrais próximos dos índios Guarani ou Carijó que [...] foram encontrados pelos colonizadores europeus a partir do século XVI (MASJ, 2001, p. 23).

O sambaqui Lagoa do Saguaçú está situado à beira da lagoa de mesmo nome. Na descrição sumária, “o solo e a vegetação que atuam como proteção natural ao material malacológico estão ainda em condições funcionais adequadas”²³, embora “durante muito tempo, foi explorado comercialmente para o fabrico de cal a partir das conchas, em indústrias rudimentares, denominadas caieiras” (BANDEIRA, 2010, p. 74).

Conforme o entendimento de Zerger (2013) são escassas as pesquisas sobre as caieiras na Baía da Babitonga, na dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, com título “Caieiras de Araquari e entorno: inquietações de um patrimônio”, defendida em 2013.

Para Zerger (2013, p. 68)

[...] as caieiras foram, no passado, locais destinados à destruição de sambaquis, atualmente considerados patrimônio arqueológico, e estão no mesmo patamar de importância, quando se fala em espaços a serem preservados. As caieiras representam valor a partir das memórias e referências que as comunidades têm em relação a elas, mas também como espaços que podem nos fazer pensar sobre as práticas do passado e, porque não, das práticas do presente sobre o trabalho, as relações com o ambiente, o que significa patrimônio cultural.

A disponibilidade de matéria-prima para produção da cal possibilitou o funcionamento das caieiras por longo período de tempo, visto que em Joinville havia locais destinados para atender à comercialização do produto na cidade.

Conforme MASJ (2001, p. 92),

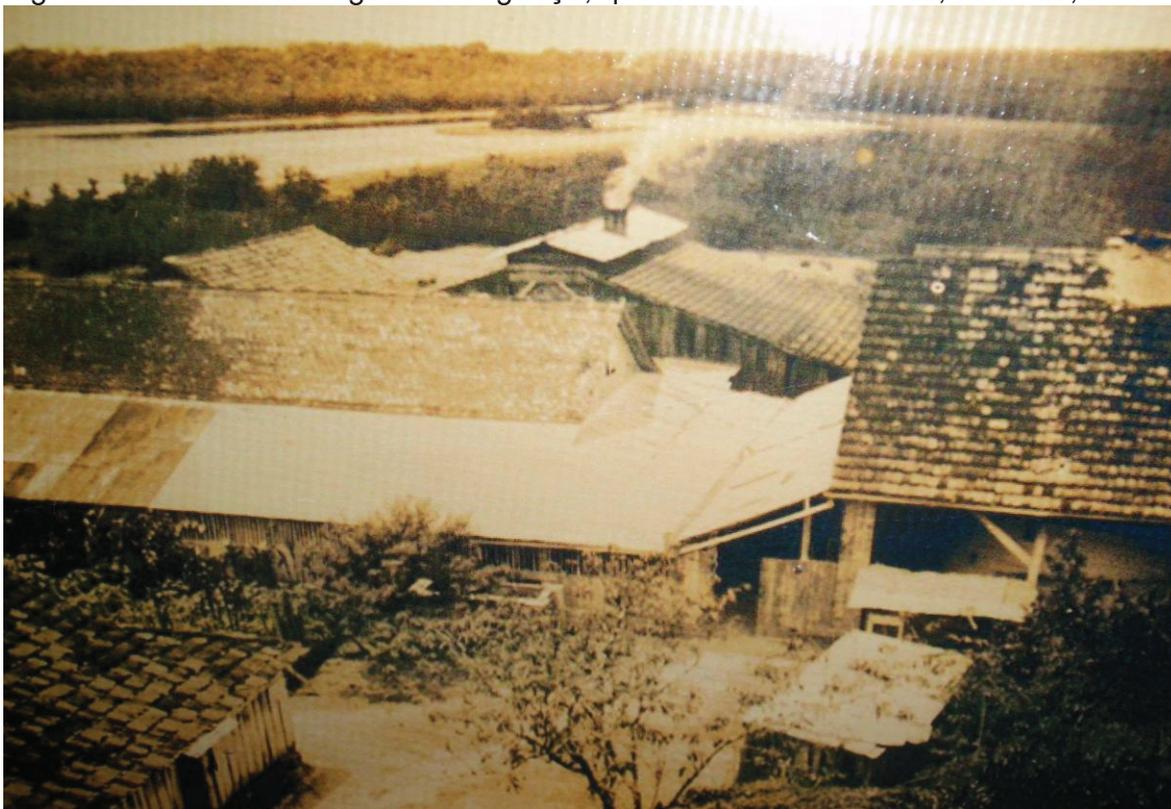
[...] para produzir a cal eram procedidas as seguintes etapas: 1) peneiramento das conchas, previamente à queima; 2) queima; 3) aspersão com água; 4) peneiramento e classificação do produto; 5) transporte para depósito e posterior comercialização.

Conhecida como “caieira do Saguaçú”, na área do Parque Natural Caieira, segundo Gonçalves, Ferreti e Rocha (2004), foi o local destinado para extração e beneficiamento de cal a partir da exploração do sítio arqueológico (sambaqui), como ilustra a Figura 12.

Ao lado do sambaqui existe parte das estruturas da antiga indústria, que funcionou desde final do século XIX até 1942, quando a cal produzida a partir das cinzas provenientes da queima das conchas deixou de ser lucrativa, sendo substituída em larga escala pela cal mineral, extraída de jazidas rochosas. Isto impactou, consideravelmente, a estrutura original do sambaqui, portanto, o que vemos hoje é o que sobrou de uma construção muito maior (BANDEIRA, 2010, p. 74).

²³ IPHAN/CNSA/SGPA – Nome do sítio: Lagoa do Saguaçú I (CNSA SC01078). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?13819. Acesso em 05 jul 2016.

Figura 12: Caieira da Lagoa do Saguacú, que funcionou até 1942, Joinville, SC.



Fonte: Registro pessoal – Painéis do Parque Natural Caieira.

Zerger (2013, p. 44 e 45) menciona que os sambaquis eram anunciados no jornal da época (*Kolonie Zeitung*, 1871) como atrativos, para valorizar os terrenos que estavam à venda.

Além do comércio, publicavam-se artigos sobre o assunto, como, por exemplo, o do *Kolonie Zeitung* publicado em 1871, que declara que a atividade da produção da cal na região era ativa, que muitos sambaquis forneciam conchas em grande quantidade e que a exportação do produto era realizada para muitos lugares. Há referências aos locais que produziam cal e exploravam os sambaquis, sendo citadas as localidades do Rio Velho, Lagoa Saguacú, Rio Riacho, Irirú, Bupeva, Cubatãozinho e Cachoeira, em Joinville. Enfatizam a qualidade da cal, sendo a melhor extraída de morros maiores, pois nos menores, as conchas são misturadas com areia, o que torna inviável a exploração.

Os sambaquis foram anunciados pela Gazeta de Joinville (1879) como “um terreno com 15 braças em quadro com um bom sambaqui para fazer cal; na beira do mar, no sítio do bem conhecido Maciel do Saguacú” (ZERGER, 2013, p. 43). Outros atributos usados para a venda dos terrenos que tinham sambaquis, apresentados no jornal *Kolonie Zeitung* (1881), citado por Zerger (2013), eram a facilidade de escoamento do material pelos rios: “Vende-se um sambaqui de material (conchas) excepcional e um bom local de atracamento, no Rio Velho” (ZERGER, 2013, p. 43).

Diversos trabalhos abordados por Zerger (2013) trazem relatos das caieiras

como depredadoras do patrimônio arqueológico que, ao mesmo tempo, garantiu subsistência aos trabalhadores e riqueza aos seus proprietários. O autor cita Bigarella, Tiburtius, Sobanski (1954), e Rohr (1984), que visitaram *in loco* os sambaquis da região que compreende a Baía da Babitonga, e descreveram a situação de depredação dos sambaquis pela extração da matéria-prima para produção da cal pelas atividades das caieiras e arruamento. “Na margem direita do rio Velho, afluente do Saguacú, ocorreram dois sambaquis que foram destruídos para a fabricação de cal hidratada” (BIGARELLA, TIBURTIUS, SOBANSKI, 1954, p. 137).

A constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegurou, através de seus artigos 20 e 216, dentre outros, a salvaguarda do patrimônio cultural.

Art 20. São bens da União:

[...]

X. as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI. as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Art 216. Constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A legislação ordinária que regula o modo e as condições pelas quais o Patrimônio Cultural será protegido, pesquisado, valorizado, documentado e preservado está contemplada no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, e na Lei Federal nº. 3.924 de 26 de julho de 1961, que “dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos”.

Com relação ainda ao Patrimônio Arqueológico, o IPHAN, então o órgão encarregado de executar a política de preservação do Patrimônio, fez editar a Portaria nº 07 de 01 de dezembro de 1988, que “estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos e pré-históricos” previstas na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 (BRASIL, 1961). Explorados de forma indiscriminada antes do surgimento desta lei, que protegeu os sambaquis, parte do casqueiro (nome popular dado ao sambaqui) da Lagoa do Saguacú serviu para o calçamento de ruas e como argamassa em edificações da área central (JOINVILLE, 2005).

O desenvolvimento industrial acelerado e, conseqüentemente, as transformações urbanas desordenadas provocaram significativos danos para a História da ocupação do litoral brasileiro. Grande parte dos sítios arqueológicos

foram completamente destruídos, em alguns casos parcialmente. Apesar da existência ainda significativa desse tipo de sítio arqueológico (sambaqui) no Litoral Norte de Santa Catarina, com mais intensidade em Joinville, sabe-se, perfeitamente, que uma fonte inestimável de informações sobre a Pré-História Brasileira perdeu-se (TAMANINI, 1994).

As caieiras estavam situadas de acordo com as condições de escoamento da cal, de modo mais comum nas proximidades dos rios que deságuam na Baía da Babitonga. O transporte fluvial foi o recurso utilizado na distribuição do produto aos mercados consumidores locais e foi bastante intensa nessa região (ZERGER, 2013). As caieiras, de maneira geral, estavam muito próximas a rios, canais e lagoas importantes da Baía da Babitonga (ZERGER, 2013). A exemplo da caieira da Lagoa do Saguacú, a estrutura de dois fornos (Figura 13) se encontra parcialmente preservada, representando um importante vestígio histórico referente ao extinto fabril de cal pelas caieiras, embora a importância histórica não se resuma a eles, pois outras atividades de relevância econômica ocorrem no local. Destacando o sambaqui, as oficinas líticas e os fornos da caieira, juntos, representam o Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial e Histórico do Parque.

Figura 13: Fornos remanescentes da Caieiria Lagoa do Saguacú, que funcionou até 1942 na área do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2017



Fonte: Registro pessoal, 2017.

O Parque Natural Caieira envolve mais do que preservar os remanescentes de manguezais e restingas de Joinville, enquanto UC. É um Complexo Ambiental e Arqueológico que detém da história pré-colonial e colonial do nordeste catarinense, remanescentes significativos nas estruturas que guardam informações importantes relacionadas às culturas passadas.

Por meio do Decreto nº 11.760 de 18 de março de 2004, ficou homologado o tombamento municipal, como Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Arqueológico e Ambiental de Joinville, o “Complexo Ambiental e Arqueológico da Caieira”, considerando que o sambaqui “Lagoa do Saguaçu” é o único sítio arqueológico, localizado no município de Joinville, “que apresenta associação com oficinas líticas e considerando que das caieiras conhecidas, a da “Lagoa do Saguaçu” é a que apresenta o maior número de estruturas remanescentes em melhor estado de conservação” (JOINVILLE, 2004b).

O terreno para a criação do Parque Natural Caieira foi comprado da Fiação Joinvilense S.A. por meio do subsídio financeiro doado para a PMJ pelo TAC da empresa Tupy S.A. (VIEIRA, 2010; BAÚ, 2013), onde a ré foi enquadrada na Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 1998), por causar poluição do ar e dos manguezais adjacentes à empresa, na Lagoa do Saguaçu (processo nº 99.01.06038-9). A empresa compensou o município de Joinville com o montante de R\$800.000,00, conforme foi divulgado pela imprensa e ilustra a Figura 14. A verba foi empregada para a compra do terreno, estudo técnico da área e para a construção das estruturas necessárias para a instalação do Parque Natural Caieira. Esse processo será abordado a seguir, apresentando sucintamente os trâmites que o decorreram.

Figura 14: Publicação sobre o acerto do TAC da empresa Tupy, 2000.



Fonte: Diário Catarinense. RODRIGUES, L. Publicada 21 nov 2000, p. 21. AHJ: Tupy: problemas.

2.1.1 O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC): subsídio financeiro para a criação do Parque Natural Caieira

Para Akaoui (2003), o objetivo do ajustamento é adequar a conduta do degradador ou o seu potencial ao ordenamento jurídico vigente, para afastar o risco de dano e/ou recompor aqueles já ocorridos, mediante a adoção de todas as medidas necessárias à efetiva e integral proteção ao Meio Ambiente.

Baú (2004) explica, em sua dissertação de mestrado em Engenharia da Produção, *Avaliação da exeqüibilidade de Termos de Ajustamento de Conduta: um estudo de caso de poluição atmosférica em Joinville – SC* que, embora o TAC tenha sido concebido em 1990, passou a ser mais amplamente adotado pelo Ministério

Público com a edição da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998). Conhecida como Lei dos Crimes Ambientais (LCA), representou um significativo avanço na tutela do Meio Ambiente, ao dispor sobre sanções penais e administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente, além de tornar realidade a promessa constitucional de se incluir a pessoa jurídica como sujeito ativo do crime ecológico (BAÚ, 2004). O autor traz o relatado dos próprios Procuradores, que mencionam que “qualquer leigo que passe nas proximidades da Fundação Tupy, pode, sem ter medo de errar por estar opinando em seara alheia, afirmar e confirmar da existência da poluição” (BAÚ, 2004, p. 125 e 126), visto a evidência do crime que estava sendo cometido. Ressalta ainda, que

[...] a ação civil pública fundamentou-se, também, no fato da poluição, conforme relatado pela própria FATMA, estar degradando não só a qualidade do ar, mas também estar causando prejuízos à Baía da Babitonga e aos rios vizinhos que são margeados por manguezais. Todas essas áreas são consideradas bens públicos pertencentes à União (BAÚ, 2004, p. 137).

A Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, no Artigo 3º trouxe definições importantes sobre o tema da poluição. Para fins previstos nesta lei, entende-se por:

- I – meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;
- II – degradação da qualidade ambiental, a alteração das características do meio ambiente;
- III – poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:
 - a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
 - b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
 - c) afetem desfavoravelmente a biota;
 - d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
 - e) lancem matérias ou energia em desacordo com padrões ambientais estabelecidos;
- IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;
- V – recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Para Baú (2004), a poluição também está afetando o mar territorial correspondente à Baía de Babitonga, as áreas de manguezais e os rios com influência da maré. Esses bens são bens da União e estão integrados ao seu Patrimônio. A

Constituição Federal de 1988, no Artigo 20, identifica como sendo bens da União: V - o mar territorial; VI - os terrenos da marinha e seus acrescidos.

O manguezal e a restinga, pela importância que assumem no equilíbrio dos ecossistemas, recebem especial proteção jurídica, tendo sido guindados à qualidade de Patrimônio Nacional. A regulamentação do Decreto nº 750 de 10 de fevereiro de 1993 (Artigo 3º), em vigor, e as Resoluções CONAMA nº 10 de 1º de outubro de 1993 e nº 004 de 04 de maio de 1994 (esta específica para Santa Catarina), garantem oficialmente a proteção das áreas de mangue e restinga.

O compromisso de ajustamento estabeleceu uma compensação por equivalente, buscando recompor em favor da coletividade os danos irreparáveis causados ao meio ambiente. Como medida compensatória, a empresa Fundação Tupy Ltda. obrigou-se à doação de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais) ao município de Joinville e/ou à Fundação Municipal do Meio Ambiente, FUNDEMA, destinados à criação e implantação do Parque Municipal, a ser denominado Parque da Caieira.

O acordo estabeleceu que o projeto definitivo do Parque Municipal, com a indicação dos valores necessários para sua total implementação, incluindo a aquisição do imóvel, obras e benfeitorias necessárias, deverá ser submetido à apreciação conjunta do IBAMA, FATMA, FUNDEMA e apresentado no prazo de até 120 dias, após a homologação judicial do acordo. Caso o Município de Joinville e a FUNDEMA descumprirem essas condições, o valor doado será revertido em favor do Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados.

A admissibilidade da obrigação de indenizar, neste caso, através de medida compensatória, é uma questão problemática. A possibilidade de que o valor adotado como compensação ecológica seja igual ao valor do dano ambiental é muito remota, uma vez que este é de difícil apuração (BAÚ, 2004, p. 168 e 169).

Baú (2004, p. 153) indaga: “A questão que se coloca é: os R\$800.000,00 seriam suficientes para indenizar os prejuízos causados ao Meio Ambiente? A resposta a essa questão requisitaria a realização de perícia que, certamente, geraria enormes discussões”.

A pronta aplicação dos recursos na criação de um parque viabilizará uma ação necessária numa área na qual o Poder Público não tem conseguido investir, devido ao grande déficit em outras áreas, não menos importantes, tais como habitação popular, saúde, etc. Nesse sentido até seria justificável se exigir da ré, eventual soma inferior. Seria admissível transigir. Um aparente prejuízo para a sociedade pode ser logo compensado pela imediata aplicação de recursos numa área tão carente como é a defesa do Meio Ambiente (BAÚ, 2004, p. 153).

Para Antunes (2000, p. 91)

[...] a fixação de valores para os bens ambientais é um dos temas mais tormentosos da moderna economia e, sobre o particular, existem fundadas

dúvidas quanto à própria capacidade da ciência econômica em chegar a alguma conclusão definitiva sobre o assunto.

Por fim, “com os acréscimos das disposições da sentença, que passaram a vincular os terceiros (Município de Joinville, FUNDEMA E VIDA VERDE) interessados nos termos ali estabelecidos, foi homologado, em 27 de outubro de 2000”, o TAC celebrado entre as partes e os terceiros interessados, “e extinto o processo com julgamento do mérito” (BAÚ, 2004, p. 154).

A FUNDEMA e o Município de Joinville, como terceiros interessados devidamente habilitados nos autos, subscreveram o termo incumbindo-se da aplicação dos recursos doados pela empresa a título de medida compensatória. À FUNDEMA coube a administração dos recursos aplicados na elaboração do projeto final do parque, na aquisição/desapropriação da área e na execução das obras civis necessárias, assumindo a coordenação e execução dos trabalhos até a apresentação do projeto em Juízo, para aprovação final.

O Município de Joinville ficou responsável por encaminhar todos os trâmites legais envolvidos na implementação do parque, que passará a integrar o patrimônio público do município, na categoria de bens de uso comum do povo. Assumiu, juntamente com a FUNDEMA, a posição de garante solidário na hipótese de inadimplência sua ou das empresas que vierem a ser contratadas para a execução do projeto. O MM. Juiz Federal estabeleceu um cronograma a ser obedecido.

Ocorrendo o inadimplemento, com qualquer das etapas relativas à implementação do parque, os recursos acrescidos de multa de 20% sobre os valores já levantados deverão ser revertidos ao Fundo de reconstituição dos bens lesados, da União Federal (Artigo 13, Lei 7.347/85).

A Associação VIDA VERDE foi trazida ao processo para figurar como participante da sociedade civil, podendo para este fim exercer direito de voz e voto nas discussões sobre a elaboração do projeto final e atuar como agente fiscalizadora do Juiz, relatando as ocorrências que entender necessárias e/ou atendendo determinações do Juízo (BAÚ, 2004, p. 161).

Buscamos entrar em contato com a ONG Vida Verde através do contato que está disponível em seu *site*²⁴, para saber sobre o envolvimento desta com o Parque Natural Caieira. Porém, não obtivemos sucesso nessa busca e o site da ONG está desatualizado desde 2007.

²⁴ ONG Vida Verde. <http://www.vidaverde.org.br/new/>. Acesso em 12 mar 2016.

2.2 Joinville ganha acesso ao Patrimônio: a implantação do Parque Natural Caieira

Na busca por maiores informações referentes ao Parque Natural Caieira - criação e continuidade - a ida ao Arquivo Histórico de Joinville foi muito interessante, pois possibilitou o acesso às publicações dos jornais da época, quando os trâmites para a criação do Parque estavam desenrolando. Os recortes de jornais auxiliaram com informações referentes ao Parque Natural Caieira, ao TAC da Tupy, à ocupação dos manguezais da cidade e ao bairro Adhemar Garcia. Embora os recortes de jornais tenham contribuído para a escrita desta dissertação, “[...] o que é publicado nos meios de comunicação não é o fato em si, mas uma representação deste fato” (DIAS, 2016, p. 104). “Reserva-se aos meios de comunicação de massa um papel destacado na compreensão dos processos de formação e circulação das Representações Sociais, nas sociedades contemporâneas” (SÁ, 1998, p. 43).

Dias (2016), em sua dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade *O patrimônio na pauta do dia – A construção de representações sobre o caso do “Bar Tigre” e da “Casa Amarela” na imprensa* - traz a comunicação social (imprensa escrita) como o real recriado, ou seja, a construção do que percebemos como real. “Os meios de comunicação não só restituem a presença e dão existência ao acontecimento, mas também orientam a forma como o vemos” (DIAS, 2016, p. 104). Ou seja, as publicações das reportagens referentes ao Parque, como sendo “verdades absolutas”, devem ser ponderadas, visto que o que lemos nos jornais são representações da realidade, por isso, o *status* de “verdade absoluta” é tendencioso. O mesmo serve para o próximo capítulo, que se refere ao bairro Adhemar Garcia.

Essa representação de “verdade” é

[...] construída a partir de outras representações (das pessoas que contaram as histórias, do jornalista que as reportou, do editor que selecionou títulos, subtítulos e dispôs o conteúdo na página de acordo com a linha editorial ou a cultura do veículo onde trabalha, entre outras) e, para usar as palavras de Chartier, traz os valores e ideias de um grupo que se vale delas para estabelecer seu controle (CHARTIER, 1988, p.17) (DIAS, 2016, p. 103 e 104).

O controle, em relação ao qual a autora utiliza Chartier (1988) para argumentar, se refere aos acontecimentos que a imprensa escolhe noticiar e aquelas notícias que decide não divulgar para a população, por interesses diversos. Considerando a

imprensa escrita como uma representação da realidade, essa representação vai orientar as representações dos leitores sobre o tema. “Em um mundo que foge ao alcance dos olhos, a informação que se tem sobre algo (ou o que se sabe sobre algo) é mediada por quem a conta” (DIAS, 2016, p. 104).

Os leitores interpretam o acontecimento, cada qual de sua maneira, em decorrência da sua história particular de vida, afinal “é com as práticas sócio-culturais e com a comunicação de massa que o estudo das Representações Sociais mantém relações mais significativas” (SÁ, 1998, p. 43). Não é nosso objetivo abordar o posicionamento político ou de influência de cada jornal citado²⁵. Optamos por, na medida do possível, citar o redator da matéria que usamos. Em alguns casos, não foram identificados os responsáveis pela matéria, então, citamos o nome do jornal que a matéria foi veiculada.

Sabendo disso, a primeira reportagem referente à implantação do Parque foi publicada no ano de 2000, com a chamada “Joinville ganha espaço de lazer – projeto para construção do Parque da Caieira sai da gaveta. Área escolhida tem 1,3 milhão de metros quadrados no bairro Fátima” (A NOTÍCIA, 2006). Interessante é que o bairro Adhemar Garcia já foi mencionado como bairro Fátima pelos jornais em outras ocasiões. De qualquer forma, estão se referindo à criação do Parque Natural Caieira.

Estava previsto no projeto que o Parque teria estruturas como: campo de futebol, pista para bicicross, churrasqueiras, quiosques, mirante, restaurantes, quadra poliesportiva, cancha de bocha, *playground*, entre outros atrativos que, com certeza, entusiasmaram a população joinvilense em geral e os moradores do Adhemar Garcia, que seriam os beneficiários diretos com a criação do Parque, pela proximidade. O projeto previa três áreas diferenciadas na divisão do terreno: uma parte de mangue, outra de preservação ambiental e a terceira onde seria construído o Parque (estruturas físicas diversas). Já estavam discutindo, nessa ocasião, assuntos como

²⁵ Podemos indicar as seguintes obras, para uma abordagem mais profunda sobre a imprensa de Joinville: HERKENHOFF, E. História da imprensa de Joinville. Editora UFSC. 1998.; GRUNER, C. Leituras matutinas: modernidade, utopias e heterotopias na imprensa joinvilense (1951-1980). Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-graduação em História (dissertação de mestrado). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba – PR, 2002. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27087/D%20-%20GRUNER,%20CLOVIS.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 abr 2015.; MATHYAS, A. M. Histórias impressas de Joinville: estudo da historiografia e da influência da imprensa na escrita da história da maior cidade de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História Cultural. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis – SC, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90317>. Acesso em 12 dez 2016.

congestionamento para chegar e sair do Parque, demonstrando confiança no sucesso da implantação deste. “Eu acredito que em 2001 ele já esteja pronto”, afirmou Osni Fontan, secretário da Agricultura e Meio Ambiente na época. Foi divulgada uma ilustração (croqui) da distribuição das estruturas no Parque (Figura 15). O terreno foi escolhido pelo seu tamanho, compatível com a planta do projeto da Fundema, mesmo órgão responsável pela gestão da UC.

Figura 15: Croqui do projeto inicial do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2004.



Fonte: A Notícia. Joinville vai ganhar mais um parque. Publicada 23 mar 2004. AHJ: Parques e praças de Joinville: Parque Caieira.

Após quase um ano, A Notícia publica sobre o lançamento da pedra fundamental do Parque Natural Caieira (Figura 16), discorrendo sobre os mesmos atrativos divulgados no início do projeto. Os envolvidos estimaram que o movimento no Parque fosse maior do que no Zoobotânico de Joinville, “que recebeu 170 mil pessoas em 1999” (VARGAS, 2001, p. 01). A previsão, mais uma vez, era de que o Parque estaria pronto no final do ano (2001) ou no início do próximo (2002).

Figura 16: Pedra fundamental do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2014.



Fonte: WARKENTIN, M. 2014.

Somando nove meses após a implantação da pedra fundamental do Parque Natural Caieira, “o município não havia apresentado o projeto final da implantação” (VARGAS, 2002a, p. 10) e a verba corria o risco de ser perdida. O juiz federal Sergio Fernando Moro reclama do atraso na execução das obras: “Após mais de um ano de sentença, sequer foram iniciadas as obras”. A PMJ alega que não tem dinheiro para investir, pois o valor pago pelo TAC da Tupy não seria o suficiente para construir o Parque, “um parque ideal consumiria R\$ 5 milhões”, na reflexão do presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, na época, Júlio Serpa (VARGAS, 2002a, p. 10). Ele alegou ainda, que o estudo técnico na área foi o fator determinante do atraso.

Vale destacar aqui que o MASJ, até então, não havia sido incluído nas decisões da implantação do Parque Natural Caieira (MORRIESEN, 2014). O MASJ é o órgão municipal que atua na pesquisa, salvaguarda e comunicação do Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial e Histórico municipal, através da Fundação Cultural de Joinville (FCJ). O sambaqui Lagoa do Saguacú já estava mapeado como um dos sítios

arqueológicos da região e o MASJ já monitorava o sítio, mesmo quando o terreno era de propriedade particular. Quando chegou ao conhecimento da equipe sobre a implantação do Parque, o órgão se manifestou e cobrou a participação nos estudos técnicos da área. A participação do MASJ foi decisiva para que o projeto fosse redefinido, já que muitas obras previstas no projeto inicial eram inviáveis no que diz respeito à salvaguarda dos vestígios históricos. O MASJ defendeu a abertura qualificada do Parque (BANDEIRA, 2014 em entrevista para MORRIESEN, 2014), por isso algumas obras ficaram inviáveis de acordo com o Zoneamento Histórico Cultural do Diagnóstico, exigido e realizado pelo MASJ. O resultado das alterações do projeto está ilustrado na Figura 17, que apresenta o croqui disponível na entrada do Parque. Com o zoneamento da área, técnicos das instituições envolvidas com a implantação do Parque, buscaram alternativas para compatibilizar os interesses e disponibilizar para a sociedade, uma área ambiental e arqueológica que garantisse a conservação desse Patrimônio, com o mínimo de impacto negativo (MASJ, 2007).

Figura 17: Croqui da atual disposição do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2017.



Fonte: Registro pessoal, 2017.

Uma ação que o MASJ fez durante o seu envolvimento nos estudos da área

onde seria implantado o Parque Natural Caieira, foi realizar uma pesquisa de opinião junto à comunidade do entorno, em que foram entrevistadas 119 residências adjacentes ao Parque (MASJ, 2001), no bairro Adhemar Garcia. Durante essa pesquisa, a equipe coletou informações importantes sobre as impressões da comunidade sobre a criação do Parque. No que diz respeito ao Projeto do Parque Natural Caieira, 79% dos entrevistados conheciam o projeto do parque. Sobre o local do Parque, 53% não conheciam o local pessoalmente. A opinião sobre a implantação do Parque é quase unânime quando 93% dos entrevistados são a favor do Parque (MASJ, 2001). Dos 93% que são a favor do Parque, 32% diz que o Parque vai movimentar o bairro, 25% que terão mais lazer, 25% dos entrevistados não respondeu, 6% acha importante a criação do Parque, 6% que terão asfalto na rua, 3% mencionam que valoriza os imóveis, seguido por 1% que proporciona emprego, 1% aproveita o espaço e 1% que desenvolve o comércio (MASJ, 2001).

A expectativa do que a população do entorno do Parque gostaria que ele tivesse é: 30% área de lazer/playground, 20% não respondeu, 11% quadra para futebol/tênis/skate, 9% zoológico, 8% parque aquático/piscina, 5% área verde, 3% menciona tudo que tem no projeto, 3% segurança/monitor, 3% mesa/lanchonete, 2% trilha para caminhada/cooper, 2% pesque e pague e 1% museu (MASJ, 2001).

No que diz respeito ao Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial e Histórico do Parque, somente 35% dos entrevistados tem conhecimento do que é um sambaqui, assim como apenas 25% tem conhecimento sobre o que é uma caieira (MASJ, 2001).

Os dados sobre fauna e flora apontam que 40% dos entrevistados afirmam que já viram algum animal diferente na área. Quando indagados sobre a utilização das plantas próximas às suas casas ou do Parque, 24% responde que utiliza dessas plantas (MASJ, 2001).

Sobre a atividade pesqueira na região, 18% dizem que tem pescador na casa. Desses 18% que pescam na região, 14% alega que é para venda e destes, 9% também coleta caranguejo, marisco e ostra (MASJ, 2001).

Referente aos órgãos públicos, 65% já ouviu falar no IBAMA, o mesmo número corresponde à FATMA. Sobre a extinta FUNDEMA (atualmente Secretaria do Meio Ambiente – SEMA), 61% já ouviu falar. Sobre o MASJ, 79% já ouviu falar (MASJ, 2001).

O que essa consulta de opinião realizada pelo MASJ nos diz é que, boa parte dos entrevistados é a favor da criação do Parque, embora os anseios da comunidade

sobre a área não foram completamente realizados, visto que houve a necessidade de alterar o projeto inicial que foi divulgado antes dos estudos técnicos necessários. Outro número curioso que essas entrevistas do MASJ nos revelam é o baixo número de entrevistados que tem conhecimento sobre o que é um sambaqui e uma caieira. O Parque se propõe dentro de seus objetivos, divulgar os bens que lá existem através da educação patrimonial e ambiental. É importante que a comunidade conheça o que tem no Parque Natural Caieira para compreender a importância da existência do Parque e da preservação dos sítios remanescentes.

Em segunda reunião com o juiz federal Sergio Fernando Moro, “o município de Joinville foi convocado a apresentar o projeto final em 30 dias, e durante a execução das obras, previstas para iniciar em maio e concluídas em outubro (2002)” (VARGAS, 2002b, p. 10), seriam fiscalizadas mensalmente pelo juiz. O secretário da Agricultura e Meio Ambiente na época, Maurício Peixer, explicou que o atraso ocorreu por modificações técnicas necessárias no projeto inicial (aquelas diagnosticadas pela equipe do MASJ). Afirmou que o ecossistema da área é frágil e tiveram que retirar algumas obras do projeto. A maior alteração, segundo o ex-secretário, se referiu ao maior controle da visitação no local. No final da reportagem, o redator comenta que o empreendimento será o primeiro parque municipal de Joinville, demonstrando desconhecimento, visto que o Parque Natural Municipal Morro do Finder foi criado em 1992 como UC de Proteção Integral.

Para Rocha (2005), os parques, como as demais Unidades de Conservação, são espaços institucionalizados, expressões práticas do controle político, frequentemente criados e gestados com uma visão da natureza como um mero instrumento para satisfação de certas necessidades humanas, inclusive o turismo. O autor comenta que as UCs, no município de Joinville, começam a ser pensadas e colocadas em prática somente a partir de meados da década de 80 “com a criação da Área de Proteção Ambiental – APA – Dona Francisca e com os primeiros projetos de criação de Parques ecológicos na cidade. Em 1992, foi criado o Parque Municipal Morro do Finder” (ROCHA, 2006, p. 3).

Na década de 90 surgem importantes questões relativas a discussões sobre a questão ambiental no município. A Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA) é criada em 1990, por meio da Lei Municipal nº 2.419 de 27 de julho e regulamentada pelo Decreto nº 6.419 de 16 de outubro do mesmo ano. Foi instituída como um órgão vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, tendo como uma de suas finalidades identificar, implantar e

administrar Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens de interesse ecológico, e estabelecendo normas a serem observadas nestas áreas (ROCHA, 2006, p. 57).

Antes de renunciar, “o ex-prefeito municipal Luiz Henrique da Silveira assina o desentrate do processo de licitação para construção do Parque Natural Caieira” (JUNGES, 2002, p. 11). Com um anúncio mais tímido sobre a criação e os atrativos do Parque, fez referência somente às trilhas, que iriam percorrer a Mata Atlântica.

Diversos acontecimentos ocorreram antes do início das obras de implantação do Parque Natural Caieira: o lançamento de novo edital para contratação de empreiteira para executar a obra (DIÁRIO CATARINENSE, 2002), o anúncio de datas estipuladas para finalizá-las e o descumprimento dos prazos estipulados (FERRI, 2002; A NOTÍCIA, 2002; JORNAL DA SAMA, 2002; A NOTÍCIA, 2003; RIGOTTI, 2003), até finalmente ser anunciada a inauguração do Parque (A NOTÍCIA, 2004) no dia 20 de março de 2004. “O Parque Caieira humaniza a evolução econômica e social de Joinville” (A NOTÍCIA, 2004). Finalmente, Joinville ganha acesso ao Patrimônio Natural e Arqueológico. Embora tenha sido inaugurado incompleto quanto às estruturas do estacionamento, foi criado o Parque Natural Caieira. Durante o evento, também foi assinado o decreto de tombamento do Parque. Os visitantes teriam acesso às trilhas, ao mirante para visualização em ângulo de 360° da paisagem, e momentos de contemplação e conhecimento da história da cidade (HERBST, 2004; RIGOTTI, 2004; RODRIGUES, 2004).

Com a inauguração, a área do Parque Natural Caieira passou a ter um uso muito diferente do que tinha até então (MASJ, 2007). Anteriormente à compra do terreno pelo TAC da empresa Tupy S.A., a área era ocupada por um caseiro e sua família, que se responsabilizavam pela manutenção do local (MORRIESEN *et al*, 2014). O Parque Natural Caieira passou a receber um número enorme de pessoas, com registro de mais de 1.500 (um mil e quinhentos) visitantes em alguns domingos, logo após sua inauguração em 2004 (MASJ, 2007). Esse número demonstra a aceitação do Parque pelo público, além da carência de lugares ao ar livre para o lazer dos joinvilenses. Porém, também traz uma situação de risco à integridade do Patrimônio Natural e Arqueológico que devem ser preservados (MASJ, 2007). Foi a partir dessa problemática que a equipe do MASJ se comprometeu em fazer o monitoramento, como abordaremos no tópico seguinte.

Com a abertura do Parque, alguns problemas começaram a aparecer já nos primeiros meses de funcionamento. O maior e mais icônico é referente ao mirante. Primeiramente, projetado de maneira que ficaria acima do sambaqui Lagoa do Saguaçú (Figura 15), o mirante (Figura 18) foi um dos atrativos que se manteve mesmo após as alterações do projeto. Durante a realização das obras para a construção da base que sustentaria o mirante, a equipe técnica do MASJ monitorou todos os procedimentos realizados, visto que o sambaqui se estendia por ampla área e que, devido a exploração pela caieira, em muitos locais somente sua base se preservava. Apesar de ter sido construído com todas as precauções no que se refere à salvaguarda do patrimônio e respeitando as leis ambientais e patrimoniais, o mirante não era estável. Alguns moradores relataram, durante a aplicação dos questionários desta pesquisa, que o mirante balançava, ou seja, não era seguro usá-lo. Isso causou a sua interdição. Embora a PMJ tenha empreendido esforços para sustentar o mirante, com cabos de aço fixos no solo, isso não resolveu o problema e “nunca chegou a ser totalmente liberado para acesso devido à instabilidade da estrutura, identificada logo após a construção” (MORRISEN, 2014). Então, a Justiça ordenou à Fundema uma perícia para determinar a demolição da obra, visto que a eterna interdição levou ao apodrecimento do mirante, como revela a Figura 18, tirada em 2014, até a sua total remoção.

Figura 18: Mirante do Parque Natural Caieira em ruínas e interditado, Joinville, SC, 2014.



Fonte: WARKENTIN, 2014.

2.2.1 As primeiras impressões após a abertura do Parque Natural Caieira

Se, por um lado, a criação do Parque e a abertura deste para o público é “uma forma de socialização do Patrimônio e uma rica oportunidade para se trabalhar a Educação Patrimonial”, por outro lado “exigem atenção maior quanto à conservação do Patrimônio e a busca constante de avaliações e melhores formas para o seu gerenciamento” (MASJ, 2007, p. 7).

Este monitoramento surgiu a partir dessas preocupações, pois:

É a observação e registro dos resultados físicos das visitas e a busca das representações que os visitantes têm em relação àquele espaço e ao Patrimônio Arqueológico que trará subsídios para estabelecer-se o Plano de

Manejo e as melhores formas de uso da área, cumprindo o que determina a legislação (MASJ, 2007, p. 7).

Como parte do projeto realizado pelo MASJ, um dos objetivos era inspecionar o estado de conservação dos sítios arqueológicos localizados no Parque, de maneira que possibilite subsidiar a elaboração do Plano de Manejo (MASJ, 2007). As inpeções ocorreram três vezes ao mês, ao longo de um ano, a partir de 6 de maio de 2004. Após esse primeiro ano, ocorreram vistorias eventuais, uma das quais, participei enquanto estagiária do MASJ, no ano de 2012. Paradoxalmente, o que era para ser um lugar de contemplação e inserção da população da região no ambiente natural, cheio de vestígios históricos, vem comprometendo o estado de conservação desses vestígios, bem como agredindo o Meio Ambiente, pois é visível a deposição de lixo na área do Parque. Os atos nocivos contra as estruturas do Parque ocorrem desde que ele foi inaugurado.

Entre tantas constatações registradas pela equipe do MASJ, destacam-se:

- visitantes subindo no sambaqui/criando uma trilha e, conseqüentemente, contribuindo para a erosão do solo arqueológico.
- entulho acumulado em área arqueológica, bem como lixo nas oficinas líticas.
- fogueiras.
- retirada de tijolos da estrutura dos fornos da caieira.
- vegetação alta ao redor das estruturas.
- compactação e erosão do solo.
- janelas quebradas e grafismos (MASJ, 2007).

Alguns visitantes foram abordados e entrevistados durante a realização desse monitoramento, revelando que “o perfil do visitante é predominantemente o do sexo masculino”, com idade na faixa “dos 26 a 35 anos”. A escolaridade “predomina o ensino médio e fundamental”. Os visitantes “moram predominantemente em Joinville e são do bairro Adhemar Garcia”. Outros bairros expressivos são “o bairro Fátima e Jarivatuba, que também são muito próximos do Parque” (MASJ, 2007, p. 29, 30 e 31). “Isso indica que poucos turistas vão ao Parque. Será falta de divulgação? E os moradores de outros bairros também não recebem informação sobre o Parque?” (MASJ, 2007, p. 31) indagam os técnicos do MASJ.

O transporte que os visitantes mais usam para se locomover até o Parque é o

automóvel particular, podendo indicar, talvez, a falha do serviço de transporte público, o que explica a baixa frequência de moradores de outros bairros da cidade (MASJ, 2007). Por exemplo, após a reabertura do mirante do Morro do Boa Vista em 2016, a PMJ disponibiliza uma linha exclusiva para o mirante, a partir do Terminal Central Deputado Aderbal Tavares Lopes, ou “Terminal do Centro”. Essa iniciativa é um incentivo e investimento para que as pessoas usufruam do mirante e, enquanto estrutura pública tenha sucesso.

A grande maioria, quase 100% dos entrevistados, não teve acompanhamento de monitores, porém a comunicação visual do Parque (placas e sinalização) foi considerada satisfatória (MASJ, 2007). Quando os entrevistados foram indagados sobre qual item do Parque Natural Caieira é o mais atrativo, cerca de 35% escolheram o mirante como o maior atrativo. “Este resultado aponta uma situação delicada para o Parque, uma vez que o maior atrativo, o mirante, está interdito” (MASJ, 2007, p. 34). Entretanto, a maior parte dos visitantes declarou que teve suas expectativas em relação ao Parque, atendidas.

Em relação aos problemas constatados pelos visitantes entrevistados, a maioria declarou seu descontentamento quanto ao mirante – a falta de segurança e acesso. Outro item bastante mencionado como problema foi a falta de lanchonete (MASJ, 2007).

Ao final do relatório da monitoria do MASJ, há uma série de recomendações à FUNDEMA, órgão municipal responsável pela gestão do Parque, em parceria com a FCJ. Podemos citar (MASJ, 2007, p. 37 e 38):

- melhoria na manutenção, principalmente limpeza;
- disponibilização de água para os visitantes (bebedouro);
- orientação permanente à equipe (vigilantes, monitores e pessoal de apoio), principalmente no tocante ao trato com o visitante;
- ampliação da equipe de apoio e técnica, principalmente monitores;
- restauração da casa, cais, fornos e estruturas associadas;
- recuperação do mirante;
- instalação de medidas corretivas da erosão superficial do solo (barreiras naturais ou artificiais);
- instalação de equipamentos de orientação ao acesso e proteção do patrimônio (trilhas, decks com para corpo, coberturas e barreiras) em todos os espaços (sambaqui, oficinas líticas, caieira e demais estruturas);
- projeto específico de Educação Ambiental e Patrimonial que atenda, além de grupos, os visitantes individuais;
- melhor aproveitamento dos espaços construídos;
- definição da capacidade de carga;
- melhoria e ampliação do sistema de comunicação interna do Parque;
- melhoria na divulgação do Parque;
- melhoria na sinalização, referente à localização do Parque pela cidade;

- melhoria no transporte coletivo de acesso ao Parque;
- facilitar o deslocamento de pessoas com necessidades especiais dentro do Parque;
- roçadas orientadas por técnicos da FCJ/Coordenadoria do Patrimônio/MASJ.

Os técnicos também sugerem que se estabeleça uma parceria entre o órgão responsável pelo Parque – FUNDEMA e a FCJ, responsável pelo Patrimônio Cultural, para a elaboração e execução de projeto visando sanar os problemas que foram identificados. Um agravante da situação até então mencionada e que, até hoje, não foi resolvido, é que desde a criação do Parque não foi publicado o Plano de Manejo desta UC, embora o Parque Natural Caieira esteja classificado no SNUC. Sem o Plano de Manejo, ações para gestão do Parque e do seu entorno ficam comprometidas ou inviáveis, além de não ter estabelecida a Zona de Amortecimento.

Outra situação semelhante foi relatada por Rocha (2005, p. 59) com a criação do Parque Morro do Finder, também em Joinville. Segundo o técnico Sérgio Diniz (comunicação pessoal em ROCHA, 2006), que foi responsável na época pelo projeto de criação do Parque Morro do Finder:

[...] a principal razão para realização de estudos para a criação do parque baseava-se na carência de áreas de lazer, e a proposta dos governantes da época era se estabelecer um parque urbano que poderia ser comparado a áreas que na época já estavam bem estruturadas como, por exemplo, o Parque Barigüi, em Curitiba.

Dentre as principais dificuldades da Prefeitura e da FUNDEMA em relação à administração do Parque Morro do Finder, segundo Rocha (2005), são os conflitos entre a comunidade e a fundação do Parque e gestores; diversos habitantes da área de entorno desta UC destacam o fato de que a comunidade imaginava o Parque como uma grande área de lazer com churrasqueiras, quadras e campos de esportes, o que não ocorreu.

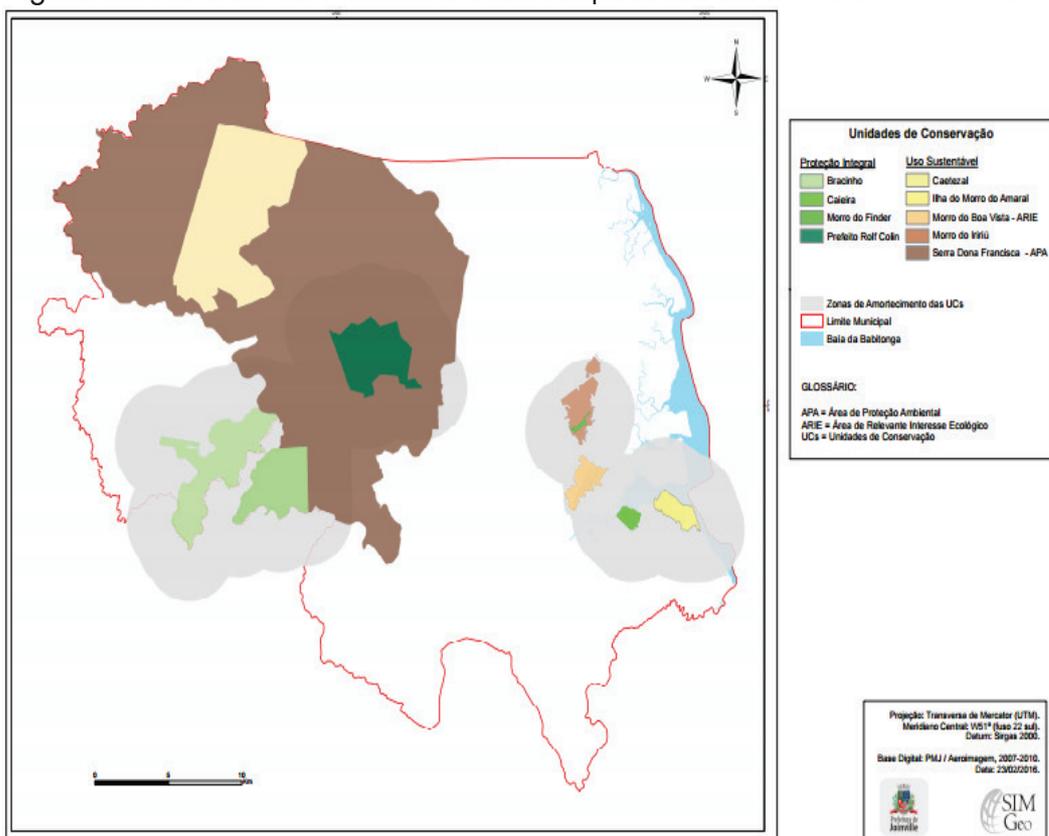
[...] na época a população tinha muito a idéia de que quando se falava em um parque na cidade, eles imaginavam algo plano com trilhas / pistas para o pessoal andar de bicicleta, levar cachorro para passear, essas coisas a nível Barigüi, Parque do Ibirapuera, só que a nossa topografia é diferente, o que nós tínhamos ali era um relevo extremamente acidentado; então, era algo mesmo a ser preservado, algo rústico; então eles chegavam ali e davam de cara com outra coisa. Alguns gostavam, outros achavam interessante, outros se decepcionavam, pois esperavam algo com churrasqueira, com “play ground” para as crianças ficarem brincando e, na verdade, era um parque de preservação (ROCHA, 2006, p. 62).

Outra dificuldade ressaltada pelos técnicos, em comunicação pessoal com

Rocha (2005), em relação à implantação do Parque Municipal Morro do Finder foi a questão financeira, pois o poder público não dispunha de dinheiro para manter a área, assim como para prosseguir com o andamento do projeto implantando, que entre outras estruturas contaria com um centro de Educação Ambiental. Grande parte do dinheiro usado na implantação deste parque veio da iniciativa privada. O mesmo autor, discutindo a questão da exploração e uso turístico do Parque Morro do Finder, em outro momento destaca o parque pela sua importância como opção de lazer local, mencionando que, dentre outras coisas, faltam estudos que resultem em um Plano de Manejo para a área, o qual preveja aspectos como investimentos prioritários e infraestrutura a ser introduzida no local para assim torná-lo turístico (ROCHA, 2004).

O fato é que, tomando os parques Morro do Finder e “Caieira” como exemplos, ambos foram pensados, tanto pelos gestores como pela comunidade do entorno (não se sabe o tipo de propaganda que foi feita sobre o Morro do Finder), que “parque” é uma referência dada a uma área de lazer, sem ter um compromisso relacionado às legislações ambientais vigentes. A gestão e a importância dadas para essas áreas, pelos gestores, é pouca ou quase nula, visto que o Parque Morro do Finder foi criado em 1992 e até então, não tem Plano de Manejo e está igualmente com seu maior atrativo – uma plataforma para visualizar a paisagem, em ruínas (constatação pessoal). O Parque Natural Caieira, mais recente, igualmente não possui Plano de Manejo, embora seja disponibilizado pela PMJ o croqui da Figura 19, que se refere às UCs de Joinville e suas respectivas Áreas de Amortecimento (mesmo não sendo geridas ou discutidas).

Figura 19: As UCs de Joinville e suas respectivas áreas de amortecimento



Fonte: SIMGeo mapas – Joinville. Disponível em: http://simgeomapas.joinville.sc.gov.br/downloads/mapas-pdf/unidades_conservacao.pdf.

A Lei nº 9.985 de 18 de junho de 2000 (BRASIL, 2000), que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, em seu Art. 27, define que “as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo”. O conceito utilizado para Plano de Manejo é de um:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, estabelece-se o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

O Plano de Manejo passa a ser o documento orientador de todas as atividades a serem desenvolvidas nas UCs, sendo obrigatória a sua elaboração no prazo de até 5 anos a partir da data de sua criação. A lei também esclarece que é proibida qualquer intervenção, alteração, desenvolvimento de atividades ou modalidades de utilização nas UCs em desacordo com seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos. O objetivo do Plano de Manejo de uma UC é de interferir no processo de

desenvolvimento local, a partir do entendimento dos aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos que determinam a utilização dos recursos ambientais e a ocupação do território das UCs, assegurando a utilização do ambiente de forma sustentável para usufruto das gerações atuais e futuras. Desta forma, o Plano de Manejo constitui-se em um instrumento fundamental de gestão que deve indicar caminhos e não apenas atuar como orientador e normatizador das atividades desenvolvidas nas unidades, captando, inclusive, influências das ações de âmbito municipal, regional e/ou de outras UCs, que tenham repercussões sobre o seu território. O planejamento indica diretrizes estratégicas que orientam a adoção de providências concretas, de modo a que a unidade instituída possa vir a cumprir com seus objetivos de criação e sejam efetivamente implementadas. Ou seja, o Parque Natural Caieira pode ser considerado um “parque de papel”, pois não tem implantação na realidade social na qual está inserido, logo, é uma ficção jurídica (PIMENTEL, 2008).

2.3 O Parque Natural Caieira: publicações recentes

O projeto “Minha história, meu patrimônio”²⁶ do jornal A Notícia (2014) apresentou nove reportagens no caderno Anexo Ideias, entre os meses de abril a dezembro, sobre o patrimônio de Joinville. O objetivo foi de resgatar a trajetória “ao contar a história de pessoas e endereços da cidade” (MORRIESEN *et al.*, 2014). O Parque Natural Caieira foi o tema da publicação do mês de julho.

Inicialmente, é mencionado sobre a situação em que o Parque se encontrava, especialmente por conta de sua interdição em 2014, ano em que faria 10 anos de criação. Embora a interdição da área estivesse evidente (Figura 20), Morriesen *et al.* (2014) comentam que não há dificuldades em passar da cerca, longe da vista da vigilância ou do acompanhamento dos monitores. A barreira é ignorada, pois “o que se encontra na área de preservação ambiental e de patrimônio histórico e arqueológico é resultado do vandalismo e da espera”. A equipe do projeto relata que os cacos de

²⁶ Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/cultura-e-variedades/pagina/minha-historia-meu-patrimonio.html>. Acesso em: 20 abr 2015.

vidraças estilhaçadas e louças de vasos sanitários permanecem na estrutura que deveria ser apoio de ações educativas, e o mato toma conta de áreas antes transitáveis. No caminho, são encontradas novas placas de indicações, enquanto as velhas, já arrancadas, estão abandonadas no mesmo local. Esses problemas estão ilustrados nas Figuras 21 E 22. E é pouco provável que este cenário mude até 2015 (MORRIESEN *et al.*, 2014).

Figura 20: Placa avisando sobre a interdição da trilha do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2014.



Fonte: A Notícia. Minha história, meu patrimônio. Publicada 05 jul 2014.

Figura 21: Placas arrancadas ao longo das trilhas no Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2014.



Fonte: WARKENTIN, M. 2014.

Figura 22: Estruturas depredadas do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2017



Fonte: Registro pessoal, 2017.

O projeto inicial feito pela FUNDEMA fez com que brilhassem os olhos dos moradores da Zona Sul de Joinville na década de 90. O Parque Natural Caieira foi recebido como “bálsamo” diante da carência de áreas de lazer na cidade (MORRIESEN *et al.*, 2014). Quadras poliesportivas, *playgrounds*, restaurantes, quiosques, mirante e demais estavam previstos e não foram realizados (Figura 15). O MASJ não havia sido incluído nas decisões sobre o Parque, visto que foi necessário realizar um Diagnóstico Arqueológico e Paleoambiental para mapear a área e o tipo de ocupação e interferência possíveis de implementação. A elaboração desse diagnóstico foi visto como vanguardista e como motivo do atraso na liberação das obras.

A Figura 15, que apresenta o croqui do projeto inicial do Parque Natural Caieira, exhibe as estruturas que seriam construídas, incluindo o mirante, grande atrativo do Parque, que seria instalado em cima do sambaqui Lagoa do Saguacú. Após a realização do Diagnóstico pela equipe técnica do MASJ, houve alterações no projeto e o mirante foi deslocado para ser construído antes dos fornos (para quem está indo em direção à Lagoa do Saguacú), aproveitando a altimetria do terreno. A execução da obra foi monitorada e houve salvamento arqueológico/escavação em todas as intervenções, realizadas pela equipe do MASJ durante as obras do Parque, visto que o mirante foi construído em cima do solo arqueológico (MASJ, 2001).

A desconsideração da PMJ, da FUNDEMA e dos demais envolvidos sobre a extensão do sambaqui, das oficinas líticas e demais estruturas históricas impediu que todos os atrativos idealizados pela FUNDEMA e anunciados pela imprensa fossem construídos. Ou seja, o Parque anunciado não foi feito, visto que uma UC de proteção integral, tem suas restrições de uso e o tombamento das estruturas históricas e arqueológicas tem suas legislações de proteção específicas.

A Figura 17 apresenta os atrativos e a maneira como o Parque foi construído, demonstrando erros linguísticos, a exemplo da letra G – sambaquis que, na verdade, deveria ser sambaqui (singular), visto que existe apenas um sítio dessa tipologia nas dependências do Parque Natural Caieira, o sambaqui Lagoa de Saguacú. Outro erro se refere à letra H – oficina lítica que, na verdade, deveria ser oficinas líticas (plural), visto que existem dois sítios dessa tipologia nas dependências do Parque, a oficina lítica Lagoa do Saguacú e a oficina lítica Caieira. A letra I indica “sanitários”, mas eles não existem no local indicado. Há outro erro em uma placa de trânsito indicando o Parque, onde está escrito “Parque Caieiras”, como se fossem mais de uma indústria dessa tipologia.

Para a ex-diretora executiva da Fundema, na época, Maria Raquel Migliorini, em entrevista cedida para a matéria *Minha história, meu patrimônio*:

[...] o vandalismo existe porque o parque não foi apropriado pelos moradores, que esperavam do lugar outras possibilidades de lazer e não somente caminhada, contemplação das belezas naturais e dos sítios arqueológicos. Se as pessoas não usam, os vândalos tomam conta (MIGLIORINI, 2014).

Embora busque-se argumentar sobre a situação do Parque atualmente, como mencionou a ex-diretora da FUNDEMA, a “não apropriação do Parque pelos moradores” e os “vandalos tomam conta”, o fato é que passados 13 anos desde a criação do Parque Natural Caieira, a PMJ não conseguiu mostrar à comunidade as vantagens de um Parque desse tipo. Para Zanirato (2009) no artigo *Usos sociais do Patrimônio Cultural e Natural*, a autora afirma que o reconhecimento do pertencimento coletivo é, pois, um passo decisivo para a efetividade da proteção patrimonial (ZANIRATO, 2009) e “[...] a proteção se efetiva no envolvimento das comunidades que os detém, num processo que inclui a identificação, a conservação, o estudo e a difusão dos bens patrimoniais” (ZANIRATO, 2009, p. 138). Existem algumas possibilidades de mudar esse cenário, no que diz respeito aos usos sociais do Patrimônio, como a capacitação das pessoas para participar das decisões sobre o Parque, a participação da sociedade em conselhos deliberativos e na gestão compartilhada do Patrimônio Cultural e Natural e por fim, a Educação Patrimonial e Ambiental como “meio para a identificação social com os símbolos que expressam as memórias e as histórias vividas e com a natureza e seus recursos” (ZANIRATO, 2009, p. 139). Para Haesbaert (2007) a apropriação é um processo simbólico de poder no sentido mais implícito ou simbólico, devido ao fato de carregar marcas do “vivido”, do valor de uso.

Canclini (1997, p. 59), no que diz respeito ao Patrimônio, afirma que este “expressa a solidariedade que une aqueles que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam”, e a sobrevivência desse legado “só pode ser assegurada se a necessidade de sua proteção for compreendida pela população”. Essa reflexão demonstra indícios da falta de envolvimento da comunidade com o Parque ou de falhas na difusão (e continuidade) da sua importância.

Não foi possível oferecer outras alternativas e outras atividades a serem desenvolvidas no local? O TAC foi pago, o Parque criado e a vida segue, sem haver um órgão que se responsabilize por tornar o Parque atrativo? São questões que levam

a pensar que a PMJ não está dando a atenção devida à problemática e à possibilidade de desenvolver atividades que possam melhorar a situação do Parque e incentivar o envolvimento da comunidade do bairro, além de garantir a preservação dos sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos e do Patrimônio Natural ali contido.

Durante a elaboração desta pesquisa, houveram duas interdições do Parque Natural Caieira. Uma se refere ao incêndio²⁷ que, embora divulgado que o fogo foi ateado no mirante, o fato ocorreu na área que corresponde à letra F, da Figura 17. Esta área está referenciada somente no croqui e não na legenda. Provavelmente, porque não é uma estrutura “útil” do Parque. Nesse local, funcionaria um museu e uma área educativa. Após avaliação, o Parque Natural Caieira foi reaberto ao público. O estrago está referenciado na Figura 22, em visita realizada pesquisadora no dia nove de janeiro de 2017. A outra interdição aconteceu durante as idas à campo no bairro Adhemar Garcia entre os dias 04 e 11 de novembro de 2016. O motivo foi a realização de serviços de manutenção, numa ação conjunta entre as Secretarias do Meio Ambiente (Sema) e de Infraestrutura Urbana (Seinfra), Celesc e Subprefeitura da Região Sudeste (BAGGIO, Secretaria de Comunicação – PMJ, *e-mail*).

No dia 12 de abril de 2017 foi publicada uma notícia que traz esperança sobre a situação do Parque Natural Caieira. Por meio de uma condicionante de um processo de Licenciamento Ambiental com a empresa MRV Engenharia e Participações, serão realizadas a revitalização e a reforma das instalações administrativas do Parque (ROSA, 2017). As obras iniciam no dia 24 de abril de 2017. Vale destacar que as obras foram previamente aprovadas pelo IPHAN e pela Comissão Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural (COMPHAAN), por conta da existência do Patrimônio Arqueológico no parque (ROSA, 2017). Outro ponto importante mencionado na reportagem é que a Secretaria do Meio Ambiente se manifestou sobre a elaboração do Plano de Manejo da UC, o que pode vir a ser um viés para o diálogo entre comunidade e órgãos públicos responsáveis pelo parque. A possibilidade da construção de um novo mirante também foi colocada, visto que é um atrativo que pode dar certo, desde que bem planejado.

²⁷ AGORA JOINVILLE. Parque Caieiras sofre com ação de vandalismo, incêndio destrói mirante nesta sexta-feira (18), 2016. Disponível em: <http://www.agorajoinville.com.br/seguran%C3%A7a/parque-caieiras-sofre-com-a%C3%A7%C3%A3o-de-vandalismo-inc%C3%AAndio-destr%C3%B3i-mirante-nesta-sexta-feira-18-1.1887351>. Acesso em 18 mar 2016.

3 OS SUJEITOS DO ENTORNO DO PARQUE NATURAL CAIEIRA: O BAIRRO ADHEMAR GARCIA

Neste capítulo estão reunidas as informações sobre o bairro Adhemar Garcia, de modo que possibilite conhecer a comunidade do bairro onde o Parque Natural Caieira está localizado, e que estão representando o Parque, atendendo ao segundo objetivo específico desta pesquisa. Iremos abordar sobre o início da ocupação da área de manguezal até a criação do conjunto habitacional Adhemar Garcia e sua emancipação enquanto bairro. Iremos apresentar os dados recentes publicados sobre a população e a disponibilidade de serviços e infraestrutura urbana, destinados ao bairro.

3.1 O fluxo migratório, a carência de habitação e a ocupação das áreas de manguezal e restinga em Joinville

As informações sócio-políticas, econômicas e ambientais sobre o bairro Adhemar Garcia estão diluídas nos periódicos disponibilizados pelo IPPUJ e pela PMJ, como o *Joinville bairro a bairro* e o *Joinville em dados*, que trazem muitos dados, mas não há discussão dos números, sobre o que eles dizem na prática para auxiliar no planejamento urbano e na destinação de verbas públicas. Para buscar informações sobre o bairro Adhemar Garcia foi preciso visitar o AHJ. As informações estão arquivadas através de recortes de jornais, de circulação em nível estadual, municipal e do bairro.

No *site* da IPPUJ²⁸ estão disponíveis para *download* as edições do periódico: *Joinville Bairro a Bairro* dos anos de 2009, 2013 e 2015. Outro arquivo é o *Joinville em Dados*, igualmente disponível no *site* da IPPUJ e que auxiliou no início desta pesquisa. Porém, há uma divergência em relação às datas e informações disponíveis nesses periódicos, com os recortes de jornais do AHJ. O desafio é organizar essas informações de maneira que fique inteligível, para conhecer a comunidade do bairro

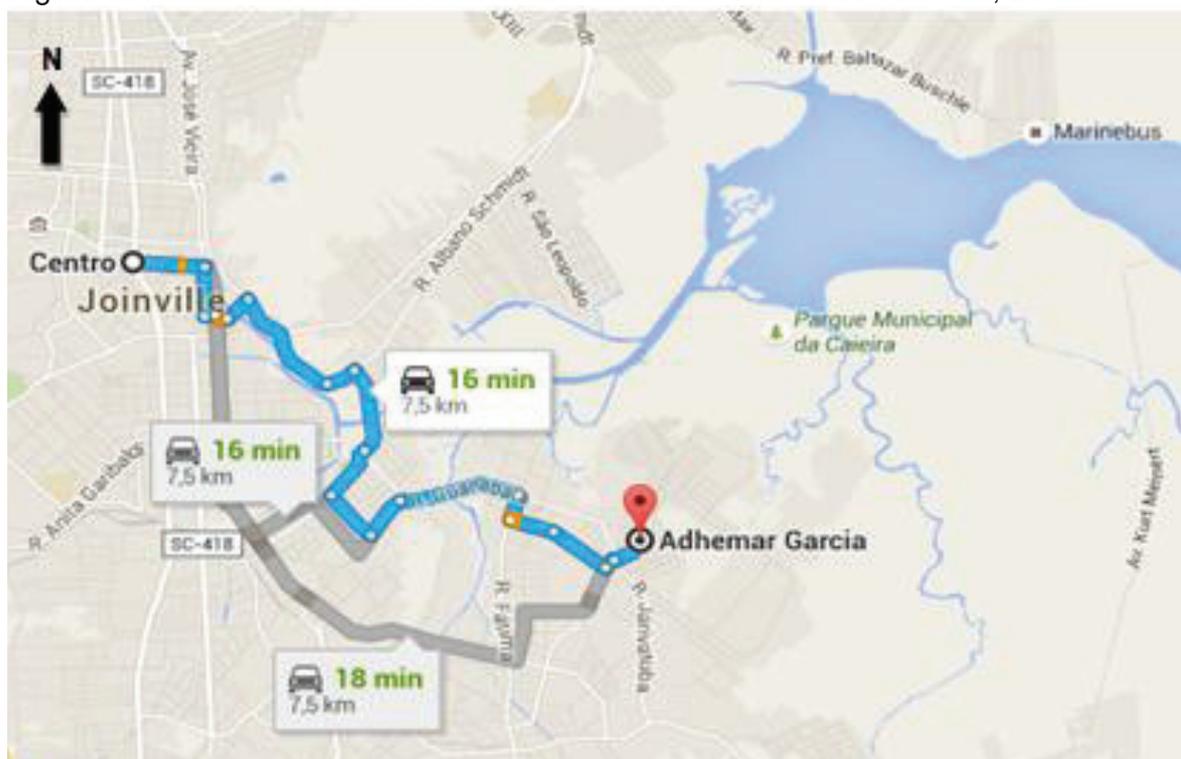
²⁸ Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville – IPPUJ. <https://ippuj.joinville.sc.gov.br/> Acesso em 12 abr 2016.

Adhemar Garcia, objetivo deste capítulo, e que estão representando o Parque Natural Caieira nesta pesquisa.

Uma fonte na qual esta pesquisa não pode se referenciar foi o livro organizado pelo AHJ: *História dos bairros de Joinville* (1992). É um documento importante e com valor historiográfico dos bairros joinvilenses. Porém, por contar com apenas uma edição, a obra está desatualizada. Outros bairros se formaram desde a publicação do livro e não estão presentes na obra. Infelizmente, o bairro Adhemar Garcia é um dos que não foram contemplados.

É perceptível a ligação entre o Parque Natural Municipal Caieira com a formação do bairro Adhemar Garcia (anterior Conjunto Habitacional Adhemar Garcia). Ambos ocupam o mesmo espaço geopolítico e a história de um percola a do outro. O que hoje pertence ao Parque (sambaqui/caieira) foi a menção dada à área que foi habitada e instituído o bairro Adhemar Garcia, visto que sua implantação aconteceu no local conhecido como: "Caieira", "Caieira de Cima", "Caieira de Baixo", e "Terras do Stock" (IPPUJ, 2009, 2013, 2015). Segundo consta nas edições do periódico *Joinville Bairro a Bairro*, era o local de onde foi extraído o barro para a produção de telhas e tijolos, como atesta a chaminé de uma antiga olaria localizada na rua Chaminé, no bairro. Também era o local onde fabricavam a cal, a partir da queima das conchas do sambaqui (casqueiro) Lagoa do Saguaçú. O bairro dista 7,5 km do centro da cidade, visível a partir da Figura 23 (com base na Rua do Príncipe).

Figura 23: Distância do bairro Adhemar Garcia do Centro de Joinville, 2016.



Fonte: : GoogleEarth. TerraMetrica. Dados do mapa 2016 Google. Adaptado pela autora.

Anterior ao Conjunto Habitacional Adhemar Garcia, que viria a se tornar bairro no início da década de 90, a área que corresponde a estes era de manguezal. Ternes (2000), comenta que o povoamento ocorreu de forma consistente na década de 1970, como extensão natural do bairro Jarivatuba por conta da chegada de novos moradores na cidade. Isso aconteceu em decorrência do fluxo migratório registrado ao longo desta década²⁹. Na dissertação de Schneider (2015) *Inter-relações entre aspectos culturais, históricos e econômicos na preservação de encostas na área urbana de Joinville, SC* ao entrevistar Mattos (2015) que foi presidente da extinta Fundação do Meio Ambiente (FUNDEMA), fala sobre a ocupação do manguezal da cidade, no que se refere ao bairro Adhemar Garcia e Schneider (2015, p. 240) comenta “[...] construíram perto de 200 barracos da noite pro dia assim, num sábado de madrugada”.

O chamariz da “cidade do trabalho” contribuiu para que grande contingente de pessoas migrasse para Joinville na busca por melhor qualidade de vida e emprego na

²⁹ Em 1960, a população de Joinville era de 70.687 habitantes; em 1970, 126.559; em 1980, 235.812; em 1991, 347.151; em 1996, 397.951 habitantes (Conforme estatística da Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento de Joinville – IPPUJ, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, *apud* NIEHUES, 2000, p.1).

cidade, principalmente trabalhadores rurais vindos de cidades catarinenses vizinhas e do estado do Paraná (NIEHUES, 2000). Porém, ao chegar na cidade, se depararam com o alto preço dos aluguéis e, impossibilitados de bancar moradia, encontraram nos mangues uma oportunidade para se fixar (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1987a).

O novo bairro teve assim sua origem, ainda no início dos anos 80. A ocupação se deu de forma desordenada, sem que o poder público tivesse tempo – e dinheiro- para estabelecer uma infraestrutura mínima, o que só viria acontecer mais tarde (TERNES, 2000, p.D7).

Na dissertação de mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, *O processo de ocupação das áreas de mangue em Joinville: agentes, estratégias e conflitos*, Souza (1991) trata da pressão exercida pelo grande capital industrial como sendo o responsável direto pela ocupação da periferia urbana, sobretudo das áreas de mangue, “que margeiam o contorno do perímetro urbano da cidade” (SOUZA, 1991, p. 30) de Joinville. A maioria das pessoas de baixa renda e com menor qualificação profissional foram ocupando os espaços “possíveis” na periferia dos bairros mais antigos (TERNES, 2000, p.D7). As indústrias produziram uma massa assalariada pobre, que com seus baixos salários não conseguiam sobreviver condignamente, resultando em ocupações espontâneas e insalubres nos manguezais de Joinville (SOUZA, 1991).

A Fundação Tupy foi uma das indústrias que incentivou a vinda de mão de obra de outras cidades para trabalhar em Joinville, sob o pretexto de oferecer oportunidades excelentes para todos. Para atrair trabalhadores para Joinville, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, as indústrias joinvilenses, especialmente a Fundação Tupy, desenvolveram intenso trabalho publicitário, visando criar um exército de mão de obra, capaz de atender sua demanda produtiva (SOUZA, 1991; NIEHUES, 2000). “Durante o Natal de 1986 colocou, junto às cestas de brindes, um “*folder*”, onde no verso havia uma ficha para que cada funcionário a devolvesse preenchida com os dados de algum pretendente a emprego na empresa” (SOUZA, 1991, p. 49).

No final da década de 1970 e início da década de 1980, a Fundação Tupy ampliou a sua campanha publicitária além dos limites de Santa Catarina, no intuito de atrair mais trabalhadores para engrossar a reserva da mão-de-obra. Foram enviadas, para diversos municípios do estado do Paraná, equipes de profissionais encarregadas de convencer os trabalhadores rurais a transferirem-se para Joinville (NIEHUES, 2000, p. 110).

Contando com o fluxo contínuo de mão-de-obra desqualificada advinda do meio rural, a indústria joinvilense contava com a possibilidade de exercer uma política de baixos salários na indústria, ao contrário do que se propagava,

dando-se a falsa ideia que o setor secundário era bem remunerado [...] O trabalhador rural sem qualificação, ao migrar para a cidade, torna-se o desempregado urbano (SOUZA, 1991, p. 28 e 29).

Na tese de doutorado em Geografia pela UFSC, *Desenvolvimento socioeconômico de Joinville/SC e a ocupação dos manguezais do bairro Boa Vista*, Cristofolini (2013) enfoca a instalação da metalúrgica Tupy S.A. nas margens da Lagoa do Saguazú, na área de manguezal do bairro Boa Vista, como sendo o acontecimento fomentador da degradação dos manguezais daquela região.

Com o interesse de diminuir os custos com deslocamento/transporte dos funcionários, a Tupy S.A., que se instalou no centro da cidade até a década de 1950, buscou as áreas de mangue para ampliar sua capacidade fabril, pelo preço baixo das terras e pela possibilidade dos trabalhadores, de baixo poder aquisitivo, construir suas casas próximas da indústria. Sua instalação na região leste do município estimula o povoamento e a urbanização de áreas semelhantes, como no bairro Boa Vista, que se estendeu para os bairros Comasa, Jardim Iriú, Espinheiros, Costa e Silva, Guanabara, Fátima, Paranaguamirim e Adhemar Garcia. Essa urbanização tem, há muito, avançado sobre Áreas de Preservação Permanente – APP, geralmente ambientes sensíveis ou de risco ambiental que, por essa mesma razão, não são aconselháveis para ocupação. Esse processo imprimiu um ritmo acelerado de crescimento, sem a preocupação com a vulnerabilidade ambiental e social desse crescimento, gerador da ocupação de extensas áreas de manguezais e degradador da qualidade de vida humana (CRISTOFOLINI, 2013).

Dessa forma, a área verde exuberante pertencente à Baía da Babitonga teve seu entorno todo modificado com o crescimento do parque fabril da empresa. Houve inúmeras alterações na área, sendo que na atualidade grande parte dessa região foi totalmente transformada, ocorrendo uma mudança no desenho da paisagem local (BOING, 2013, p. 74).

Basta considerar que 14 bairros da cidade: Adhemar Garcia, Aventureiro, Boa Vista, Bucarein, Comasa, Espinheiros, Fátima, Guanabara, Jardim Iriú, Paranaguamirim, Pirabeiraba, Rio Bonito, Ulysses Guimarães e Vila Cubatão³⁰, estendem-se sobre essas áreas de manguezais, mediante o próprio consentimento do Poder Público, ao aprovar sua ocupação por meio da regularização de loteamentos (CRISTOFOLINI, 2013, p. 173).

³⁰ Parte da área dos manguezais desses bairros ainda encontra-se preservada (remanescente) e parte já foi ocupada, aterrada e urbanizada (PMJ, 2002).

É o caso do Conjunto Habitacional Adhemar Garcia. Para encaminhar o crescente déficit por moradia e as precárias condições habitacionais nos bairros da cidade, o Governo Municipal realiza obras de infraestrutura urbana e a construção de vários conjuntos habitacionais.

Segundo o jornal de Santa Catarina (1987b), Joinville possuía uma carência de mais de 20 mil habitações. Segundo Souza (1991, p. 54), “seriam 28 mil lotes vazios no perímetro urbano”, na década de 80. Estes estavam na “engorda” da especulação imobiliária. Enquanto isso eram construídos conjuntos habitacionais com “mais de mil residências em regiões periféricas, úmidas e com problemas de sedimentação” que não permitem a “implantação de infraestrutura necessária ao conforto e estabilidade sanitária dos moradores” (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1987b, p. 14).

Sperfeld (2009), na sua dissertação *Identificação e análise de demandas sócio-ambientais de ordem pública em áreas urbanas suscetíveis a desastres naturais no município de Joinville (SC)*, comenta que no espaço urbano os diferentes grupos sociais ou econômicos, nos limites de sua capacidade de articulação e força política ou econômica, disputam territórios e buscam ascender a melhores localizações e condições urbano-ambientais, e afastar-se das inadequadas (SPERFELD, 2009). Nessa “disputa pelo espaço urbano, os mais frágeis na escala social são empurrados a confrontar-se com a natureza e avançar sobre ela” (MARTINS, 2006, p. 11). A expansão desmedida do perímetro urbano contribuiu para o aparecimento de diversos loteamentos “populares”, em sua maioria clandestinos, que ao contrário de contribuir, agravaram o caos urbano, conforme será abordado adiante, especificamente o caso do Conjunto Habitacional Adhemar Garcia.

Para se ter uma ideia, em 1988 tramitavam junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Joinville, 206 processos de loteamentos clandestinos, dos quais apenas 66 possuíam condições de legalização. Neste mesmo período, constatava-se que cerca de 80% das áreas públicas pertencentes ao município estavam ocupadas irregularmente (SOUZA, 1991, p. 57).

Nas décadas de 80 e 90, os governos municipal, estadual e federal promovem a realização de 8.667 moradias (conjuntos habitacionais) em vários loteamentos populares nos bairros da cidade. A Cohab-SC repassa aos habitantes da cidade 3.417 lotes populares com moradias, enquanto a PMJ, no mesmo período, realiza 5.250 lotes (CRISTOFOLINI, 2013, p. 253).

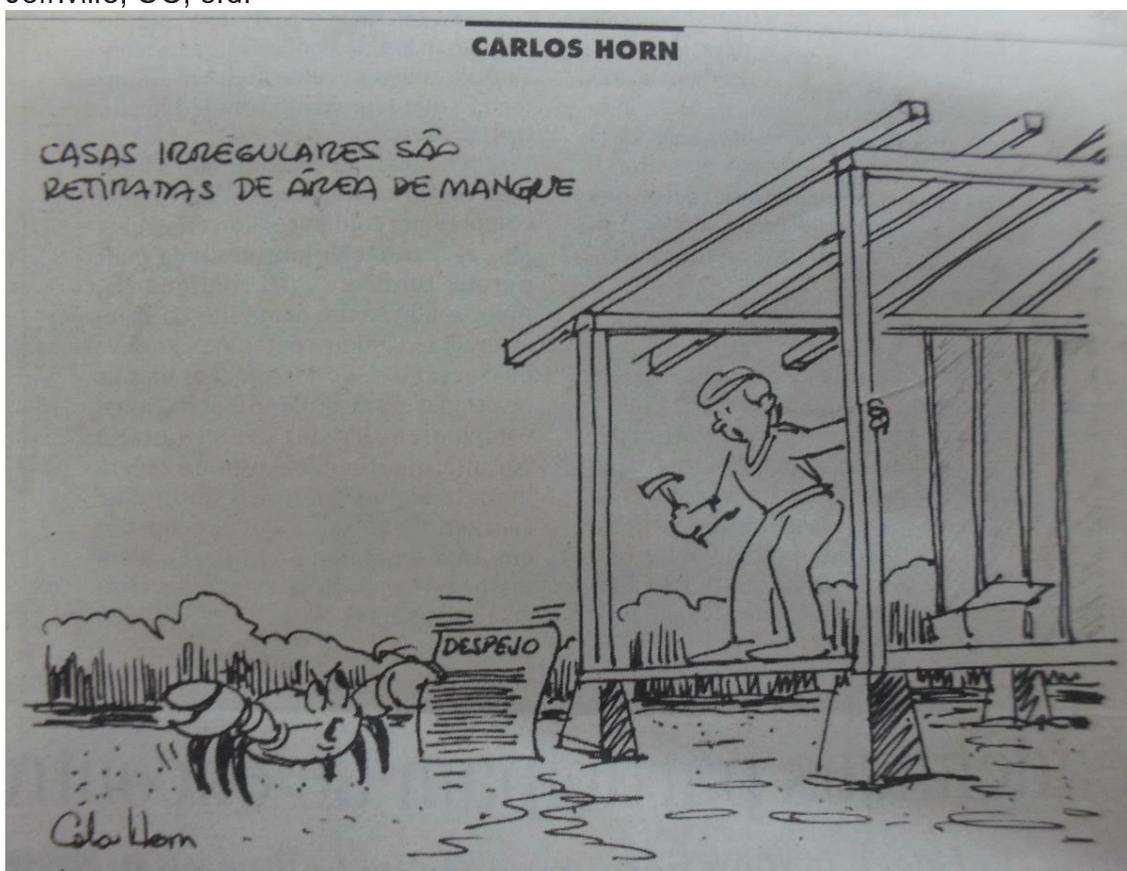
Contudo, o que se tem demonstrado é que devido à desqualificação da mão de obra oriunda do campo, proporcionalmente os seus baixos salários, não há melhorias

no padrão de vida dos trabalhadores e de suas famílias.

O perfil dos operários migrantes, sem formação profissional técnica, reflete-se na renda per capita média mensal no bairro Boa Vista, que se limita em 2,5 salários mínimos, bem como nos bairros Jardim Iririú e Aventureiro: 1,79 salários mínimos; Espinheiros: 1,58; Fátima: 1,45 e; Ademar Garcia: 1,42. Já os bairros mais próximos da área central que concentram mão de obra mais especializada, dispõem de um rendimento bastante superior, a exemplo do Glória (5,83), Anita Garibaldi (7,3), América (9,5) e Atiradores (11,68) (CRISTOFOLINI *apud* IPPUJ, 2013).

Atualmente a ocupação das áreas de manguezais continua acontecendo em Joinville, embora de maneira mais lenta e pouco perceptível, mas igualmente destruidora do ecossistema de manguezal e relacionada à habitação (Figura 24). Nota-se a existência de focos de ocupação dessas áreas nos bairros Estevão de Matos, na cabeceira do rio Paranaguamirim, no Aventureiro, no entorno do rio do Ferro e no Fátima e Adhemar Garcia (KREIDLOW, 2013).

Figura 24: Charge referindo-se ao despejo das pessoas que ocuparam o mangue de Joinville, SC, s.d.



Fonte: HORN, C. A Notícia. AHJ: Mangues – poluição, destruição. S.d.

3.1.1 A execução das obras do conjunto habitacional Adhemar Garcia: os problemas começaram cedo

A Cohab – Companhia de Habitação de Santa Catarina, destina-se ao atendimento dos estratos populacionais de mais baixa renda, com a produção e comercialização de casas populares. É comum que a Companhia homenageie líderes políticos importantes por meio da nomeação dos conjuntos habitacionais.

Conforme publicação do jornal A Notícia (1997), Adhemar Garcia foi um dos líderes políticos de Joinville, com atuação ao longo das décadas de 1940/50 e 60. Amigo de Nereu Ramos e líder do PSD, Garcia exerceu notável influência no desenvolvimento de Joinville nas três décadas em que atuou na vida pública. Sua influência foi decisiva em diferentes momentos e situações, conseguindo melhorias e verbas para a cidade, inclusive para ampliação da rede de distribuição de água. Foi vereador em 1947 e empresário, diretor da fábrica de carretéis Santa Terezinha S/A e chegou a presidir a Federação das Indústrias de SC (FIESC) na década de 1960, quando Celso Ramos governava o estado. Igualmente presidiu a Associação Empresarial de Joinville (ACIJ) por mais de 10 anos. Teve dois filhos que também seguiram a política: Adhemar Garcia Filho, que foi vereador e deputado, e Luiz Carlos Garcia, que se elegeu o primeiro vice-prefeito, no governo Harald Karmann, nos anos 1971/72. Adhemar Garcia faleceu no início da década de 1980, encerrando a presença dos Garcia na política joinvilense (ASSUNÇÃO, 1997, p. D6 e D7).

Em setembro de 1983, quando a Cohab deu entrada no requerimento de diretrizes e bases na PMJ (EXTRA, 1985a, p. 4), foram iniciadas as obras para a implantação do Conjunto Habitacional Adhemar Garcia. Foi considerado na época o maior conjunto habitacional horizontal de Santa Catarina (IPPUJ, 2009). Nos periódicos da IPPUJ e da PMJ, consta que em 1982 foi concluída a fase de obras do conjunto habitacional e foi iniciada a fase de cadastramento das famílias de baixa renda do município.

No ano de 1985 circularam notícias, através dos jornais, sobre a situação em que se encontravam as obras do conjunto. A PMJ denunciou que a Cohab deu início às obras sem a licença da Prefeitura. Pode-se citar, ainda, a falta de legalização do loteamento, drenagem deficiente, pavimentação precária, entre outros problemas que viriam a incomodar a vida dos moradores mais tarde. Ou seja, uma série de

irregularidades na execução das obras por parte da Cohab. No jornal A Notícia (1985a), a reportagem revela que as residências estavam prontas há mais de um ano, mas ainda restavam serviços a serem acabados. Obras do sistema de esgoto, energia elétrica, distribuição de água e pavimentação foram as mais citadas. Esta mesma reportagem menciona que o conjunto possuía área de lazer, supermercado, escola e demais obras, porém as mesmas só foram construídas mais tarde.

Em relação às irregularidades sobre a pavimentação, na época, segundo o Secretário de Planejamento da Prefeitura José Carlos Vieira, constava, inicialmente, no projeto da Prefeitura, como sendo de paralelepípedo. Por motivos não citados houve modificação no projeto e a pavimentação seria de lajota. Por fim, sem nenhuma manifestação formal por parte da Cohab-SC, o conjunto foi pavimentado por capeamento com asfalto, com um tratamento superficial simples. Ou seja, o que aconteceu foi que o conjunto foi pavimentado com uma fina camada de asfalto em cima do barro. Sem a regularização do pavimento, a PMJ não tinha como liberar serviço de coleta de lixo, iluminação pública e transporte. A PMJ não liberava o alvará do conjunto por conta das irregularidades cometidas pela Cohab e exigia garantias de que o capeamento com asfalto iria resistir ao alto índice pluviométrico joinvilense. Ao contrário, a PMJ teria que refazer o trabalho mais tarde, comprometendo o orçamento municipal (O ESTADO DE SANTA CATARINA, 1985, p.5) visto que o solo de manguezal é inundável.

Diante do atraso na liberação das residências, a PMJ concede, de forma excepcional à Cohab, a liberação de 250 casas do Conjunto. Para isso, na época, o presidente da Cohab-SC Marcos Brusa teve que assumir a responsabilidade pela manutenção e conservação dos serviços de pavimentação durante dois anos. A garantia da empreiteira Iguatemi era de 10 anos (A NOTÍCIA, 1985b; EXTRA, 1985b).

[...] diante do exposto, esta Cohab-SC assume a responsabilidade pela manutenção e conservação dos serviços, por um período de 2 anos, a partir da efetiva utilização do sistema viário. Saudações, Marcos Ricardo de Almeida Brusa, diretor-presidente – Cohab-SC, e Antonio Ayres dos Santos Júnior, diretor-técnico – Cohab-SC (EXTRA, 1985b, p. 4).

A conversa entre a PMJ e a Cohab sobre a situação do conjunto aconteceu entre junho e novembro de 1985, relatada no jornal A Notícia, de 21/11/1985. A discussão é referente às irregularidades da execução das obras, especialmente no que diz respeito à pavimentação. A denúncia era de que a obra estava sendo executada

fora das exigências mínimas, necessitando de reforços para evitar insucessos.

Em 1985 foi iniciada a entrega das primeiras casas, com área construída de 49 m², para famílias com renda salarial de três (03) salários mínimos (IPPUJ, 2009, 2013, 2015). Bastaram três meses após a inauguração do Conjunto para que os problemas começassem a aparecer.

Moradores relatam em entrevistas para o jornal A Notícia (1985c), que o sistema de esgoto do conjunto estava entupido e/ou não funcionava. O esgoto estava correndo pelas ruas, pois o encanamento foi instalado diretamente no solo, sem nenhuma base de contenção que sustentasse a estrutura. As primeiras chuvas foram suficientes para expor a tubulação e afundar o solo. O mau-cheiro e a contaminação preocupavam os moradores, que viram o sonho da casa própria se tornar um pesadelo, pela negligência de que foram vítimas.

A empresa contratada para as obras do Conjunto Habitacional Adhemar Garcia foi, inicialmente, a empresa HD, que sofreu inúmeras críticas pela descontinuidade da obra, alegando que as frequentes chuvas impediam o trabalho. Esta foi seguida por uma nova empresa, a CR Almeida, que assumiu a continuidade das obras do conjunto. Ambas as empresas eram provenientes da cidade de Curitiba, PR (A NOTÍCIA, 1985a). Curitiba se encontra a 934 metros acima do nível do mar, no primeiro planalto paranaense, a aproximadamente 110 quilômetros do oceano Atlântico (ATLAS GEOGRÁFICO DO BRASIL, 2016). Joinville se encontra ora no nível do mar, ora abaixo dele, numa encosta estuarina circundada por uma extensa área de manguezal, adjacente ao oceano Atlântico e onde foi implantado o conjunto habitacional Adhemar Garcia. Ou seja, o clima e as condições diferentes do solo das cidades foram ignoradas pelas construtoras, que realizaram obras que poderiam funcionar nas condições climáticas de Curitiba, mas não em Joinville. No papel o projeto estava correto (A NOTÍCIA, 1985b), porém o problema foi durante a execução da obra. Os materiais e a forma como foram feitas as instalações, não suportaram as adversidades climáticas de Joinville. O solo de manguezal, por ser um ambiente alagado, mesmo aterrado, sofre com a influência da maré e conseqüentemente, propicia a inundação, além do que “os manguezais protegem a linha da costa e as margens dos estuários contra erosão e enchentes, diminuindo a força das águas” (CUNHA e OLIVEIRA, 2007, p. 41). Por desinformação ou negligência, a infraestrutura construída denuncia falhas de planejamento e execução.

O esgoto a céu aberto correndo nas ruas e inundando as residências dos

moradores do conjunto não era o único problema a ser enfrentado pelos mutuários da Cohab e nem seria resolvido tão cedo. Pela drenagem deficiente e o acúmulo de água e dejetos provenientes do esgoto rompido e acumulado nas ruas, os buracos apareceram, dificultando a mobilidade dos moradores (MACHADO, 1987a).

A iluminação pública também estava com problema, pois ficava ligada durante o dia. O abastecimento de água era ineficiente e faltava todas as tardes, às vezes chegava apenas durante a madrugada. Os moradores acionaram a Celesc, a Casan, a Cohab e a PMJ, mas nada foi feito. Tiveram dificuldade, inclusive, em encontrar um telefone público para fazer as denúncias. Uma casa pegou fogo devido a falta de qualidade da instalação elétrica. Conta a moradora que só dormia depois de desligar o contador, por medo de novo incêndio (MACHADO, 1987a).

Em 1986 foram entregues as demais casas com área construída de 42 m², 30 m² e ainda lotes urbanizados, com área de terrenos de 240 m² para famílias com renda de dois (02) salários mínimos. Em 27/03/1990 era aprovado então o Conjunto Habitacional Adhemar Garcia, pelo decreto nº. 6.337/90 (MACHADO, 1992).

Em 19 de janeiro de 1987, para o jornal A Notícia (1987), os moradores reclamam da falta de estabelecimentos comerciais no conjunto, visto que os prédios para abrigar supermercado, posto de saúde, centro social, posto policial, etc., foram erguidos, mas nada estava funcionando. As poucas mercearias que tinham foram fechadas pela Sunab³¹ e Cohab, que alegam que não é permitido o funcionamento de bares e similares durante três anos após a inauguração do conjunto (A NOTÍCIA, 1987b). A carência de serviços de correios e telefonia, o agravante dos problemas de drenagem, saneamento, falta de água e energia elétrica, somados ao aumento populacional do conjunto, se fazem presentes mesmo passados anos desde a inauguração, e vão piorando com o passar do tempo. O simples ato de puxar a descarga era um transtorno, pois os dejetos inundavam as residências, um problema que se estendeu por anos, conforme ilustra a charge criada por Poerner (1987) e divulgada pelo jornal A Notícia (1987a), na Figura 25:

³¹ Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) foi um órgão do governo federal do Brasil, criado em 1962 pelo presidente João Goulart e extinta em 1997, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. In: Folha de São Paulo. Fim da Sunab deflagra disputa no governo. Publicada 10 jun 1997). Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/6/10/dinheiro/14.html>. Acesso em 9 mar 2016.

Figura 25: Charge referindo-se ao problema de saneamento do conjunto habitacional Adhemar Garcia, Joinville, SC, 1987.



Fonte: A Notícia. Conjunto Adhemar Garcia com problemas de infra-estrutura. Publicada 22 dez 1987, p. 5. Autor: Poerner

Diante do caos que os moradores estavam enfrentando com a precária infraestrutura, o descaso por parte do poder público e político³², os moradores, organizados através de associação, reivindicam melhorias que permitam a habitabilidade do conjunto, visto que as promessas que partiram dos empreendedores e do governo estadual não foram cumpridas. O jornal A Notícia (1987c) publica sobre o acontecimento. A PMJ ameaça acionar a Cohab na justiça, fazendo com que os moradores paguem as prestações em juízo. O Conjunto continua abandonado e os moradores buscam, unidos, trazer as melhorias necessárias (CAMILO, 1987c).

Até a década de 1990 as notícias publicadas nos jornais sobre o conjunto habitacional Adhemar Garcia são unicamente sobre os problemas de infraestrutura, ineficiência no abastecimento de água e luz, carência de saneamento básico e serviços. Os moradores viram na oportunidade de transformar o conjunto em bairro, uma maneira de fortalecer a luta por melhor qualidade de vida. A organização da

³² Os moradores denunciam que alguns políticos foram no conjunto prometendo melhorias/obras, porém as máquinas chegaram somente no final do mandato do candidato.

associação de moradores foi imprescindível para conquistas subsequentes. Porém, a luta seria contínua, árdua e os resultados viriam em medida de “conta-gotas”³³.

3.2 O conjunto virou Bairro

Os primeiros anos foram difíceis. Quando um bairro se forma com o aparecimento dos primeiros moradores, dando origem a novas famílias, que também fixam residência nas proximidades e assim sucessivamente, há uma maior confiança e conhecimento entre as pessoas. Mas quando as coisas são feitas como no caso do Adhemar Garcia tudo fica mais complicado. Isso aqui nasceu de um dia para o outro. E aí é preciso conhecer as pessoas, saber em quem confiar, aprender a conviver em uma comunidade que não tinha nenhuma regra estabelecida (ALVES, 2000, p. D7).

Passados quase 10 anos após o início da implantação do conjunto habitacional Adhemar Garcia, visto todos os problemas que os moradores enfrentam e que foram mencionados anteriormente, iniciou a discussão sobre a possibilidade de transformar o conjunto em bairro. Houve divergências sobre a criação do bairro entre as duas chapas que disputaram a presidência da Associação no ano de 1993.

No jornal A Notícia (1993b, p. 9), a chapa de Onofre foi de oposição à essa estratégia. Uma comissão de moradores do Adhemar Garcia nega a importância de se criar um bairro, pois não garante que as reivindicações dos moradores sejam atendidas. A chapa de Maria Goretti Machado, uma das responsáveis pelo projeto do conjunto habitacional Adhemar Garcia e candidata a presidente da Associação, garantia que a criação do bairro era importante, pois daria maior poder de reivindicação junto às autoridades municipais (A NOTÍCIA, 1993b).

A região que abrangeria o bairro Adhemar Garcia tinha aproximadamente 15 mil habitantes em 1993 (A NOTÍCIA, 1993b). Além do conjunto habitacional, implantado na década de 1980 pelo governo do estado, fariam parte do bairro Adhemar Garcia mais 10 loteamentos adjacentes ao conjunto. A maior parte deles com graves problemas de infraestrutura, sem rede de esgoto e fornecimento de água e luz precário, como ilustra a charge de Horn (1997) na Figura 26. A entrada do loteamento Rosa 1 era um amontoado de entulhos e lama que, além de dificultar a passagem dos moradores, não

³³ Referência dada ao resultado que viria aos poucos.

permite o escoamento da chuva, provocando inundações nas imediações das quadras 11 e 13 (A NOTÍCIA, 1993a; 1993b).

Figura 26: Charge sobre a criação do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 1997.



Fonte: A Notícia. O Conjunto que virou bairro. Publicada 12 jan 1997, p. 1. Autor: HORN, C.

O projeto para a criação do bairro Adhemar Garcia foi enviado e aprovado pela Câmara de Vereadores de Joinville em 1993, e sancionado pelo prefeito de Joinville, na época, Wittich Freitag. Freitag diz em reportagem para A Notícia (1993a) que o projeto realizado pela comunidade é “muito bom”, mas que ele não sabe ainda qual a vantagem para a região de se tornar bairro. “Eu vou conversar com os secretários e com a autora do projeto, Maria Goreti Machado, para saber qual é a vantagem do Adhemar Garcia passar a ser bairro”, esclareceu o prefeito.

A chapa, encabeçada por Maria Goretti, foi pró-conselho comunitário. Este conselho seria composto por comissões de várias áreas, em que cada uma iria definir as prioridades de cada setor (A NOTÍCIA, 1993a). “Eu pretendo montar o conselho comunitário em seis meses para que quando o Prefeito instituir o plano de regionalização do orçamento municipal nós possamos apresentar um plano de ação para o Adhemar Garcia”, explica Maria Goretti (A NOTÍCIA, 1993a, p. 9). A ligação do bairro com o Boa Vista, uma rotula no início do bairro e a denominação das ruas do conjunto são algumas das reivindicações da comunidade do Adhemar Garcia que

devem ser solicitadas pela nova diretoria (A NOTÍCIA, 1993a). O segundo passo, depois da implantação do bairro Adhemar Garcia, é a formação de um Conselho Comunitário, que será o canal para as reivindicações do bairro, explicou Goretti. Não há nenhuma publicação no AHJ fazendo menção ao resultado da eleição.

Localizado fora do perímetro urbano de Joinville (IPPUJ, 2015), é criado o bairro Adhemar Garcia, através da Lei nº 2815, de 30 de abril de 1993:

Art. 1º Fica criado o Bairro Adhemar Garcia, com o perímetro abaixo descrito: Inicia na confluência do Rio Bupeva com o Rio Cachoeira; segue pelo Rio Cachoeira em direção leste até a Lagoa Saguacú; segue pela margem direita da Lagoa Saguacú, até o Rio Velho; daí segue em direção sul-leste através do Rio Velho até as coordenadas geográficas 70.86800 - leste; segue deste ponto em direção sudoeste até o entroncamento da Rua Sebastião da Silva com a Rua Max Pruner; segue pela Rua Max Pruner até a Rua Jarivatuba; daí segue pela Rua Jarivatuba até a Rua Agulhas Negras; segue pela Rua Agulhas Negras até a Rua Marechal Luz; segue pela Rua Marechal Luz até o entroncamento com a Rua Mercês; segue deste ponto em direção nordeste pelo Rio Bupeva até o Rio Cachoeira, ponto de origem.

Os problemas referentes à infraestrutura (A NOTÍCIA, 1993c; AN CIDADE, 1997) e à falta de serviços (A NOTÍCIA, 1994) ainda são rotineiros no bairro Adhemar Garcia, demonstrando muitas promessas, por parte da Casan e da PMJ, e poucos resultados. A água e a luz ainda faltam (A NOTÍCIA, 1994; 1997), o saneamento é ineficiente (A NOTÍCIA 1993c), visto que a tubulação rompe e alaga as ruas e os problemas com drenagem são recorrentes, contribuindo com a piora dos buracos nas vias (A NOTÍCIA, 1995; ASSUNÇÃO, 1997). Engenheiros e superintendentes dos diversos órgãos que foram acionados devido aos problemas do bairro visitam os buracos, as ruas alagadas, inspecionam os problemas, mas não retornam com providência alguma.

Ainda neste período outros sérios problemas somam-se aos já existentes, como a falta de espaços de lazer e integração comunitária, fato que já era criticado desde o ano de 1950 (JOINVILLE, 1951) e que persiste até os dias atuais. Isto é fundamental para o entendimento do processo que leva à criação de Parques Municipais como Unidades de Conservação, representando futuras áreas de lazer, recreação e integração de acordo com os moldes de “Parques Urbanos”.

3.2.1 A organização faz a força: o fortalecimento da comunidade organizada

Nas notícias dos jornais, no que diz respeito à associação de moradores, comenta-se que esta se fortaleceu muito com o passar do tempo, sendo referência para o bairro. Os moradores se uniram para atender as necessidades da comunidade. Porém o empoderamento da associação não rendeu a atenção do poder público inicialmente. Dessa forma, os moradores passam a buscar as melhorias através das ações deles mesmos. A Associação de Moradores do Adhemar Garcia organizou uma festa para as mães no antigo CERI, recebendo cerca de 1.200 famílias, para confraternizar e discutir melhorias para o bairro. Comemorações e uma palestra sobre aleitamento materno fizeram parte do evento (A NOTÍCIA, 1995).

Para a presidência da associação de moradores, são organizadas chapas, que concorrem entre elas. A Eleição é feita a cada 2 anos. Não há publicação referente a linha do tempo da presidência da associação de moradores do Adhemar Garcia. Os recortes de jornais do AHJ, referentes ao Adhemar Garcia, contam sobre um episódio de eleição da associação no ano de 1995. Em 1998 uma pesquisa é realizada no bairro para identificar o perfil dos moradores, pela Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Habitacional Adhemar Garcia³⁴, a maior e mais antiga associação do Adhemar Garcia. “Quem são os moradores? Quais são suas prioridades?” esses eram os questionamentos iniciais do presidente. Ele explicou, na ocasião, que é preciso conhecer a fundo a comunidade para poder traçar metas e planos de trabalho a fim de melhorar a qualidade de vida da região. Os membros da chapa foram de casa em casa. A pesquisa da associação contactou 5.149 habitantes e traçou um breve, mas significativo, perfil do bairro. Dos proprietários das 1.251 residências da região, 432 são naturais de Joinville e 457 de outros municípios catarinenses. Outros 247 são do estado do Paraná, enquanto 49 vieram do Rio Grande do Sul e 68 dos demais estados. Na época, no Adhemar Garcia residiam 184 autônomos, 156 aposentados e 482 mulheres eram donas de casa. O desemprego atingia 389 pessoas na faixa de 14 a 18 anos (não é possível saber se foi criada uma faixa etária na pesquisa que

³⁴ Outra associação atuante no bairro é a Associação de Moradores do Loteamento Nova Joinville.

desconsiderou que menores de 16 anos não podem trabalhar ou se na época isso era possível³⁵), 142 entre 19 e 35 anos e 40 de 36 a 50 anos (GROTH, 1998, p. F2).

Preocupados com o futuro do bairro, a pesquisa serviu também para analisar a escolaridade infantil. Constataram que 847 crianças estudavam de 1ª a 4ª série, 849 estavam matriculadas de 5ª a 8ª, enquanto 66 estavam no segundo grau. “Isso nos mostrou que precisamos manter um número maior de jovens no segundo grau e planejar uma forma de trabalho para os que precisam de emprego”, ressaltou um dos membros da chapa (GROTH, 1998, p. F2).

Em meados dos anos 2000 o bairro passa a ser atendido com investimentos vindos do poder público e da organização da comunidade. Boa parte das ruas do bairro é pavimentada e há um planejamento urbano bem organizado. A associação de moradores serve como alicerce para as famílias mais carentes. Há aulas de informática, capoeira e uma creche que atende 75 crianças em período integral. O laboratório de computação atende 225 alunos, nos três turnos em que funciona. Os pais que trabalham podem deixar seus filhos na creche. As crianças recebem diariamente três refeições e ficam sob o cuidado de 13 “tias”, que são remuneradas pela associação com R\$120,00 mais uma cesta básica. “Procuramos recrutar as pessoas mais necessitadas para esse serviço, pois nosso objetivo é ajudar os mais carentes”, revela Maria Santa Hardelt, a Dona Santa, na época coordenadora da creche, em entrevista para o jornal A Notícia (2000).

As parcerias ajudaram a associação conseguir outros serviços para os moradores, como uma sala de supletivo e um laboratório, que funcionam nas dependências do prédio da associação. O bairro também conta com algumas praças e quadras poliesportivas que incentivam a prática de esportes e o encontro dos moradores da comunidade.

Apolinário Ternes fez uma nota *Bairro Novo, Gente Nova*, para o jornal A Notícia (2000) sobre o bairro Adhemar Garcia, comentando

O bairro continua em processo de povoamento, com muitas carências especialmente no âmbito da infra-estrutura. Sua população enfrenta com dificuldades no dia-a-dia, ainda que nos últimos tempos várias melhorias tenham sido implementadas pelo poder público. A escola e a igreja foram

³⁵ Segundo o IBGE(2017), é considerada população em idade economicamente ativa, pessoas que estão em faixa etária entre 15 e 64 anos.

conquistas difíceis, mas, enfim, conseguidas através do esforço direto dos líderes comunitários. (...)os moradores do bairro Adhemar Garcia olham o futuro com a esperança de que dias melhores estão a caminho (TERNES, 2000, p.D7)

O jornal A Notícia (2006) faz uma publicação especial sobre os bairros de Joinville, em ordem alfabética, todos os domingos. O bairro Adhemar Garcia foi o primeiro da lista. Os moradores relatam suas memórias sobre o início da implantação do Conjunto Habitacional. De como tudo era “só mato e sambaqui”, “dá uma saudade”, relembra uma moradora, com afeto em relação ao meio ambiente, “antes de tudo virar cimento” (BINDERMAN, 2006, p. 9). Os moradores falam também sobre como é bom morar no bairro Adhemar Garcia, como tem tudo perto (farmácia, mercado, escola). Embora apontem qualidades, os moradores ressaltam pontos negativos.

Dos pontos negativos observados pelos moradores, a falta de cursos profissionalizantes, os roubos, as quedas de energia elétrica e a falta de empregos são os mais citados. “A penitenciária industrial, o presídio e o Centro de Internamento Provisório estão todos na zona Sul. Já as indústrias, os empregos e o desenvolvimento estão no Norte. Profissionalizando nossos jovens e trazendo empregos pra cá, a nossa região vai ficar muito melhor”, sugeriram (BINDERMAN, 2006, p. 9).

Um morador do bairro entrevistado pelo jornal A Notícia (2006) apontou que o maior problema do bairro é a violência. O que ele entende é que ela está associada à falta de opção de lazer no bairro. A criminalidade passa a ser mais um problema para a comunidade (BINDERMAN, 2006, p. 9). “Temos apenas uma quadra e ela está destruída há cinco anos. Sem ter o que fazer, os jovens acabam pensando besteira”, reflete (BINDERMAN, 2006, p. 9).

Após colocarem na balança os prós e contras de morar no bairro Adhemar Garcia, os moradores entrevistados têm a resposta unânime de que “só saímos daqui quando Deus nos levar. Temos um dos bairros mais bonitos e bons de morar” (BINDERMAN, 2006, p. 9).

3.3 O Bairro Adhemar Garcia: publicações recentes

A situação atual do bairro Adhemar Garcia é apontada nos periódicos publicados pelo IPPUJ e PMJ. Alguns dados referentes aos moradores foram publicados e estão organizados no Quadro 1, abordado a seguir:

Quadro 1 – Dados sócio-econômicos da população do bairro Adhemar Garcia, Joinville (SC), nos anos de 2009, 2013 e 2015.

Porcentagem(%)/Ano	2009	2013	2015
Mulheres	50,01	50,50	50,51
Homens	49,80	49,50	49,49
Faixa etária (mais representativa)	23 (0-9 anos)	19 (20-29 anos)	65,6 (18-59 anos)
Dens. Demográfica (hab/km ²)	5,154	5,024	5,095
Renda (até 3 s.m.)	35,0	34,4	93,26
Renda <i>percapita</i> (s.m/mês)	1,42	-	1,58
Esgoto	42,24	45,24	33,0
Água	95,0	95,0	95,0
Luz	99,0	99,0	99,0
Asfalto	73,25	71,19	75,0

Fonte: Prefeitura Municipal de Joinville. Joinville Bairro a Bairro (2009, 2013 e 2015). Adaptado pela autora.

É possível observar que o bairro, desde 2009, é composto, pela maioria da população do gênero feminino. Mas a diferença em relação à população do gênero masculino é pequena. A população do bairro em 2015 é de 9.986 habitantes (IPPUJ, 2015).

O quadro 1 foi preenchido conforme a maior representatividade (porcentagem) de cada categoria. Em 2009, 23% da população do bairro tinha de 0 a 9 anos de idade, seguidos por 21% entre 10 e 19 anos, demonstrando alto percentual de jovens e crianças no bairro. Tais índices justificam, por exemplo, a destinação de verba para a criação de creches e escolas, pela grande demanda. Em 2013, os números já demonstram uma porcentagem maior (19%) de indivíduos na faixa etária dos 20 a 29

anos, sucedida por 18% entre 10 e 19 anos de idade, e 16% entre 40 e 49 anos. Em 2015, os números são outros, mas a amplitude da faixa etária usada pela PMJ para apresentar os dados também foi diferente. Então, são 65,6% da população do bairro entre 18 e 59 anos de idade, o que pode demonstrar que a população está estabelecida no bairro.

Um dado que chama bastante a atenção é a renda. Em 2009, cerca de 35% da população do bairro ganhava até 3 salários mínimos ao mês para o sustento da família. Em 2013, são 34,4%. Em 2013, ainda, o que chama atenção é o alto número de pessoas sem nenhum rendimento; são 28,64% da população. Em 2015, 93,26% da população tem renda de até 3 salários mínimos (s.m.) por mês. O bairro Adhemar Garcia e mais outros 18 bairros em Joinville têm renda de até 3 salários mínimos, demonstrando que o rendimento mensal dos moradores, desde a implantação do conjunto até os dias de hoje, não mudou significativamente. O Adhemar Garcia, assim com outros bairros operários de Joinville, tem seus moradores com rendas mensais muito abaixo do que os dos bairros mais próximos da área central da cidade, onde se concentra a mão de obra especializada (CRISTOFOLINI, 2013).

Os serviços de saneamento são um problema que os moradores do bairro enfrentam desde que o Conjunto Habitacional Adhemar Garcia foi liberado para a moradia. Os números apresentam uma queda de investimento nesse tipo de serviço, que atende somente 33% da população. Em contrapartida, o fornecimento de água chega a 95%. Apesar do abastecimento de água ter melhorado, os dados demonstram que em muitas residências não se tem o controle e o destino correto do esgoto doméstico. Isso que vem a contribuir com instalações clandestinas e destinação incorreta de resíduos, possivelmente poluidores de mananciais de água, principalmente da Lagoa do Saguacú e da Baía da Babitonga. Pescadores, moradores das proximidades e demais buscam os recursos pesqueiros para alimentação e comércio nessas águas, o que pode resultar em um problema de saúde pública e ambiental.

Os serviços de água e luz são os que têm a maior porcentagem de abrangência, ultrapassando, desde 2009 até 2015, os 95% de funcionamento. Em relação à pavimentação, os dados estão estagnados, levando em conta que novas ruas são abertas conforme o bairro aumenta sua malha viária.

Atualmente, o bairro conta com uma Unidade Básica de Saúde – UBS – Adhemar Garcia. A educação conta com cinco CEIs - Centro de Educação Infantil (CEI Meu Pequeno Mundo, CEI Patili, CEI Mamão Coruja, CEI Adhemar Garcia, CEI Espaço

da Criança). Para o ensino fundamental e médio o bairro conta com a Escola Municipal Prefeito Luiz Gomes, o CAIC Projeflor Mariano Costa e a Escola de Educação Básica Doutor Paulo Medeiros (IPPUJ, 2015).

Para o lazer, os moradores contam com a Área de Lazer Adhemar Garcia, Área de Lazer Pista de Bicicross, Praça da Paz, Parque São Francisco e o Parque Natural Municipal Caieira (IPPUJ, 2015).

Caminhando pelo bairro durante a aplicação dos questionários à comunidade, é difícil identificar a área do antigo conjunto habitacional. Com o auxílio do presidente da Associação de Moradores do Adhemar Garcia, Moacir Nazário, que assumiu o cargo desde o ano de 2001, é que conseguimos encontrar as casas que compunham o conjunto. Embora muitas ainda tenham a estrutura das casas da Cohab, elas já foram modificadas, ganhando cores, mais alguns cômodos que foram construídos com o tempo e personalidade. Outras tantas já foram demolidas e hoje dão lugar aos geminados e prédios de poucos andares. É perceptível o processo, razoável e calmo, porém existente, de verticalização do bairro Adhemar Garcia. Aparentemente, na questão de serviços e comércio, nada falta para a comunidade, que tem acesso a tudo, embora haja reivindicações, principalmente no que se refere ao esgoto.

Como transeunte durante um mês indo a campo, foi muito bom caminhar pelas ruas e conversar com as pessoas de lá. Perto do final de semana sempre avistava os moradores, de todas as idades, conversando nos portões, sentados na calçada, na maior tranquilidade. O Parque São Francisco, que fica em uma avenida principal do bairro, estava sempre movimentado. As quadras esportivas sempre cheias, onde adultos, jovens e crianças andam de bicicleta, jogam bola e levam seus *pets* para passear. É bonito de ver, pois não se observa essa interação em todos os bairros da cidade, nem mesmo as estruturas de lazer que o Adhemar Garcia possui.

4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PARQUE NATURAL CAIEIRA: A VISÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ADHEMAR GARCIA EM JOINVILLE

Neste capítulo iremos apresentar os aportes teóricos e metodológicos utilizados nesta pesquisa para estudar as Representações Sociais da comunidade do bairro Adhemar Garcia sobre o Parque Natural Caieira, a partir do gênero e idade dos participantes. Para isso, faremos uma revisão bibliográfica sobre a Teoria das Representações Sociais e sobre o que consideramos como Parque (UC), apresentando o que se tem publicado sobre Representações Sociais, abrangendo Parques no meio acadêmico-científico. Por fim, iremos analisar os dados obtidos com esta pesquisa, por meio das respostas dadas pela comunidade do bairro Adhemar Garcia, no contexto em que as representações foram criadas, ou seja, no seu ambiente de vida no momento presente.

4.1 Procedimentos metodológicos para análise e estudo das Representações Sociais sobre o Parque Natural Caieira

Esta pesquisa objetiva analisar as Representações Sociais sobre o Parque Natural Caieira na mídia e na comunidade do bairro Adhemar Garcia. O Parque está localizado neste bairro, portanto, é do convívio dos moradores. Para alcançar os objetivos propostos e responder o problema de pesquisa, esta investigação se apoiou em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. As metodologias que empregamos estão apoiadas em uma abordagem qualitativa, mas com alguns dados quantificáveis, de maneira que contribua complementando a pesquisa, para uma compreensão ampla e profunda do problema de pesquisa, conforme:

a) Pesquisa bibliográfica

Este momento da pesquisa abrangeu o estudo de variadas fontes de informações secundárias, apanhando como referência o conhecimento acumulado em nível

municipal, estadual e federal sobre Parques, Unidades de Conservação, Patrimônio (Natural, Arqueológico Pré-Colonial e Histórico, e Cultural), o Parque Natural Caieira, a Lagoa do Saguacú e a Baía da Babitonga, urbanização e industrialização de Joinville, focando nos problemas ambientais e sociais decorrentes disto, Representações Sociais sobre o Patrimônio e o Meio Ambiente, Representações sobre Parques (UCs). Essa busca ocorreu em livros, artigos científicos, técnicos e profissionais, monografias, dissertações e teses, entre outras fontes importantes que apresentará discussões no Brasil e internacionalmente, que pudessem contribuir para esta pesquisa. Buscamos apontar a maneira como esse assunto é pensado e discutido na atualidade, mencionando os principais referenciais para o estabelecimento do corpo teórico de análise dos dados. Também foi realizado um levantamento das legislações e normativas, tanto no que diz respeito ao Meio Ambiente, como sobre a implantação do Parque Natural Caieira e a criação do bairro Adhemar Garcia, bem como as leis municipais que regem Joinville e que condicionam o uso do solo, com o propósito de levantar e discutir as premissas que embasam a pesquisa.

b) Pesquisa documental

Na pesquisa documental foi realizado um levantamento de registros ou relatórios escritos por órgãos públicos ou privados sobre o Parque Natural Caieira, visando conhecer melhor o processo, desde a sua idealização até seu funcionamento. Destacamos o Diagnóstico Arqueológico e Paleoambiental, realizado pela equipe do MASJ no Parque, que contribuiu muito para esta pesquisa. Também foram levantadas publicações em jornais de nível local, municipal e estadual, especialmente os recortes disponíveis no AHJ, que possibilitaram, nesta pesquisa, transportar nossos olhares para antes da implantação do Parque, bem como para a implantação do conjunto habitacional que deu origem ao bairro Adhemar Garcia. Também verificamos os documentos públicos, disponibilizados pela PMJ e IPPUJ, como o *Joinville em Dados e Joinville bairro a bairro*, Agenda 21, a fim de observar e perceber as visões sobre o Parque e sua região e colher informações sobre o Parque, o bairro Adhemar Garcia e o ambiente em que estão inseridos, como são representados pela mídia e pelo governo municipal.

O estudo foi realizado no AHJ, no MASJ e também nos sites da SEMA, PMJ, IPPUJ, IBGE e ONG Vida Verde, visando levantar dados estatísticos ou descritivos

sobre o Parque e a comunidade do bairro Adhemar Garcia.

c) Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada para além de obter dados estatísticos, pois possibilitou o cruzamento das respostas, “considerando os fatores sociais que as influenciam, buscando identificar as Representações Sociais” (FERRARI, 2013, p. 73) sobre o Parque Natural Caieira, visto que se trata “[...] de uma ampliação do olhar, de modo a ver o senso comum como conhecimento legítimo e motor das transformações sociais” (SPINK, 2012). Visto que o objetivo geral desta pesquisa é analisar essas representações, o contato com a comunidade na busca de dados foi muito valioso, pois as informações foram dadas pelos próprios moradores, dentro do contexto social em que vivem. A pesquisa qualitativa com dados quantificáveis foi realizada com a formulação e a aplicação de questionários³⁶ (APÊNDICE I), um instrumento importante para responder o problema de pesquisa.

O questionário foi aplicado na comunidade do bairro Adhemar Garcia entre os dias 31 de outubro a 28 de novembro, com a finalidade de saber quais as Representações Sociais sobre o Parque Natural Caieira a partir dos atores sociais dentro do seu ambiente de vida no momento presente. Foram aplicados 152 questionários de 29 perguntas, entre 50 homens e 102 mulheres, maiores de 18 anos que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Os participantes foram identificados durante idas ao bairro Adhemar Garcia, onde a pesquisadora abordou as pessoas no ônibus, na rua, em estabelecimentos comerciais e em escolas e CEIs, onde reuniam mais pessoas.

Para a definição do número de questionários a serem aplicados, foi consultado um estatístico que estabeleceu a quantidade a partir do número de habitantes do bairro Adhemar Garcia³⁷ e das características do questionário, estabelecendo uma amostragem representativa da população, admitindo-se um erro de 4% num intervalo de 95,5% de confiança, conforme Levin e Fox (2004).

³⁶ Previamente aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE (Número do Parecer: 1.378.276).

³⁷ A definição do número de questionários foi determinada pelo número de habitantes do bairro Adhemar Garcia, considerando o senso de 2015 realizado pelo IPPUJ, com total de 9.986 habitantes (IPPUJ, 2015).

O questionário foi pensado em três partes. A primeira contempla as questões que possibilitaram verificar o perfil dos participantes (questões 1 a 7). Em seguida, as questões 8 a 20 possibilitaram coletar informações sobre “como” e “o que” a comunidade aprendeu/conhece sobre o Parque Natural Caieira. Por fim, as questões 21 a 29 são as questões mais diretamente ligadas ao Parque. O questionário foi elaborado com questões abertas e fechadas (binárias, múltipla escolha e escalonada), de acordo com o trabalho de Vieira (2009), *Como elaborar questionários*.

As questões abertas são usadas em pesquisas qualitativas e, neste caso, quando não foi possível oferecer opções de respostas que abrangessem o universo de possibilidades, como, por exemplo, quando indagados na questão 4 – Se você não for natural de Joinville, aponte o motivo que o fez mudar para a cidade e 10 – Defina em três palavras tudo que lhe vêm em mente quando falamos no Parque Natural Caieira e explique cada uma delas.

A questão 4 foi criada para complementar a questão 3, que se refere à naturalidade do participante, sabendo que grande contingente de pessoas migraram para Joinville, inclusive, compondo o quadro demográfico atual do bairro Adhemar Garcia. Já a questão 10, através da evocação hierarquizada dos moradores do bairro Adhemar Garcia, buscou-se saber, em três palavras e com as respectivas justificativas, quais valores os moradores atribuem ao Parque Natural Caieira, considerando as nove categorias apresentadas por Kellert (2004):

- **Negativista:** sentimentos de aversão, medo e antipatia em vários aspectos referentes ao mundo natural.

- **Moralista:** a natureza como fonte de inspiração moral e espiritual, compromisso mútuo, bondade. A boa vontade em proteger a natureza deriva das tendências destrutivas morais e éticas.

- **Naturalista:** satisfação derivada do contato direto com a natureza, que engloba uma sensação de fascínio, admiração e temor, a partir de uma experiência íntima da diversidade da natureza e da sua complexidade. Numa valorização mental e física, associada a essa maior consciência e contato com a natureza.

- **Estética:** possibilita que as pessoas possam discernir a unidade e a ordem de determinados recursos naturais e as expressões estéticas, inspiram e instruem. Fonte essencial de beleza e de atração física, apelo estético de certas características da natureza.

- **Ecológico-científica:** o conhecimento e a compreensão obtidos a partir das atividades intelectuais. Quanto mais as pessoas aprendem a beneficiar-se com os estudos do funcionamento dos processos naturais, mais elas tendem a reconhecer a virtude da sua perpetuação saudável. A capacidade intelectual é nutrida e desenvolvida através do estudo e da observação do processo e da diversidade natural.

- **Humanista:** a valorização da natureza como fonte para ligação emocional e apego (inclusive com as demais espécies), por uma forte atração por certas plantas e paisagens. Expressões de afeto.

- **Utilitarista:** no sentido convencional de vantagem material e comercial, que resulta no ato de exploração da natureza para a alimentação, medicação, vestimentas e ferramentas.

- **Dominadora:** subjugar e dominar a natureza, domínio do desconhecido. Aventura e superação.

- **Simbólica:** o mundo natural constitui uma fonte indispensável para o desenvolvimento de nossa capacidade humana única de comunicação e pensamento. A natureza como símbolo tem um papel importante na aquisição da linguagem – imagem de distinção.

A metodologia da evocação hierarquizada vai ao encontro do campo representacional, e através da frequência e da importância dada a determinadas palavras, possibilita formular hipóteses de centralidade para estas representações (LO MONACO; LHEUREUX, 2007 *apud* GIRELLI, 2016). As palavras parecidas (com significados e justificativas semelhantes) foram agrupadas para a categorização dos valores e posterior discussão.

A tipologia de valores elaborada por Stephen Kellert (2004) é derivada do seu estudo sobre a importância do contato afetivo com animais na infância, realizado em 1976. Ele criou as “tipologias de atitudes para com os animais”, que posteriormente passou a ser “tipologia de valores” (KELLERT, 1993), após se basear na noção de biofilia e na necessidade biológica do ser humano de estar em contato com a natureza. Então Kellert sugeriu que as categorias correspondem mais precisamente aos valores que às atitudes (SCHWARZ, 2007). Outra alteração que ocorreu é que nas “tipologias de atitudes” o ecológico e o científico estavam separados, já na “tipologia de valores”, houve a junção, pela dificuldade de diferenciar uma da outra (KELLERT, 1996). Esta tipologia é aceita e identificada como universal e já foi utilizada em outros trabalhos (SCHWARZ, 2007; GIRELLI, 2016) que visaram estudar as Representações Sociais na

área ambiental em Joinville. Para Kellert (1993), nós necessitamos da natureza numa ligação que extrapola a exploração dos recursos naturais, onde que o mundo natural influencia o mundo emocional, cognitivo, estético e espiritual humano. A orientação e atração em relação à natureza são aspectos importantes na vida do homem (KELLERT, 1987), embora nem todos os ecossistemas naturais sejam vistos e apreciados da mesma maneira (KAPLAN *et al.*, 1989).

As questões fechadas com perguntas binárias (que permitem apenas duas respostas, sim ou não) foram elaboradas para saber, por exemplo, se a comunidade do Adhemar Garcia visita ou não, outras UCs da cidade, se considera ou não o Parque Natural Caieira um Patrimônio. Já as questões de múltipla escolha permitem várias opções de resposta, definidas pelo pesquisador, para saber por quais meios o participante aprendeu sobre o Parque ou o que ele considera patrimônio no Parque, entre outras. Para as questões escalonadas, as alternativas foram organizadas de maneira que o participante indicasse seu posicionamento diante da pergunta, em um sistema de cinco categorias de respostas, que vão de “ótimo” à “péssimo”, ou “diariamente” à “nunca”, “sempre” e “nunca”, de modo que apresente respostas que se refiram à “aprovo totalmente” à “desaprovo totalmente”, conforme escala proposta por Likert em 1932.

Dessa maneira, procurou-se elaborar um questionário que possibilitasse o uso de diversas metodologias e categorias de análise, de modo a contribuir para o estudo sobre as Representações Sociais sobre o Parque Natural Caieira. A amostra foi dividida em dois gêneros (masculino e feminino) e em seis faixas etárias: a) 18 a 30 anos, b) 31 a 40 anos, c) 41 a 50 anos, d) 51 a 60 anos, e) 61 a 70 anos e f) acima de 70 anos.

A sistematização dos dados foi realizada por meio de planilha de *Excel* e a classificação e análise foram realizadas no programa estatístico da IBM, o SPSS³⁸, que permitiu organizar, resumir e apresentar os dados, de tal forma que possam ser interpretados de acordo com os objetivos da pesquisa e o tipo de variável. O cruzamento dos dados e o teste de frequência geraram gráficos e tabelas, que serviram para o estudo e a análise das Representações Sociais sobre o Parque Natural Caieira de acordo com as respostas obtidas dos moradores do bairro Adhemar Garcia. A discussão aconteceu com base na revisão de literatura, convergindo para o problema

³⁸ *Statistical Package for the Social Sciences.*

de pesquisa e os objetivos propostos.

4.2 A contribuição das Representações Sociais para o Parque Natural Caieira

Jodelet (1989) parte da noção básica de que uma Representação Social é uma forma de saber prático que liga o sujeito ao objeto. “É uma modalidade de saber gerada através da comunicação na vida cotidiana, com a finalidade prática de orientar os comportamentos em situações sociais concretas” (SÁ, 1998, p. 68). É necessário conhecer os sujeitos dentro da realidade deles para que tenhamos uma compreensão adequada do contexto social habitado pelos sujeitos que representam o objeto de estudo: “seu *habitus* é a teia mais ampla de significados no qual o objeto de representação está localizado” (SPINK, 2012, p. 100). No caso desta pesquisa, a comunidade do bairro Adhemar Garcia em Joinville-SC são os sujeitos que representam o Parque Natural Caieira, contribuindo com novos olhares e discussões sobre o objeto de estudo. Objeto e sujeitos de representação foram contextualizados nos capítulos 2 e 3, respectivamente.

A representação que liga o sujeito ao objeto é um saber efetivamente praticado, que não deve ser apenas suposto, mas detectado em comportamentos e comunicações que, de fato, ocorram sistematicamente. Através da pesquisa bibliográfica realizada para compor os capítulos anteriores, que justamente apresentam o objeto e os sujeitos de representação, é possível afirmar que o saber sobre o Parque foi praticado pelos moradores do bairro Adhemar Garcia. Afinal, o estudo das Representações Sociais “pode ser aplicado a qualquer coisa que seja – ou que em alguma ocasião tenha sido – nova, ou estranha para conjuntos sociais específicos” (SÁ, 1998, p. 68). Para Sá (1998), o objeto deve ter suficiente “relevância cultural” ou “espessura social” para gerar as Representações Sociais. Nesse sentido, “espessura” e “relevância” de um objeto – que justificaria a existência de Representações Sociais – pode ser traduzido da seguinte maneira: “O objeto em questão se encontra implicado, de forma consistente, em alguma prática do grupo, aí incluída a da conversação e a da exposição aos meios de comunicação de massa” (SÁ, 1994, p. 42). É necessário reforçar que o referido Parque está situado no bairro Adhemar Garcia, portanto é de convívio dos seus moradores.

Os fenômenos de Representação Social estão espalhados por aí – “na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa, e nos pensamentos individuais” (SÁ, 1998, p. 22). Esses fenômenos são, por natureza, “difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social” (SÁ, 1998, p. 22). Ou seja, as Representações que compõem o “ambiente de pensamento” da vida cotidiana englobam, de forma complexa, fluída e entrecruzada, numerosos e diversos assuntos de conhecimento e numerosos grupos ou conjuntos de sujeitos conhecedores (SÁ, 1998, p. 24). “Todas as interações humanas pressupõem representações e é isso que as caracteriza” (MOSCOVICI, 2009, p. 40).

É quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e herança histórico-cultural de suas sociedades, que as Representações Sociais são formadas (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 2012, p. 20).

Não é possível conhecer o ser humano sem considerá-lo inserido em uma sociedade, em uma cultura, se apropriando e interagindo com um ambiente, em um momento histórico, e em dadas condições políticas e econômicas (FLEURY e ALMEIDA, 2009). Apesar de muitas consequências da degradação ambiental ser de ordem global, “afetando a biosfera como um todo, os processos geradores desses desequilíbrios têm origem no interior de diversas sociedades, nas formas como estas constróem, representam e manipulam a natureza” (DIEGUES, 2000, p. 4). A questão das áreas protegidas levanta inúmeros problemas de caráter político, social e econômico e não se reduz, a uma simples questão de conservação do mundo natural e mesmo da proteção da biodiversidade.

[...] a Representação Social funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-decodificações da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas (ABRIC, 1998, p.28).

No artigo *A conservação ambiental como critério de relações entre grupos e valores: representações e conflitos no entorno no Parque Nacional das Emas, Goiás*, as Representações Sociais são consideradas guias para ação, pois carregam consigo as marcas das trajetórias, valores e interesses da comunidade chamada a interagir,

acerca de um objeto comum, apresentando suas divergências e contribuindo para que as atitudes e disposições em relação ao objeto sejam reelaboradas (FLEURY e ALMEIDA, 2009). “Pode-se considerar que as Representações Sociais exercem um papel de mediação entre os grupos sociais” (FLEURY e ALMEIDA, 2009, p. 360), onde os sentidos do objeto de pesquisa são dados “pelos próprios atores, dentro do contexto social em que vivem [...], pois são repletos de valores, sentimentos e emoções e o universo simbólico” (SCHWARZ, 2007, p. 92).

Para Schwarz (2007, p. 60), as representações “variam de indivíduo para indivíduo”, já que as interações particulares com o mundo criam diversos fatores que podem influenciar nas representações. O sujeito pode estar suscetível “às particularidades das combinantes de elementos físicos, biológicos e sociais do espaço”, “as características fisiológicas individuais (idade, gênero)” e “uma possível inteligência naturalista”. Fatores inerentes ao indivíduo também são considerados, “relacionados às disposições da personalidade”, que podem ser alteradas “de acordo com a motivação, cansaço, lembranças, expectativas e valores individuais” (SCHWARZ, 2007, p. 61).

Farias (2007) no seu estudo *As Representações Sociais do Parque Municipal da Boa Esperança, em Ilhéus, Bahia, pela comunidade do seu entorno*, afirma que a Teoria das Representações Sociais permite o conhecimento referente ao conjunto de ideias das comunidades que vivem no entorno das UCs, trazendo novos instrumentos para subsidiar interferências que promovam o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, incorporando o diálogo entre saberes técnico e científico e os saberes das práticas dos atores sociais, no que diz respeito ao atendimento do Art. 5º do SNUC:

[...]

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

[...]

VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

A literatura científica ainda é escassa no que tange aos estudos das relações entre comunidades que vivem dentro e no entorno de UCs, utilizando as Representações Sociais construídas a partir das percepções da comunidade quanto ao seu ambiente de vida. Embora o sucesso da implementação de áreas protegidas esteja diretamente relacionado com o respeito aos aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais nos quais as populações estão inseridas (FARIAS, 2007). Para Pimentel (2008, p. 68), em sua tese *Os “parques de papel” e o papel social dos parques*, “[...] entender, reconciliar e mudar valores é essencial para a conservação. Além disso, depende-se das ciências sociais e naturais para tornar o processo viável”. O conhecimento sobre as representações sociais sobre os parques é um componente importante da conservação, para a compreensão dos fenômenos sociais e ecológicos envolvidos, além de minimizar a lacuna gerada entre as ciências ambientais e sociais, pelo seu caráter interdisciplinar (PIMENTEL, 2008).

Farias (2007, p. 34), afirma:

Enquanto os poderes públicos de todas as esferas trabalharem as suas políticas tendo apenas a natureza como meta e o homem como agente degradador a ser submetido a “normas e restrições específicas” (BRASIL, 2000), não haverá possibilidade de acordo.

As regiões naturais usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelas atividades humanas. Inúmeras pesquisas antropológicas, culturais, históricas e ambientais realizadas nas últimas décadas vêm evidenciando que a “natureza” não é tão natural como parece (DIEGUES, 2000; BENSUSAN, 2006), no que diz respeito ao *Mito da Natureza Intocada* onde o homem não é considerado parte da Natureza. Porém, em todas as belas paisagens há evidências arqueológicas de sítios onde o homem viveu, morou e erigiu sua cultura. Por vezes, a paisagem é a única forma, único testemunho e meio de transmissão de uma cultura, sobretudo das desaparecidas. O homem pré-colonial sentiu a mesma emoção estética diante de uma paisagem natural excepcional, experimentada pelo homem moderno, estabelecendo valores que constituem a herança de uma sociedade. Valores físicos e materiais como o clima, água, solos, fauna, flora ou imateriais como a fruição da beleza, o respeito e a adoração pelos elementos naturais, são permanentes (DELPHIN, 2009), ou seja,

compartilhamos entre nós e nossas relações humanas. Para as Representações Sociais, o social é coletivamente edificado e o ser humano é construído através do social (FARIAS, 2007). Por isso, “a importância da proteção ao patrimônio não está apenas na consideração material e na valorização econômica dos recursos naturais, mas na relevância cultural dos processos adaptativos dos grupos sociais ao seu meio ambiente” (XAVIER, 1987, p. 235).

Portanto a necessidade de se conhecer os aspectos coletivos destes valores é importante para podermos ver como este espaço está sendo organizado sócio culturalmente, identificando os lugares mais e menos valorizados pela população, podendo assim, propor melhorias para a conservação destes (SCHWARZ, 2007, p. 47).

Então as representações sociais surgem da interação social, são fruto do contexto em que são criadas, “oferecendo subsídios para a investigação de como os grupos sociais entendem e praticam – isto é, representam – o meio, e como essas representações atuam como guias para a ação” (FARIAS, 2007, p. 31).

Neste sentido, assume-se que nesta abordagem o fenômeno das representações sociais está ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade, se articulando tanto com a vida coletiva, como com os processos de constituição simbólica nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, para entendê-lo e nele encontrar seu lugar, através de uma identidade social. Ademais, as representações sociais assim entendidas atuam fundamentalmente como guias para a prática, isto é, orientam as ações e as relações sociais, assentando-se neste aspecto uma de suas principais contribuições aos estudos de dinâmicas socioambientais (FLEURY e ALMEIDA, 2009, p. 360).

Dessa forma, as representações são “categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (MINAYO, 2009, p. 89). A partir daí, buscamos dados no bairro Adhemar Garcia fornecidos pelos próprios atores sociais, para complementar o estudo em questão. Então, as representações são ao mesmo tempo geradas e adquiridas, e seu estudo requer interdisciplinaridade, segundo Farias (2007, p. 31), “tanto nos métodos de pesquisa quanto no sentido de compartilhar saberes”. Por isso, além da pesquisa bibliográfica e documental, que possibilitou contextualizar o objeto e os sujeitos de representação, principalmente no que se refere à mídia e ao poder público, apresentamos dados do processo da criação do Parque Natural Caieira e do bairro Adhemar a partir do olhar do pesquisador, enquanto interpretador da realidade.

Passados 13 anos desde a sua criação, além dos problemas que envolvem o abandono e a falta de manutenção das estruturas e do terreno do Parque Natural Caieira pela gestão municipal, faltam-lhe o Plano de Manejo, o Conselho Consultivo e o estabelecimento e gestão da Zona de Amortecimento, que são instrumentos norteadores da efetividade da UC. Apesar de representar uma medida importante, estabelecer áreas legalmente protegidas através da legislação e da aquisição de terras, por si só, não asseguram a preservação ambiental (PRIMACK e RODRIGUES, 2001). A proteção dos ecossistemas naturais vai além da demarcação do território e da indicação de que é uma área que “está protegida”, pois cria problemas de relacionamento “[...] entre essas áreas e as pessoas diretamente atingidas pela sua implantação, ao impor uma fragmentação do espaço e mudanças na forma de seu uso, cujos propósitos são mal compreendidos pelo senso comum” (PIMENTEL, 2008, p. 41).

Mesmo assim, o estabelecimento de espaços especialmente protegidos é o principal instrumento para a conservação da biodiversidade. Essas áreas existem em aproximadamente 80% dos países do mundo e cobrem cerca de 11,5% da superfície terrestre do planeta (BENSUSAN, 2006), com diversos fundamentos que justificam a sua criação. A rápida destruição de espécies e de muitos ecossistemas tropicais são exemplos que justificam o aumento da criação de UCs pelo mundo (DIEGUES, 2000; BENSUSAN, 2006; DELPHIN, 2009), embora a implementação de tal ferramenta enfrente inúmeros desafios. O Brasil conta historicamente com limitações de recursos humanos e financeiros (BENSUSAN, 2006) para criação e gestão das UCs no território nacional.

Outro desafio é relacionado com a maneira com que essas áreas, nem sempre bem protegidas, foram e ainda são, estabelecidas, “fortemente inspirada nos moldes norte-americanos do Parque Nacional de Yellowstone, procurando privilegiar critérios de excepcional beleza cênica e paisagística” (DELPHIN, 2009, p. 167), onde comunidades locais são desalojadas, muitas vezes as restrições de uso se dão sem explicações e compensações, e os gestores não levam em conta, os conflitos sociais e culturais que ocorrem com a criação das UCs (BENSUSAN, 2006; PIMENTEL, 2008).

Um ponto importante que deve ser apresentado se refere aos “parques de papel”, em que existe mais vontade política para a criação do que para a gestão dos parques (DOUROJEANNI, 2002). Ou seja, muitas UCs foram criadas nos gabinetes oficiais, sem conhecimento ou análise das condições ecológicas e sociais locais (BRANDON *et al.*, 2005). Esse tipo de UC é considerada uma ficção jurídica, pois não

tem implantação na realidade social na qual está inserida (DOUROJEANNI, 2002). O que se tem observado, assim como no Parque Natural Caieira, é que o processo de implantação efetiva, que envolveria as conseqüentes responsabilidades política, legal e financeira na conservação e manejo da UC, não avança. Essa imagem de parques ineficientes acaba comprometendo o embasamento científico desse modelo de conservação (PIMENTEL, 2008).

Para esta pesquisa, iremos considerar o Parque Natural Caieira como um “parque de papel”, por haver tantas falhas na sua gestão e manutenção, visto que:

As UCs precisam ser ativamente monitoradas e gerenciadas para evitar sua deterioração. A partir do momento em que uma área de proteção é legalmente estabelecida, ela deve ser manejada de forma eficaz para manutenção da diversidade biológica. Nesse contexto a gestão participativa é um diferencial valioso. Atualmente, existe um reconhecimento de que o envolvimento das comunidades é essencial para as estratégias de manejo de conservação. Intervenções “de cima pra baixo”, através das quais os governos tentam impor seus planos de conservação, precisam estar integradas às necessidades da população, garantindo a melhoria da qualidade de vida e preservação do ecossistema (SILVA e SILVA, 2013, p.203).

Adotando as tendências mundiais, a partir da edição de 2000 do SNUC, o Brasil instituiu bases legais para a criação, categorização, implantação, consolidação e gestão das chamadas UCs, com base em objetivos preservacionistas, conservacionistas, educacionais, científicos e públicos (BROCHIER, 2006). Unidade de Conservação (UC) é um termo utilizado no Brasil para definir as áreas instituídas pelo Poder Público para a proteção da fauna, flora, microorganismos, corpos d’água, solo, clima, paisagens, e todos os processos ecológicos pertinentes aos ecossistemas naturais. A devastação acelerada dos ecossistemas florestais também “ameaça um rico Patrimônio Histórico e diversas comunidades tradicionais, as quais constituem parte importante da identidade cultural do País” (BRASIL, 2002, p. 217). Algumas categorias de UC protegem, também, o Patrimônio Histórico-Cultural (como é o caso do Parque Natural Caieira), e as práticas e o modo de vida das populações tradicionais, permitindo o uso sustentável dos recursos naturais. Por esse motivo, proteger os biomas é necessário e urgente, dependendo de ações e esforços integrados e coletivos, exigindo a mobilização máxima da sociedade em sua defesa.

Sob a denominação de UC figuram diversas categorias, modalidades e formas de proteção à natureza, dentro das classificações de Proteção Integral e de Uso Sustentável. No que se refere ao grupo das unidades de Proteção Integral, que

objetivam “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, exceto em casos previstos nesta Lei” (BRASIL, 2000), são as seguintes categorias de UC:

- I – Estação Ecológica;
- II – Reserva Biológica;
- III – Parque Nacional;
- IV – Monumento Natural;
- V – Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000).

No grupo das unidades de Uso Sustentável, que objetivam “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000), são as seguintes categorias de UC:

- I – Área de Proteção Ambiental;
- II – Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III – Floresta Nacional;
- IV – Reserva de Fauna;
- VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
- VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

A conservação da biodiversidade *in situ*, por meio da criação e implementação de UC, é uma ferramenta indispensável para que o país consiga cumprir os compromissos constitucionais internos e os diversos acordos internacionais firmados. Além do mais, é primordial para a preservação dos bens naturais a minimização dos problemas oriundos da urbanização e da industrialização, para a promoção da qualidade de vida da sociedade (BENSUSAN, 2006; PIMENTEL, 2008). “Modernamente, os parques nacionais brasileiros, sem excluir valores cênicos, enfatizam a preservação de processos ecológicos, de espécies vegetais ou animais ou de ecossistemas” (DELPHIN, 2009, p. 167), ou seja, com categorias e objetivos distintos, atendendo nas três esferas de poder federal, estadual e municipal.

A cidade de Joinville, pela diversidade paisagística distribuída ao longo do município, conta com as seguintes UCs no seu território:

- Proteção Integral: Estação Ecológica do Bracinho (1984), Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin (1992), Parque Natural Municipal Morro do Finder (1993) e Parque Natural Municipal Caieira (2004).

- Uso Sustentável: Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Caetezal (2001), Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral (2000), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Morro do Boa Vista (2003), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Morro do Iriú (1993) e Área de Preservação

Ambiental (APA) da Serra Dona Francisca (1997).

Vale destacar que a APA da Serra Dona Francisca, entre a região do Quiriri e do Piraí, abrange o Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin e a RPPN Caetezal. Adjacente à APA, ainda está a Estação Ecológica do Bracinho, criada em nível estadual, entre os municípios de Joinville e Schroeder. A ARIE do Morro do Boa Vista abrange o Parque Municipal Zoobotânico, que não é uma UC, porém está localizado dentro de uma e tem a denominação de “parque”, diferente do significado dado pelo SNUC. A ARIE do Morro do Iririú abrange o Parque Natural Municipal Morro do Finder, conforme apresenta a Figura 19.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral foi criada em 1989, na categoria de Parque Natural Municipal da Ilha do Morro do Amaral (JOINVILLE, 1989). Somente em 2000 ocorreu a alteração da categoria de UC para Reserva de Uso Sustentável (JOINVILLE, 2000), visto que o local é habitado e existem pescadores artesanais residindo e utilizando os recursos naturais. Por isso, o tipo de UC se adequou à realidade social existente. No entanto, comparando a Lei do SNUC é possível verificar que existem incoerências nas UCs em Joinville, pois ainda não se adequaram às normas do SNUC (VIEIRA, 2007).

4.2.1 As variáveis da comunidade do bairro Adhemar Garcia

Schwarz (2007, p. 3), na sua tese intitulada *As representações de crianças e adolescentes da biodiversidade de Mata Atlântica na região de Joinville (Santa Catarina – Brasil)*, comenta que são muitas as variáveis que podem influenciar as Representações Sociais. No entanto, a pesquisadora delimitou, para discussão, a idade e o gênero dos participantes. Essas duas variáveis podem verificar as possíveis diferenças nas representações por gênero e idade distintos. Da mesma forma, outras pesquisas realizadas na região de Joinville valeram-se, para investigar as Representações Sociais dos seus objetos de estudo, dessas mesmas variáveis (GIRELLI, 2016; FERRARI, 2013; SCHWARZ, 2007). Kellert também trabalhou suas tipologias com diferentes grupos etários (1985) e de gênero (1987).

“O gênero depende de como a sociedade vê a relação que transforma um macho em um homem e uma fêmea em uma mulher” (STREY, 1998, p.183). O nosso

entendimento de gênero se refere “[...] à noção de cultura, situa-se na esfera social, diferentemente do conceito de “sexo”, que se situa no plano biológico, e assume um caráter intrinsecamente relacional do feminino e do masculino” (ARAÚJO, 2005, p. 42).

A variável “gênero” “auxilia para verificar a predominância de masculino ou feminino, entre os participantes da pesquisa”. Essa variável não considera a diferença no que diz respeito à capacidade intelectual, mas apresenta as diferenças em algumas sub-habilidades (SCHWARZ, 2007). Schwarz (2007) verificou, em sua pesquisa, que há diferenças entre as representações do Meio Ambiente entre o gênero feminino e masculino. Para a autora (*apud* BEE, 1996), essas diferenças estão nas medidas de raciocínio espacial, onde o gênero masculino é consistentemente melhor. Enquanto as meninas tendem a desenhar o interior de uma residência, os meninos reproduzem o “lado de fora”, embora as meninas cite mais espécies de animais e plantas que os meninos (LINDEMANN-MATTHIES, 2002 *apud* SCHWARZ, 2007). Geralmente os meninos possuem maior liberdade para circular pela cidade que as meninas, devido ao modo que a sociedade estipula o que um gênero pode ou não fazer, influenciando no comportamento e na compreensão de mundo de cada indivíduo. Por isso, o gênero pode apontar os diferentes pontos de vista sobre o objeto comum (GIRELLI, 2016).

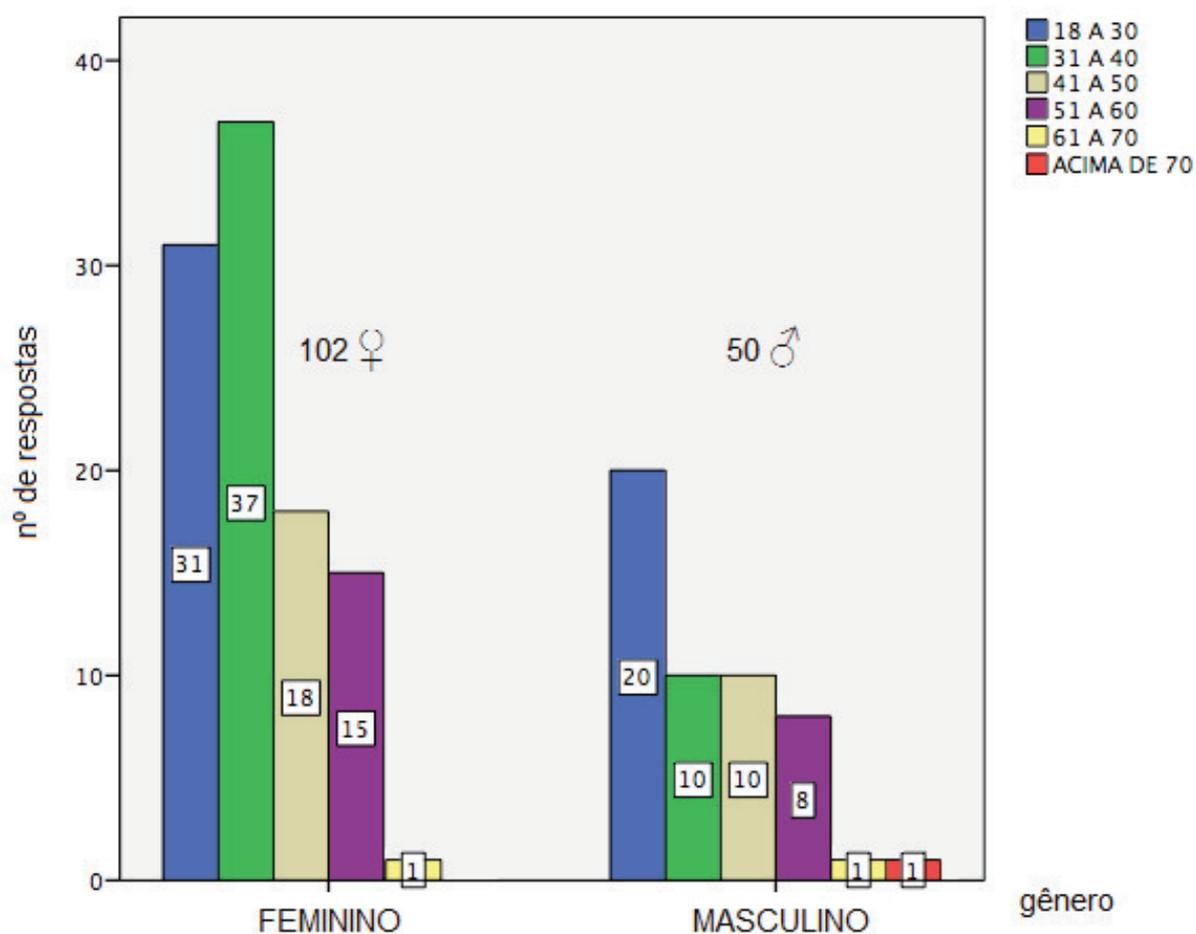
A variável “idade” ou “faixa etária” auxilia na análise comparativa entre as respostas dos participantes mais jovens e os mais velhos (GIRELLI, 2016). Os adultos mais jovens estão recém-formados ou ainda cursando o ensino médio/graduação, por exemplo, enquanto os adultos mais velhos têm mais experiência de vida (GIRELLI, 2016). Embora a pesquisa de Schwarz (2007, p. 62) tenha sido com o público infanto-juvenil (6 a 14 anos), a pesquisadora aponta que “a idade é uma variável muito importante nas representações” tanto “[...] no que diz respeito ao desenvolvimento psicológico e às capacidades de comunicação”, quanto “para as experiências vivenciadas e imaginadas”.

Esta dissertação busca analisar o que a comunidade do bairro Adhemar Garcia pensa sobre o Parque Natural Caieira, por meio das suas Representações Sociais. Com a coleta de dados, através da aplicação do questionário de pesquisa à comunidade do bairro, obtivemos 152 participantes, distribuídos entre os dois gêneros, feminino e masculino, com total de 67,1% e 32,9%, respectivamente. O número de participantes do gênero feminino é muito maior do que do gênero masculino, embora o bairro possua a porcentagem de habitantes entre os dois gêneros bem próximos, conforme o Quadro 1, porém essa foi a realidade encontrada em campo. Esse fato

pode ter sido influenciado pelo horário escolhido para abordar a comunidade do bairro Adhemar Garcia, geralmente em horário comercial, dando-se preferência ao turno vespertino, o que nos permite interpretar que a maioria do gênero masculino do bairro, estaria trabalhando em outras áreas da cidade, principalmente nas indústrias. Outro fato é que muitas pessoas foram abordadas nas escolas e CEIs do bairro, bem como os funcionários desses estabelecimentos. Muitas professoras participaram o que pode ter influenciado no número de participantes do gênero feminino. Segundo o artigo *Mãe, mulher...professora! questões de gênero e trabalho docente na agenda educacional contemporânea*, em 2014, havia no Brasil o total de 436.873 professores do gênero masculino, enquanto do gênero feminino somam 1.753.870 (DAMETTO e ESQUINSANI, 2015), ou seja, é mais provável que neste público a maioria corresponda ao gênero feminino.

Separamos os sujeitos de pesquisa entre seis faixas etárias, conforme apresentamos no Gráfico 1. Os participantes da pesquisa concentram-se nas faixas etárias de 18 a 30 anos e 31 a 40 anos. Esses dados corroboram com os dados publicados por IPPUJ (2015), onde 65,6% da população do bairro Adhemar Garcia está na faixa entre os 18 e 59 anos, conforme o Quadro 1.

Gráfico 1: Gênero e faixa etária da comunidade do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.2.2 As pluralidades dos diversos atores da pesquisa

Embora o bairro Adhemar Garcia tenha sido inicialmente criado para atender a demanda de migrantes, como elucidamos no Capítulo 3, mais da metade dos participantes desta pesquisa são naturais de Joinville, no total de 59,2%. Isso demonstra que esses são os “novos moradores” do bairro Adhemar Garcia, pois tem relação direta com a maior concentração de participantes na faixa etária dos 18 aos 30 anos. Possivelmente, esses participantes são filhos de pais migrantes, que nasceram na cidade. Os participantes que migraram de outras cidades do Estado de Santa

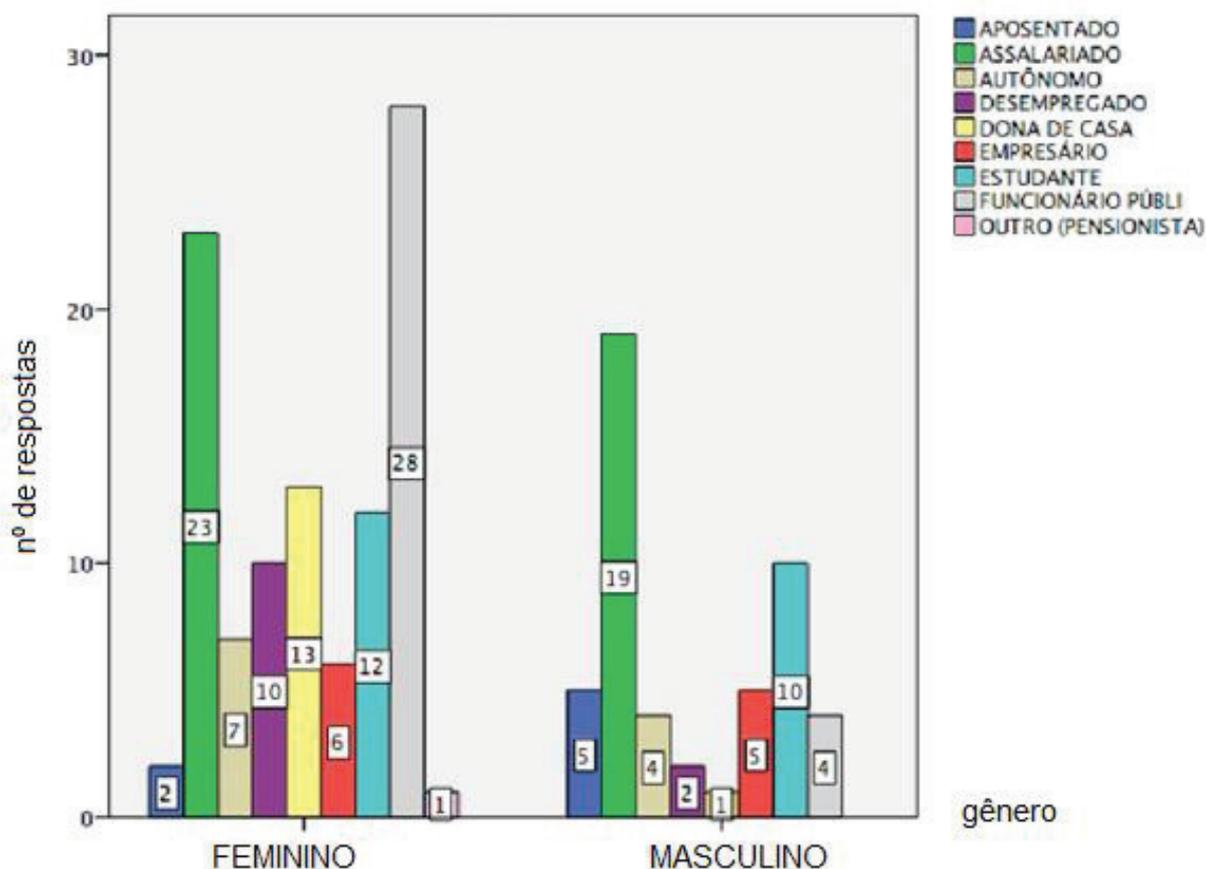
Catarina são 12,9%, do Estado do Paraná são 18,8% e demais estados (São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Recife, Ceará e Rio Grande do Norte) representam 7,7% dos participantes. O tempo de residência na cidade, desses migrantes, varia de 1 a 10 anos (10,5%), de 11 a 20 anos (13,2%), de 21 a 30 anos (11,2%), de 31 a 40 anos (4,6%) e acima de 41 anos, somente 1,3%.

Os participantes que não são naturais de Joinville (39,4%) apontam principalmente o trabalho como motivo para a migração (32,3%). Esse número corrobora com a divulgação de Joinville, como “cidade do trabalho” e de oportunidades para todos, como abordamos no capítulo anterior, especificamente no item 3.1, onde tratamos do fluxo migratório a partir da demanda de mão de obra e das propagandas de divulgação feitas pelas indústrias. Os outros motivos estão relacionados a casamento (2,0%), ficar perto da família (2,6%) e porque gosta da cidade (2,6%).

Para Cristofolini (2013, p. 48), “o trabalho é o mecanismo que motiva e orienta todas as economias modernas. Ao se tornar assalariado no século XIX, seu conceito muda a organização econômico-social dos espaços habitados”. A pressão exercida pelo capital industrial “é diretamente responsável pela ocupação da periferia urbana, sobretudo das áreas de mangues que margeiam o contorno do perímetro urbano da cidade” (SOUZA, 1991, p. 30). A migração e o trabalho moldaram Joinville e, no bairro Adhemar Garcia, os assalariados correspondem a 27,6% dos participantes, a ocupação mais representativa no gênero masculino, conforme o Gráfico 2.

O gênero feminino tem maior representatividade no funcionalismo público, ocupação que corresponde a 21,1% dos participantes, principalmente na faixa de 31 a 40 anos. Os estudantes correspondem a 14,5% do total, na faixa de 18 a 30 anos e de maneira quase equivalente entre os gêneros.

Gráfico 2: Ocupação, por gênero da comunidade do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

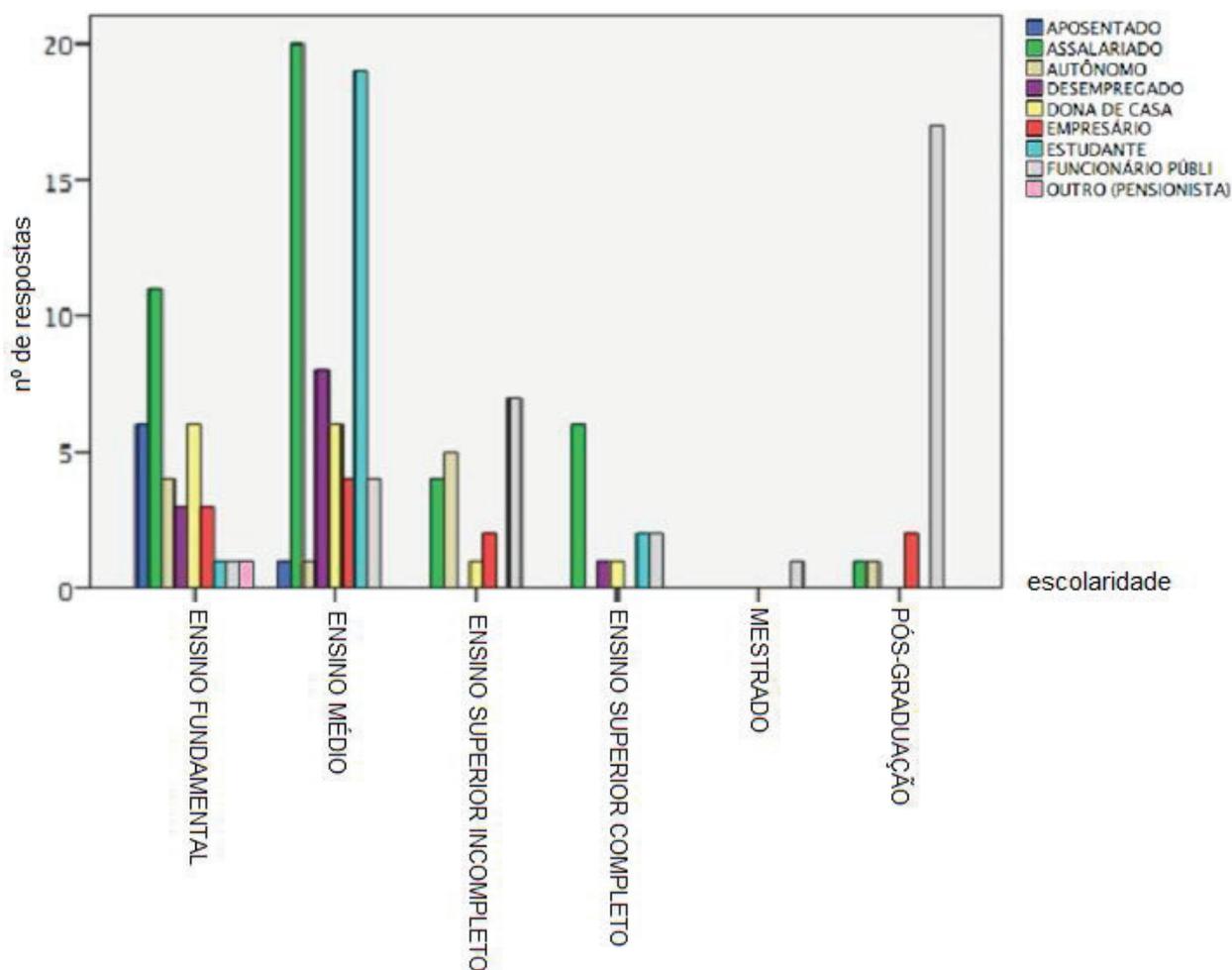
A diferença entre os gêneros expressa o maior número de desempregadas e donas de casa do grupo feminino, que pode estar relacionado “[...] a imagem da mulher como cuidadora, responsável pelo bem estar dos filhos e do marido em relação à limpeza e arrumação da casa, alimentação e saúde, e que permanece no imaginário de todos, inclusive das próprias mulheres” (ZIBETTI e PEREIRA, 2010, p.270). No Capítulo 3 comentamos sobre a pesquisa realizada pela Associação de Moradores do bairro Adhemar Garcia que contaram quase 500 mulheres donas de casa no bairro no ano de 1995.

Entre assalariados e estudantes, estes participantes possuem o ensino médio, que corresponde a 41,4% da escolaridade da comunidade do bairro Adhemar Garcia, enquanto os funcionários públicos são pós-graduados (13,8%).

Genericamente, interpretamos a amostra da comunidade do bairro Adhemar Garcia que representa o Parque Natural Caieira como do gênero feminino, entre 31 a

40 anos, funcionária pública e pós-graduada, e do gênero masculino, entre 18 a 30 anos, assalariado e com ensino médio, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3: Ocupação, por escolaridade do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.3 As Representações Sociais do Parque Natural Caieira pelos moradores do bairro Adhemar Garcia

Mas afinal, o que significa o Parque Natural Caieira para a comunidade do bairro Adhemar Garcia?

Iremos abordar a seguir, os dados que vão apresentar o envolvimento ou não da comunidade com o Parque Natural Caieira, através das representações dos

participantes desta pesquisa. Essas representações fornecem informações para se pensar na gestão e em projetos a serem desenvolvidos futuramente no Parque com a comunidade.

4.3.1 Os valores sobre o Parque Natural Caieira

Habitássemos ainda a natureza, não teríamos a necessidade de consagrar-lhe lugares (NORA, 1984, p. XIX).

As UCs são um modelo de conservação da natureza calçado na vertente do pensamento da Biologia da Conservação, dominado pela Ecologia, que traz a premissa básica da compreensão dos processos ecológicos sem a interferência humana (PIMENTEL, 2008). Para Diegues (2004), o pensamento técnico racional da Ecologia está impregnado por uma concepção de natureza intocada, prístina que deve ser mantida separada da cultura humana. Para Berkes (2004), a inclusão da variável humana nos ecossistemas é importante, pois os problemas da conservação tem um caráter sócio econômico. O fato é que, a gestão da UC se torna mais eficiente quando há o envolvimento das comunidades locais (BENSUSAN, 2006), pois a natureza é “[...] uma ideia, uma significação e não uma simples coisa externa” (CHAUÍ, 2003, p. 55) da cultura humana.

Para tanto, escolhemos buscar dados para saber quais valores a comunidade do bairro Adhemar Garcia atribui ao Parque Natural Caieira, através das Representações Sociais. Utilizamos a tipologia de valores de Kellert (2004) para categorizar as respostas dadas pelos participantes. Através da evocação hierarquizada de palavras, os participantes puderam expressar e definir, em três palavras, *tudo que lhe vem em mente quando falamos no Parque*. Consideramos que “as palavras recebem a tarefa e o poder de “representar o pensamento”, [...] a linguagem representa o pensamento como o pensamento representa a si mesmo” afirma Foucault (1992, p.93). Para Farias (2007, p. 29), representar a si mesmo, no que se refere ao estudo das Representações Sociais, “[...] vem carregado de um conhecimento individual, do centro da personalidade, que expressa através da linguagem” e “[...] demonstra a cultura, o senso comum, o saber popular e o conhecimento cotidiano”.

O Parque Natural Caieira tem como objetivo preservar um fragmento do

ecossistema de manguezal e restinga, além de um rico conjunto de sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos que fazem parte da história da cidade, bem como da história do bairro Adhemar Garcia. Porém, o elevado estado de deterioração das estruturas físicas do Parque, que foram construídas justamente para afirmar a existência do Parque Natural Caieira, influenciou nos valores que a comunidade atribuiu a este. “Os valores são formados pelo processo social do diálogo sob um prisma histórico, cultural e geográfico” (PIMENTEL, 2008, p. 67). Isso determina como as pessoas vêem a natureza, no caso, o Parque Natural Caieira.

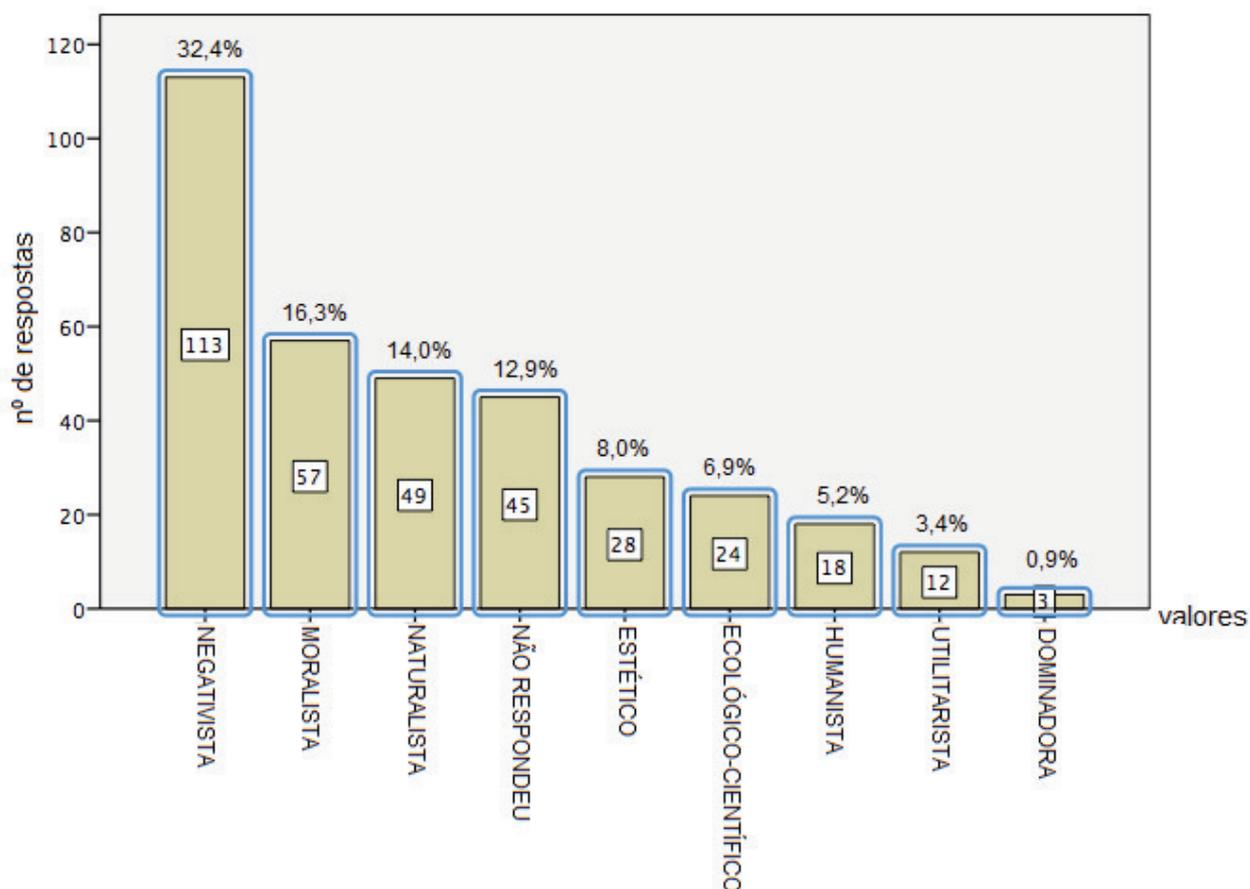
No artigo *The role of urban parks for the sustainable city*, Chiesura (2004) divulga seu estudo que objetivou investigar os valores intangíveis e os benefícios imateriais dos parques urbanos nas cidades de Amsterdã (Países Baixos), Paris (França) e Sevilha (Espanha). Através da aplicação aleatória de questionários entre os frequentadores dos Parques, a pesquisa buscou dados sobre: a) o motivo das pessoas visitar a natureza; b) a dimensão emocional envolvida na experiência (contato com a natureza em Parques); c) a satisfação das pessoas com o número de áreas verdes em suas cidades (CHIESURA, 2004). São diversos os motivos pelo qual as pessoas buscam o contato com a natureza: “[...] para o esporte, para conhecer outras pessoas, para jogar com as crianças, para passear como cachorro, para ouvir e observar a natureza, para contemplar e meditar, para obter inspiração artística, etc.” (CHIESURA, 2004, p.132). Os motivos mais citados são: “para relaxar”, “para escapar do ritmo estressante das cidades e a rotina da vida cotidiana”, “para experimentar o silêncio”, “a beleza das paisagens”, inclusive, “conhecer pessoas novas”. Os benefícios atribuídos à essas experiências nesse estudo é de restauração, para “recarregar as energias”, amenidade, “uma pausa do agito da cidade” e espiritualidade, “somos um com a natureza”. O sentimento experimentado pelas pessoas na experiência de contato com a natureza nos Parques é de “liberdade”, de “unidade/harmonia com a natureza”, “felicidade”, “aventura”, de “sentir-se “pequeno” na grande natureza”, e também de “bem estar” (CHIESURA, 2004). Em suma, esse estudo indica que as pessoas se sentem muito bem em contato com a natureza e os Parques situados no domínio urbano, são considerados “oásis” de tranquilidade e beleza.

Nesta pesquisa, buscamos através da vocação hierarquizada dos participantes, identificar os valores que a comunidade do bairro Adhemar Garcia atribui ao Parque Natural Caieira. As palavras mais citadas pelos participantes são as seguintes:

- Natureza (37);
- Abandono (25);
- Lazer (21);
- Descaso (20);
- Vandalismo (16);
- Manguezal (16);
- Beleza (15);
- Drogas (12);
- Histórico (12);
- Insegurança (12);
- Sambaqui (8);
- Animais (7);
- Meio Ambiente (7);
- Trilhas (7);
- Lagoa do Saguacú (5);
- Mirante (5);
- Preservação (5);
- Sujeira (5);
- Turismo (5);
- Tranquilidade (5).

De acordo com as justificativas dadas pela comunidade, a “falta de manutenção das estruturas e da atenção dos órgãos públicos”, “a constante interdição do parque”, “falta de guardas/segurança”, “poluição da Lagoa do Saguacú” e a aparência “abandonada” do Parque, são as principais justificativas que os participantes atribuem ao Parque, relacionado ao valor “negativista” de Kellert (2004), como podemos ver no Gráfico 4.

Gráfico 4: Valores de Kellert (2004) atribuídos ao Parque Natural Caieira pela comunidade do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Vale destacar que o valor “negativista” ao qual a comunidade se referiu está mais relacionado às questões administrativas e políticas do que ao Parque em si. As representações negativistas são as mais representativas nos dois gêneros – feminino (18,4%) e masculino (14,0%), na faixa etária de 31 a 40 anos. Kellert (1985) observou que esse valor predomina entre os mais jovens. Bjerke e Kaltenborn (1998), na Noruega, também identificaram que as meninas possuem mais valores negativistas.

Interpretar o Parque Natural Caieira do ponto de vista “negativista” não é difícil, visto os problemas que o Parque enfrenta e que foram elucidados no Capítulo 2, desde a sua criação e persistindo ao longo de 13 anos. O governo municipal não interferiu ou buscou significativas melhorias para tornar o Parque atrativo até o momento. Houve justificativas que relacionam o Parque ao sentimento de vergonha, demonstrando aversão à situação em que este se encontra. Na pesquisa de Pimentel (2008), no Parque Estadual da Serra da Tiririca, os moradores e visitantes vêem o parque de

maneira negativista, pelos mesmos motivos que levam a comunidade do bairro Adhemar Garcia a ter essa visão do Parque Natural Caieira, a má administração. Na pesquisa de Schwarz (2007), o valor negativista foi verificado através da não escolha do ecossistema de mangue para representar a biodiversidade, por exemplo. Segundo a autora o manguezal, devido ao seu odor e aparência característicos, recebe má fama por ser “sujo” e “fétido”. Já na pesquisa de Girelli (2016), que estudou as Representações Sociais dos moradores do bairro Espinheiros em Joinville, sobre o manguezal, o valor “negativista” teve relação com a poluição dos mangues, logo, esse valor não foi atribuído ao manguezal em si, mas aos problemas enfrentados por este ecossistema devido às ações humanas.

Como mencionamos acima, o valor “negativista” tem relação ao Parque físico, quebrado, um reflexo da situação em que se encontra, abandonado pela PMJ. Isso se confirma, pois embora esteja nessas condições, muitos participantes atribuem ao Parque justificativas que categorizamos no valor “moralista”, como “preservar a história de um povo”, “preservar o Meio Ambiente”, “preservar a história da cidade”, também relacionado ao “direito da comunidade preservar a própria história, em um ambiente natural” para “compreender a responsabilidade que temos com um bem comum”. A maior referência ao Parque, a partir do valor “moralista”, é ao direito de preservar a própria história e o Meio Ambiente. Foi o segundo valor mais representativo entre os gêneros (feminino: 10,3%; masculino: 6,0%), ocorrendo principalmente na faixa de 18 a 40 anos, conforme o cruzamento de dados realizado pelo programa SPSS.

Na pesquisa de Girelli (2016), o valor “moralista” foi relacionado ao mangue como área de “preservação”, demonstrando uma relação ética com a natureza, de preservação e cuidado, visto que alguns dos entrevistados da pesquisadora são pescadores. Ou seja, essas pessoas dependem, mais do que ninguém, de que os mangues estejam bem preservados para o bem estar próprio e para garantia do sustento.

Para Pimentel (2008, p. 67), “a percepção do meio ambiente acontece pela interação dos estímulos sensoriais e estruturação cognitiva da informação”, engloba “o aparato físico dos sentidos e o olhar subjetivo da mente. Isto é, a percepção é a maneira como olhamos o mundo e os valores são projetados sobre ele”. A percepção contém um forte componente cultural, pois está relacionada às crenças, experiências, tradições, ideias e contextos sócio-econômicos (TUAN, 1980) dos indivíduos.

Kellert (1996 *apud* SCHWARZ, 2007) se baseou na noção de biofilia e na

necessidade biológica do ser humano estar em contato com a natureza para sugerir que as categorias correspondem mais precisamente aos valores que às atitudes. O valor “naturalista” está relacionado à satisfação pelo contato direto com a natureza. A comunidade do bairro Adhemar Garcia atribuiu ao Parque esse valor por “ser um lugar maravilhoso, para curtir e descansar”, “lugar de muitas árvores, plantas e ar puro”, “um ambiente agradável”, “tranquilo”. Ou seja, estão relacionando o Parque a um lugar gostoso, proporcionado pelo contato com a natureza, verificado no Gráfico 5.

As áreas verdes urbanas, especificamente os Parques, surgem como “espaços de natureza”, e para Lefebvre (2006, p, 116), o direito à natureza “[...] entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres”, que atribuem à necessidade de espaços verdes nas cidades, como se fossem resolver as mazelas desencadeadas pelo padrão da produção e de vida urbano. O valor “naturalista” foi mais representativo no gênero feminino entre 18 a 30 anos e no masculino entre 31 e 40 anos. Segundo Kellert (1985) esse valor é predominante entre os mais jovens. Girelli (2016) observou o valor “naturalista” juntamente com outros valores, como o “moralista” e o “estético”.

O valor “estético” se refere às belezas naturais e as paisagens notáveis, pois

[...] a paisagem é uma produção humana, cultural, uma forma pela qual se vê o mundo, resultado da produção social e da determinação natural. Ela reclama um sujeito que a signifique e que lhe confira valor através de um olhar: olhar nativo, olhar estrangeiro, olhar turístico, olhar artístico, olhar romântico... (LUCHIARI, 2007, p. 31).

Vários sujeitos podem visitar o Parque Natural Caieira e “olhar” o parque a seu modo, porém, nesta pesquisa estamos analisando o olhar da comunidade do bairro Adhemar Garcia sobre o parque, a partir das representações de quem convive diretamente com ele. Para a comunidade do bairro, o valor estético do Parque Natural Caieira está relacionado a “apreciação estética da natureza”, “um lugar de muito verde para apreciar”, “lugar de beleza única” para contemplação”. Esse valor é presente no gênero feminino (5,7%) e no masculino (2,3%). Para Pimentel (2008) o valor estético de um lugar ou de uma paisagem, é o olhar superficial do visitante. Para Schwarz (2007, p. 145), “um maior conhecimento sobre a gestão visual, ou seja, um estudo sobre os valores estéticos e visuais que evocam essas paisagens seria necessário para a preservação dos valores cênicos ou visuais” dos lugares. Schwarz também verificou, em sua pesquisa, que as meninas reconhecem mais valores estéticos que os

meninos, possivelmente pela condição social a qual estão submetidos, onde os gêneros possuem papéis distintos.

Estudar o Parque, se interessar pela sua formação, constituição, estudar os animais que o compõem é um valor ecológico-científico segundo a tipologia de Kellert e também foi verificado nas respostas dos entrevistados. Schwarz (2007, p. 211) ressalta que países com grande biodiversidade, como o Brasil, têm dificuldade de conhecer partes relevantes da biota, destacando seus aspectos ecológicos, pois as pessoas estão em um ambiente biodiverso, “portanto, acham que sempre será assim, independente de sua atitude ou ação sobre o meio”.

O valor “ecológico-científico” teve considerável representatividade na comunidade do bairro Adhemar Garcia, pois a comunidade reconhece o Parque como “um lugar onde as espécies se reproduzem”, “onde é possível avistar animais nativos da região”, que “concentra grande biodiversidade” e como um “ecossistema de manguezal que alaga”. Esse valor foi mais representativo na faixa de 31 a 40 anos para o gênero feminino (2,5%) e entre 41 a 50 anos no gênero masculino (1,7%). É importante ampliar o conhecimento sobre as dinâmicas e a biodiversidade dos ecossistemas de manguezal e restinga para elaborar valores mais ecológicos, científicos e humanistas (SCHWARZ, 2007). Os valores ecológico-científicos são menos comuns (SCHWARZ, 2007; KELLERT, 1985). Girelli (2016) identificou, no discurso dos entrevistados para sua pesquisa, o valor ecológico-científico atrelado ao valor estético, onde o participante, alegando a beleza da paisagem, identificou alguns elementos ecológicos do manguezal.

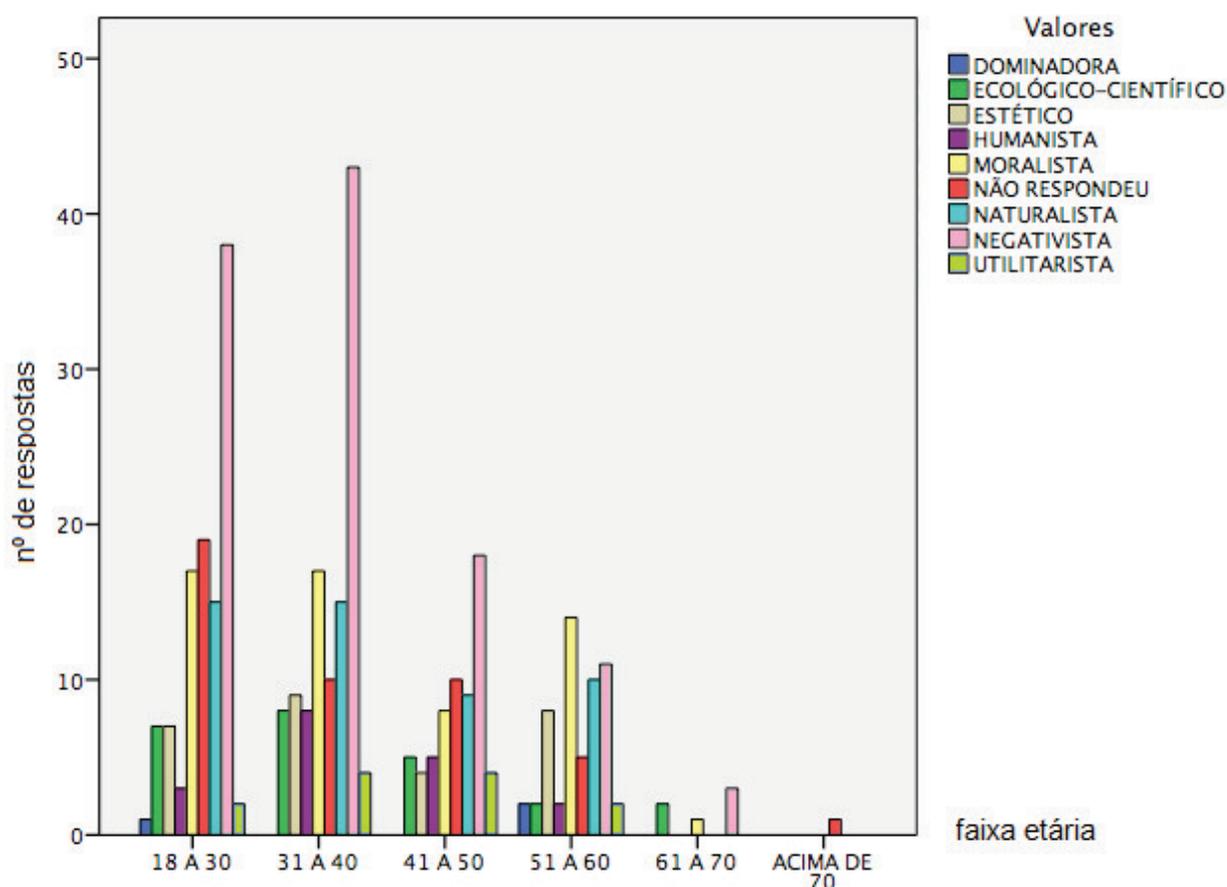
A ligação emocional e afetiva com a natureza, ou seja, o valor “humanista” reflete, geralmente, nas respostas do gênero feminino (SCHWARZ, 2007). As respostas dadas pelos participantes revelam forte apego “às árvores e aos animais”, principalmente “ao som dos pássaros do Parque”. Os participantes demonstram ligações “porque meu pai me levava lá para brincar”, demonstrando nostalgia de visitar o Parque.

No que diz respeito ao valor “utilitarista”, este corresponde à natureza para usufruto humano, exploração prática e material. As respostas que compreendem a esse valor são relacionadas à exploração turística, pois “gera rentabilidade para o bairro”, “local destinado à indústria de cal”, lugar que “divulga a cidade” e a um lugar que guarda as “riquezas naturais”. Na pesquisa de Girelli (2016), o manguezal foi representado como um lugar que garante a sobrevivência das espécies marinhas e do

homem, por gerar renda para os pescadores.

Já no que se refere ao valor “dominador”, nesta pesquisa verificamos pouca representatividade. O Parque foi representado como “um lugar para se aventurar”, “fazer exercícios” e “trilhas na natureza”, remetendo à superação pessoal. Girelli (2016) não teve esse valor nas representações sobre o manguezal no bairro Espinheiros. O valor “simbólico” não foi verificado nesta pesquisa. A distribuição das respostas pelas faixas etárias está no Gráfico 5.

Gráfico 5: Valores de Kellert (2004) segundo a idade dos entrevistados no bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.



Fonte: Da pesquisa, 2017.

Podemos afirmar que os valores que a comunidade do bairro Adhemar Garcia atribuem ao Parque Natural Caieira são principalmente negativista, porém estão relacionados ao estado em que o parque está há anos, um assunto que exploramos muito nesta dissertação. No entanto, a comunidade reconhece a importância de preservar o ecossistema e a história do lugar, de modo que atribui ao parque um valor “moralista”. Essa comunidade mantém uma relação de satisfação em contato com a

natureza no Parque, reconhece sua paisagem e conhece um pouco sobre as dinâmicas envolvidas no ecossistema, de modo que atribui ao parque os valores “naturalista”, “estético” e “ecológico-científico”, respectivamente. As ligações de afeto revelam valores “humanistas”, a exploração turística e rentável do Parque como “utilitarista” e de maneira “dominadora”, a comunidade busca a superação pessoal naquele espaço. Embora o número de participantes entre os gêneros seja consideravelmente diferente, a linha de valores atribuídos ao parque seguiu parelha, evidenciando que os valores atribuídos ao Parque entre os gêneros é semelhante, possivelmente porque as representações sociais da comunidade estejam alinhadas entre seus pares, apresentando poucas divergências.

4.3.2 Os moradores da comunidade do bairro Adhemar Garcia: representações sobre o Parque Natural Caieira

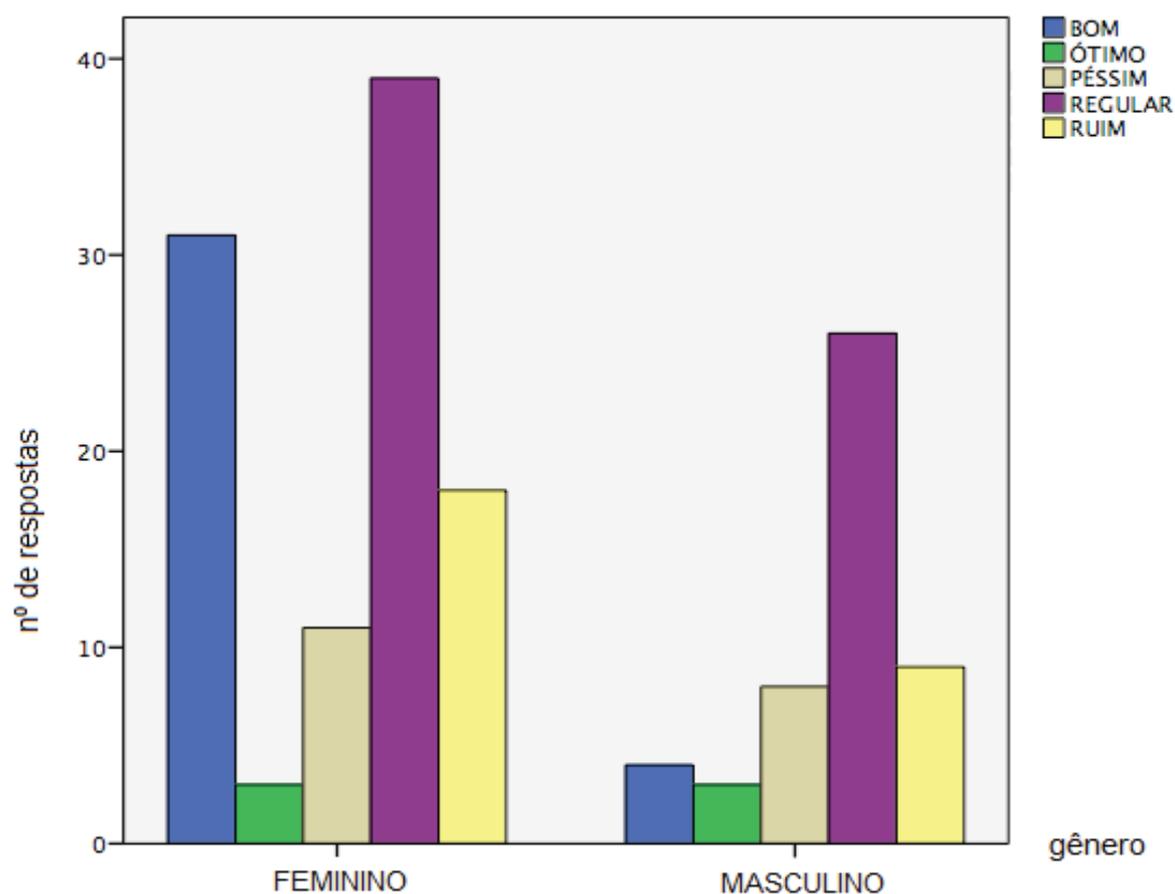
Mais da metade da comunidade do bairro conhece muito pouco sobre a história do parque, embora estejam inseridos nas suas proximidades. Para Borges (1987, p. 47 e 48),

[...] a história procura especificamente ver as transformações pelas quais passaram as sociedades humanas. A transformação é a essência da história. Quem olha para trás, na história de sua própria vida, poderá compreender isso facilmente. Nós mudamos constantemente; isso é válido para o indivíduo e também é válido para a sociedade. Nada permanece igual e é através do tempo que se percebe a mudança.

Muitos dos participantes consideram seu conhecimento sobre a história do Parque Natural Caieira como “regular” (42,8%), “ruim” (17,8%) ou “péssimo” (12,5%), conforme o Gráfico 6. Podemos verificar que o maior público participante dessa pesquisa está na faixa etária de 18 a 30 anos. Se o participante tem 20 anos atualmente, na época da implantação do Parque, por exemplo, ele tinha 7 anos e estava cursando as séries iniciais na escola. “Nesta perspectiva, o ensino de História nas Séries Iniciais deve buscar envolver as crianças num sentido de valorização de sua própria história, alicerçando-se, assim, para a aquisição de história local e do mundo” (PACHECO e PEREIRA, 2016, p. 2). Segundo consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais –PCNs (BRASIL, 1997), um dos objetivos mais relevantes sobre o ensino da

disciplina relaciona-se à questão de identidade (PACHECO e PEREIRA, 2016). Porém, “[...] poucos historiadores interessam-se pelo processo de construção do conhecimento histórico em crianças. Muitos sequer acreditam na possibilidade da criança aprender história nas séries iniciais” (OLIVEIRA, 1995, p. 263 e 264).

Gráfico 6: Conhecimento sobre a história do Parque Natural Caieira, Joinville, SC, segundo o gênero, 2017.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O ensino sobre a história de vida do aluno é um processo dinâmico de socialização em que se aprende a fazer parte de um grupo social e a partir do qual o indivíduo constrói a própria identidade. Explorar a história local é necessário, pois ela está relacionada à história da cidade e sua importância está no fato de poder contribuir para que o aluno saiba agir perante a sociedade, enquanto sujeito crítico e atuante.

Para Santos *et al.* (2013, p. 2):

A História Local configura-se como uma das ferramentas indispensáveis na construção da identidade dos alunos, além de proporcionar um engajamento

cívico perante a sociedade. Portanto, torna-se indispensável a compreensão de que a História local está amplamente ligada a uma História Global, não ocorrendo de forma isolada; a História Local está ligada a uma determinada região, cidade, ou município e demais localidades.

Para Cruz (2003, p. 2):

Estudar História e Geografia na Educação Infantil e no Ensino Fundamental resulta em uma grande contribuição social. O ensino da História e da Geografia pode dar ao aluno subsídios para que ele compreenda, de forma mais ampla, a realidade na qual está inserido e nela interfira de maneira consciente e propositiva.

Embora a comunidade do bairro Adhemar Garcia conheça pouco sobre a história do Parque, o que sabem aprenderam visitando o Parque (58,9%), conforme o Quadro 2. Esse foi o meio mais citado na faixa de 18 a 30 anos para os dois gêneros, com distribuição igual (16,2% para cada), e diminuindo com o passar da idade.

Quadro 2: O meio pelo qual a comunidade do bairro Adhemar Garcia aprendeu sobre o Parque Natural Caieira, Joinville, SC, 2017.

Meio	Nº de respostas (un.)	Porcentagem (%)
Jornais/Revistas/Livros/Guias turísticos	18	10,7
Ensino fundamental/médio ou superior	16	9,5
Internet	7	4,2
TV	11	6,5
Visitando o Parque	99	58,9
MASJ	5	3,0
Outros	12	7,2
Total	168	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Verificamos que as visitas são muito importantes para o conhecimento do Parque Natural Caieira, paradoxalmente estas visitas são feitas com pouca frequência, pois a maioria dos entrevistados raramente visita o parque (61,84%), principalmente no gênero feminino. Há quem afirme que nunca vai ao Parque (18,42%).

Para contribuir com a nossa discussão, compartilhamos do termo criado por Edward O. Wilson (1984), que inspirou o trabalho de Kellert (1993) para a elaboração da tipologia de valores que usamos nesta pesquisa. Sem delongas, estamos nos referindo a “Biofilia”, palavra originária do idioma grego, onde “bios” significa vida e “philia”, amor, afeição (SCHWARZ, 2007). Este termo está relacionado à necessidade dos humanos interagirem com as demais espécies (animais e vegetais), para benefício mental e físico (SCHWARZ, 2007). Essa interação e a sua frequência faz com que “à medida que vemos outros organismos, colocamos um valor mais elevado sobre os mesmos e sobre nós” (SCHWARZ, 2007, p. 50). Essa afirmativa nos permite pensar que quanto mais interagimos com as demais espécies (animais e vegetais) nossos valores sobre eles, são reelaborados. Logo, quanto maior a interação entre comunidade do bairro Adhemar Garcia e Parque, novos valores vão surgir dessa interação. Esta hipótese se baseia em múltiplas respostas emocionais (SCHWARZ, 2007).

A hipótese sugerida por Wilson (1984) destaca que os seres humanos têm uma ligação emocional inata com outros organismos vivos e com a natureza. O termo inato é usado para significar que essa ligação emocional deve estar nos nossos genes, ou seja, tornou-se hereditária, provavelmente porque 99% da história da humanidade não se desenvolveu nas cidades, mas em convivência íntima com a natureza (SCHWARZ, 2007, p. 50).

Ainda quanto os meios que a comunidade aprendeu sobre o Parque Natural Caieira, depois das visitas ao parque, são os jornais, revistas, livros e guias turísticos os meios mais importantes quanto à fonte de conhecimento sobre a história desta UC (10,7%), mas são os indivíduos entre 30 a 50 anos que afirmam buscar os conhecimentos através destas fontes. O ensino fundamental, médio ou superior também contribuiu para 9,5% como meio que mais ensinou sobre o parque, principalmente no gênero feminino, na faixa de 18 a 30 anos. Alguns participantes atribuíram seu conhecimento sobre o Parque a outros meios (7,2%), entre eles a conversa com outras pessoas, trabalhando no Parque ou simplesmente alegam que não aprenderam nada sobre ele.

Quando questionados sobre os meios a partir dos quais aprenderam sobre o parque, a TV e a Internet foram as fontes mais citadas pelas mulheres. A Internet foi exclusivamente citada por elas. Uma importante fonte que é a TV (6,5%), pois está presente em cerca de 92% dos lares brasileiros (SCHWARZ, 2007), foi um meio pouco citado. Isso pode sugerir que pouco foi falado sobre o Parque Natural Caieira nas

emissoras locais. A Internet (4,2%), citada somente pelo gênero feminino, mudou os hábitos de jovens e adultos da classe média (SCHWARZ, 2007). Para Viggiano (2015), no artigo *A Internet e o uso da informação: possíveis influências do meio no processo cognitivo*, esses novos meios operam mudanças tecnológicas, sociais, econômicas e culturais. Essas mudanças rompem com a forma cartesiana linear de conhecimento, de modo que faz emergir novos conceitos e pensares.

Isso nos faz pensar: será que a comunidade não frequenta e por isso o Parque está abandonado? Ou será que o abandono faz com que as pessoas não vão ao Parque?. Talvez uma coisa leve a outra, mas não temos como afirmar em qual ponta começa ou termina esse questionamento. Rodrigues (2013, p. 11) argumenta que os parques não estão acessíveis na medida em que, em muito deles, o acesso está diretamente relacionado com os transportes individuais, “isso implica em compreender como a mobilidade e a acessibilidade urbana definem e limitam o acesso a equipamentos que, embora sejam públicos, não estão acessíveis para a maioria”. No entanto, questionamos a comunidade para saber se os participantes visitam outros Parques em Joinville. Essa questão foi elaborada tanto para avaliar quais parques da cidade são do convívio da comunidade como para analisar o que os participantes entendem por “parques”.

A maioria dos sujeitos participantes desta pesquisa (79,8%), da comunidade do bairro Adhemar Garcia, visita outros Parques em Joinville. O Parque mais mencionado nas respostas foi o São Francisco, que fica no bairro, seguido do Parque ZooBotânico, que está localizado na ARIE do Morro do Boa Vista, e o Parque da Cidade, que fica no bairro Guanabara, próximo ao bairro Adhemar Garcia. Vale destacar que esses Parques não são UCs, pois foram construídos com o intuito de criar áreas de lazer e diversão, não estão alinhados à legislação ambiental e nem categorizados pelo SNUC.

Macedo (2003) argumenta que as áreas legalmente protegidas abrangem também a realidade dos parques urbanos, admitindo o papel de um espaço livre público, de lazer ou de conservação, uma área verde dedicada ao lazer de massa urbano. O parque público é um elemento típico de grandes cidades, ou seja, na produção de lugares “diferenciados” no urbano (GOMES, 2013).

Outros Parques de lazer que foram citados são o Parque da Expoville, que fica na entrada principal da cidade e o Parque das Águas, no bairro Atiradores. Apenas uma UC foi citada, o Parque Natural Municipal Morro do Finder, no bairro Bom Retiro. Os lugares mais mencionados pelo gênero feminino são o Parque São Francisco, Parque

da Cidade e Zoo Botânico. Já o gênero masculino prevalece os que não frequentam nenhum Parque, seguido pelo Parque da Cidade e Parque São Francisco.

Quando questionados sobre a frequência com que vão a outros Parques, 52,63% dos participantes responderam que raramente, entre os dois gêneros na faixa etária de 31 a 40 anos, seguido de 25% que nunca vão a outros Parques, principalmente na faixa etária de 18 a 30 anos, 10,53% que vão mensalmente, 9,21% que vão semanalmente e 2,63%, diariamente, respectivamente.

Em comparação com a frequência de visitação dos sujeitos ao Parque Natural Caieira (61,84%) e a outros parques da cidade (52,63%), percebemos que a porcentagem de pessoas que vão raramente nesses espaços é alta. Mesmo os moradores próximos ao Parque São Francisco, por exemplo, acabam não frequentando. Talvez isso seja um reflexo das nossas relações sociais virtuais, em que lugares de convivência, passam a ser desvalorizados.

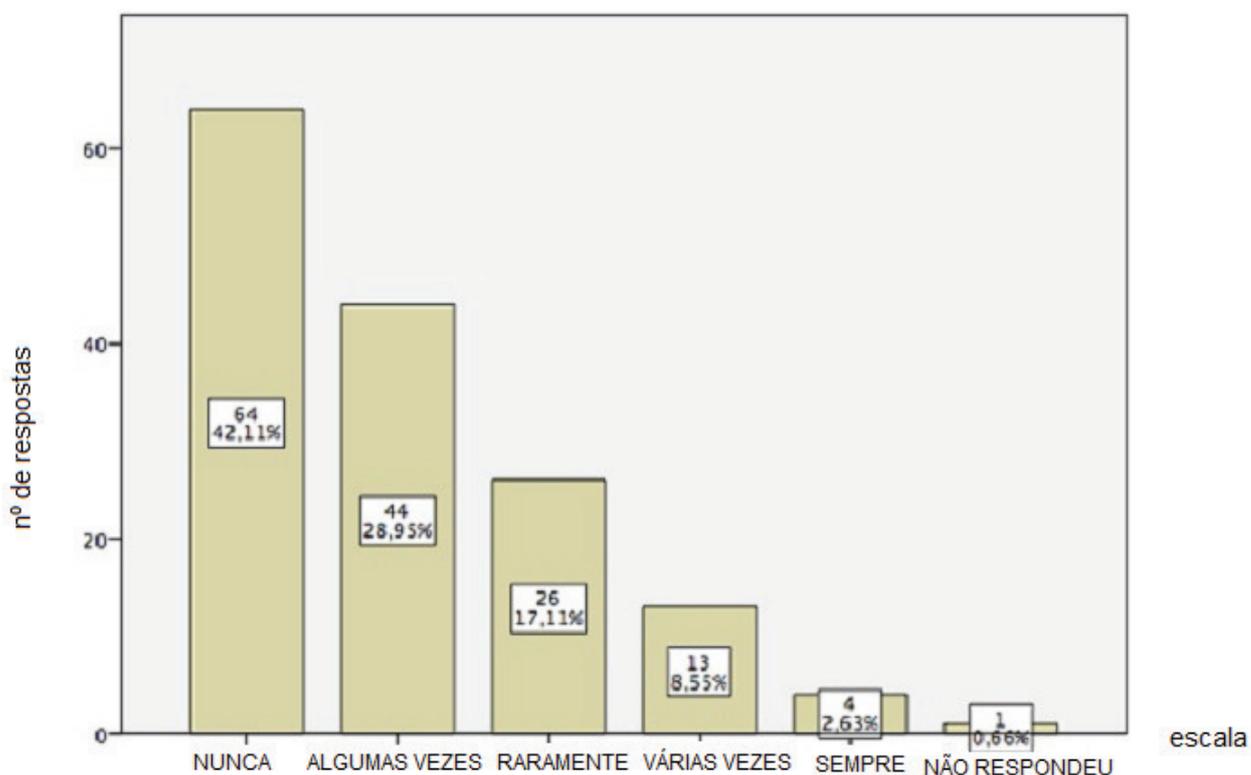
As experiências íntimas do corpo com a natureza numa perspectiva subjetiva expressam, em alguns casos, uma busca de reconhecimento do espaço ocupado por esse corpo na sua relação com o mundo, uma revisão de valores, bem como um encontro muito particular do homem com ele mesmo (BRUHNS, 1997, p. 136).

A experiência na natureza no ambiente urbano é uma fonte de sentimentos positivos e de serviços benéficos, que são necessidades humanas imateriais importantes. Os benefícios são melhorar a saúde e o bem-estar dos indivíduos e, conseqüentemente, a sustentabilidade da comunidade em geral (CHIESURA, 2004). Um ponto interessante que Chiesura (2004) apresenta, é a importância das áreas naturais urbanas para a socialização, o que está relacionado aos benefícios sociais desses espaços. O resultados do estudo de Coley *et al.* (1997) mostram que a natureza estimula o uso de espaços livres, aumentando a integração e a interação entre os vizinhos. Outro estudo interessante é de Kuo *et al.* (1998) que afirma que a presença de árvores ou outros tipos de vegetação em espaços comuns exteriores, pode promover o desenvolvimento de laços sociais.

O aumento da evidência empírica indica que a presença de áreas no contexto urbano é muito importante para a qualidade da vida humana e para a sustentabilidade das cidades. Além dos muitos serviços ambientais e ecológicos, a natureza urbana proporciona importantes benefícios sociais e psicológicos para as sociedades, enriquecendo a vida humana com significados e emoções (CHIESURA, 2004, p. 129).

Como vimos, quando perguntamos sobre quais outros parques frequentam, a comunidade do bairro Adhemar Garcia associou aos parques de diversão e lazer que estão espalhados pelo bairro e pela cidade, como os parques temáticos ou urbanos (PIMENTEL, 2008). Um pequeno público citou o Parque Natural Municipal Morro do Finder, que se trata de uma UC, assim como o Parque Natural Caieira. Então, questionamos a comunidade se já ouviram falar em Unidade de Conservação, numa escala de “sempre” a “nunca”, se visitam e quais frequentam pela cidade, conforme apresenta o Gráfico 7.

Gráfico 7: Conhecimento sobre UCs dos participantes do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em relação a Unidades de Conservação, a maioria da comunidade do bairro não ouviu falar sobre o assunto (42,11% nunca ouviu falar + 17,11% raramente = 59,22%) e 84,08% dos participantes não visitam nenhuma UC na cidade. Destes, 54,78% correspondem ao gênero feminino em todas as faixas etárias, embora o gênero

masculino seja menos representativo, o reconhecimento das UCs da cidade por esse gênero foi muito baixa. Na pesquisa de Farias (2007) o resultado é semelhante, 74% dos moradores e 71,4% dos visitantes não sabem o que vem a ser uma UC. A pesquisadora atribuiu isso à baixa escolaridade dos participantes.

No entanto, algumas UCs foram citadas pelos participantes, que correspondem a 40,08% que afirmam já ter ouvido falar sobre o assunto. Apesar do número ser considerável, somente 15,92% dos participantes afirmam que visitam UCs em Joinville. As UCs citadas são as seguintes:

- APA Dona Francisca foi citada 2 vezes, uma por cada gênero.
- ARIE do Morro do Boa Vista foi citada 6 vezes, 5 pelo gênero feminino e 1 masculino.
- Parque Natural Municipal Morro do Finder foi citado 1 vez, pelo gênero masculino.
- Parque Natural Caieira foi citado 7 vezes, sendo 6 vezes pelo gênero feminino e 1 vez pelo gênero masculino.
- O Parque São Francisco foi citado 1 vez pelo gênero feminino, embora não se enquadre nessa categoria.

Esses resultados nos fazem refletir e, ao mesmo tempo, nos questionar, sobre o que e como o assunto UC é tratado na cidade, especialmente no bairro Adhemar Garcia, onde o Parque está localizado. Quais são as referências sobre o assunto, pois poucos citaram o Parque Natural Caieira como UC que visitam. Mais de 90% dos participantes conhece o Parque, mas menos de 5% das pessoas sabem que se trata de uma UC. No Parque Natural Caieira não há nenhuma menção sobre o assunto. Uma placa da entrada informa que a visitação só é permitida com o objetivo turístico, recreativo e educacional, seguido por inúmeras restrições de uso. As placas referentes ao Patrimônio Natural, Arqueológico Pré-Colonial e Histórico do Parque estão quebradas, em poucas é possível ler a informação, nas demais só sobrou o apoio de madeira.

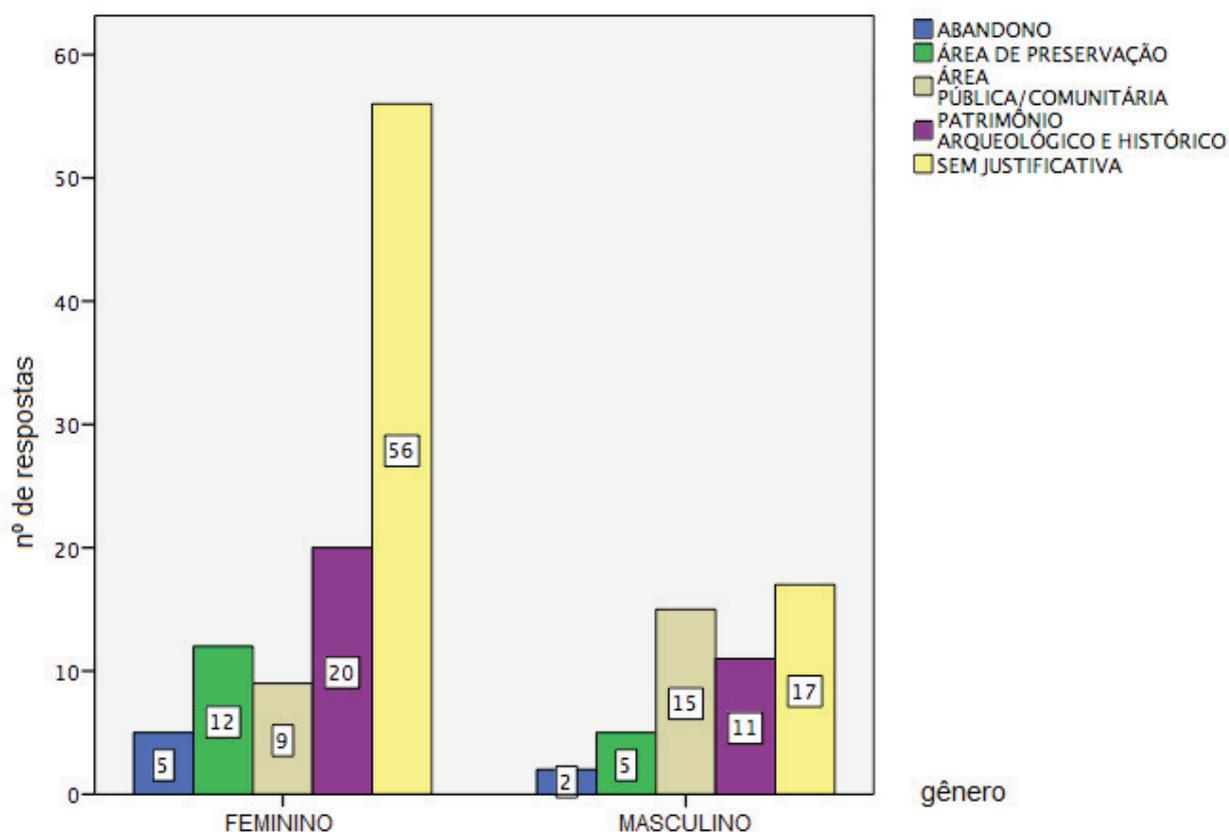
Na primeira semana de janeiro de 2017, a pesquisadora esteve no Parque Natural Caieira e a situação é muito ruim. Na entrada do Parque não havia o livro de registro dos visitantes e há somente uma pequena e tímida sala com *pôsteres* que falam sobre a história do parque. Para quem não passa por essa sala, o parque só oferece uma caminhada, de ida e volta até a Lagoa do Saguacú. O mato no sambaqui e a inexistência de indicação ou placa explicativa, só se faz entender para quem sabe o

que olhar, o que procurar nos vestígios da história que ocorreu naquele espaço. Dois fornos em ruínas cercados, uma casa abandonada, quebrada e pixada, e o deck que leva até a oficina lítica Lagoa do Saguaçú, construído mais recentemente, está quebrado, é preciso ficar atento para não “enfiar o pé em um buraco”.

Ocasionalmente durante essa visita, a pesquisadora ouviu o pai falando aos seus filhos, “não tem nada lá”, se referindo ao final da trilha que leva até a Lagoa do Saguaçú, oficinas líticas, sambaqui e fornos da caieira. Exceto por um grupo de quatro pessoas, três mulheres e um homem que estavam observando aves. No capítulo 1, falamos da pesquisa de Grose (2013), que sugere o Parque Natural Caieira como um ótimo lugar para essa finalidade, inclusive, indicando o potencial da região para o turismo voltado à essa prática, tanto de cunho científico-profissional como amador. O fato é que as vantagens e a importância de existir um parque desse tipo são pouco exploradas no momento e pouco difundidas na comunidade que o cerca.

De maneira genérica, questionamos a comunidade “O Parque Natural Caieira é um patrimônio? Por quê?”, e a partir das respostas criamos cinco categorias, conforme: sem justificativa, área de preservação, área pública/comunitária, patrimônio arqueológico pré-colonial e histórico, e abandono, como veremos no Gráfico 8 em comparação entre os gêneros.

Gráfico 8: O Parque Natural Caieira como patrimônio, por gênero dos participantes do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A resposta foi quase unânime, quando 87,50% dos participantes afirmam que o Parque é um patrimônio. As justificativas foram variadas, mas nos permitiu criar 5 categorias para análise. A categoria que teve maior representação foi do Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial e Histórico (20,40%), com justificativas do tipo “por ser um sambaqui”, “por haver vestígios da história”, “para preservar a história para futuras gerações”, “preservar a história dos sambaquis”, “lugar histórico de conservação” e assim por diante. Essa justificativa foi dada principalmente pelo gênero feminino na faixa etária de 18 a 30 anos.

A categoria Área pública/comunitária soma 15,78% dos participantes. As justificativas que compõem essas respostas se referem ao Parque como “um bem público”, “faz parte da cidade”, “é da comunidade”, “é patrimônio da sociedade”. Essa justificativa foi dada principalmente pelo gênero masculino na faixa etária de 31 a 40 anos.

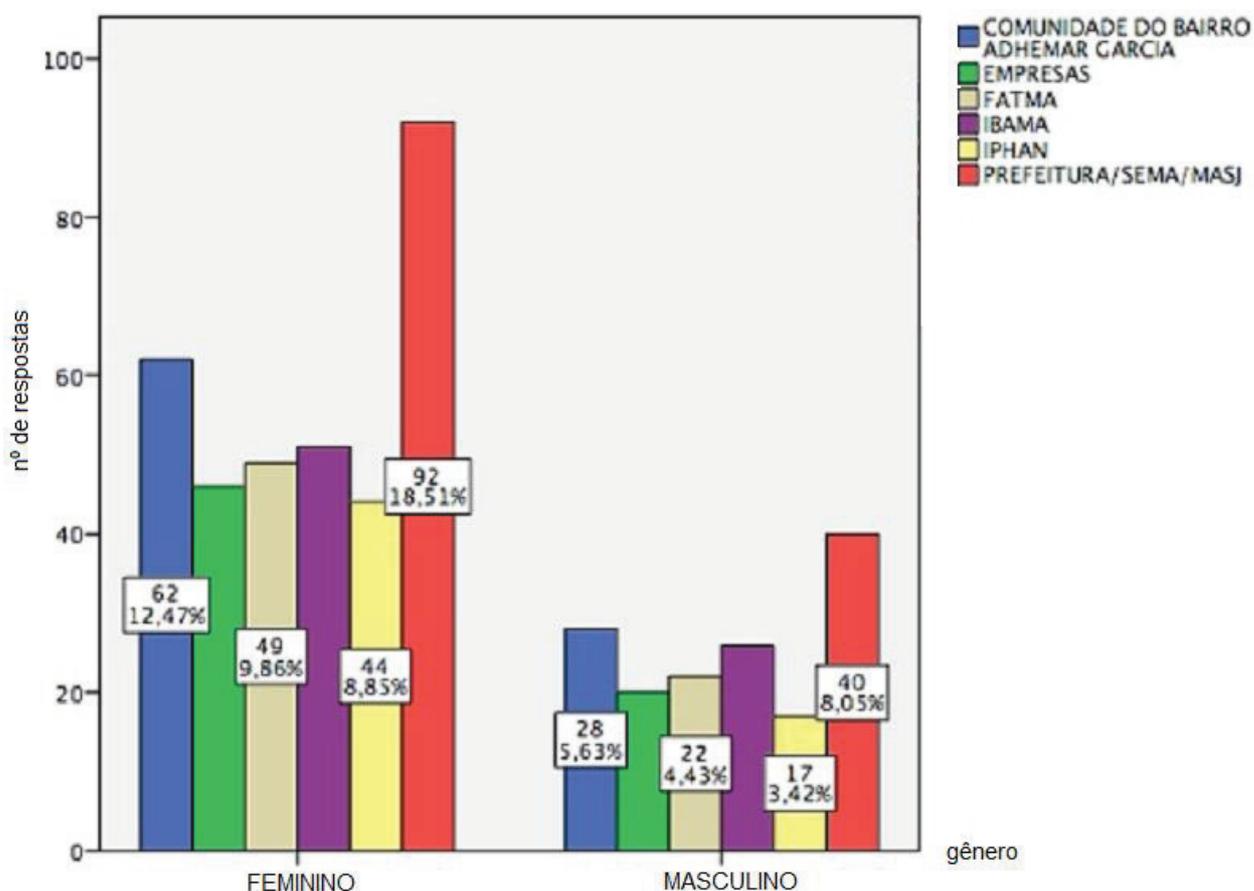
Já a categoria Área de Preservação (11,18%), compreende justificativas que remetem aos elementos naturais, tais como “porque é um parque natural de Joinville”,

“preserva a área natural de Joinville”, “porque é próximo dos mangues”, “é uma área florestal que deve ser preservada”, “pela importância da preservação do meio ambiente para gerações futuras” é a segunda justificativa mais representativa no gênero feminino, enquanto no gênero masculino é a terceira.

Visto que algumas pessoas não consideram o Parque Natural Caieira um patrimônio (9,87%), criou-se uma categoria que remete às justificativas dadas pela comunidade, chamada de Abandono. Esta categoria é justificada “pela situação que se encontra”, “porque tudo está quebrado lá”, “não tem nada lá”, “está destruído”, “é feio, lugar de droga”. Na pesquisa de Farias (2007), essas atitudes negativas contra o parque são de terceiros, percebidas pelos moradores do entorno.

O total de 26,6% da comunidade atribuem à PMJ, à SEMA e ao MASJ a responsabilidade pela preservação do Parque Natural Caieira, conforme está no Gráfico 9. O que é correto, pois esses órgãos são responsáveis pela gestão compartilhada do parque. Já 18,1% concordam que a comunidade do bairro Adhemar Garcia é que deve atuar na preservação. De fato, um acordo entre essas duas partes seria o ideal, para avançar na gestão da UC (criação do Conselho Consultivo, elaboração do Plano de Manejo e discussão sobre a Área de Amortecimento).

Gráfico 9: Quem deve atuar na preservação do Parque Natural Caieira segundo o gênero dos participantes do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

4.3.3 O Parque Natural Caieira para a comunidade do bairro Adhemar Garcia: perspectivas do momento presente e as projeções futuras

Iremos apresentar o que corresponde a terceira parte do questionário de pesquisa, com perguntas mais específicas sobre o Parque em questão. As representações sociais da comunidade do bairro Adhemar Garcia vão responder aos seguintes questionamentos:

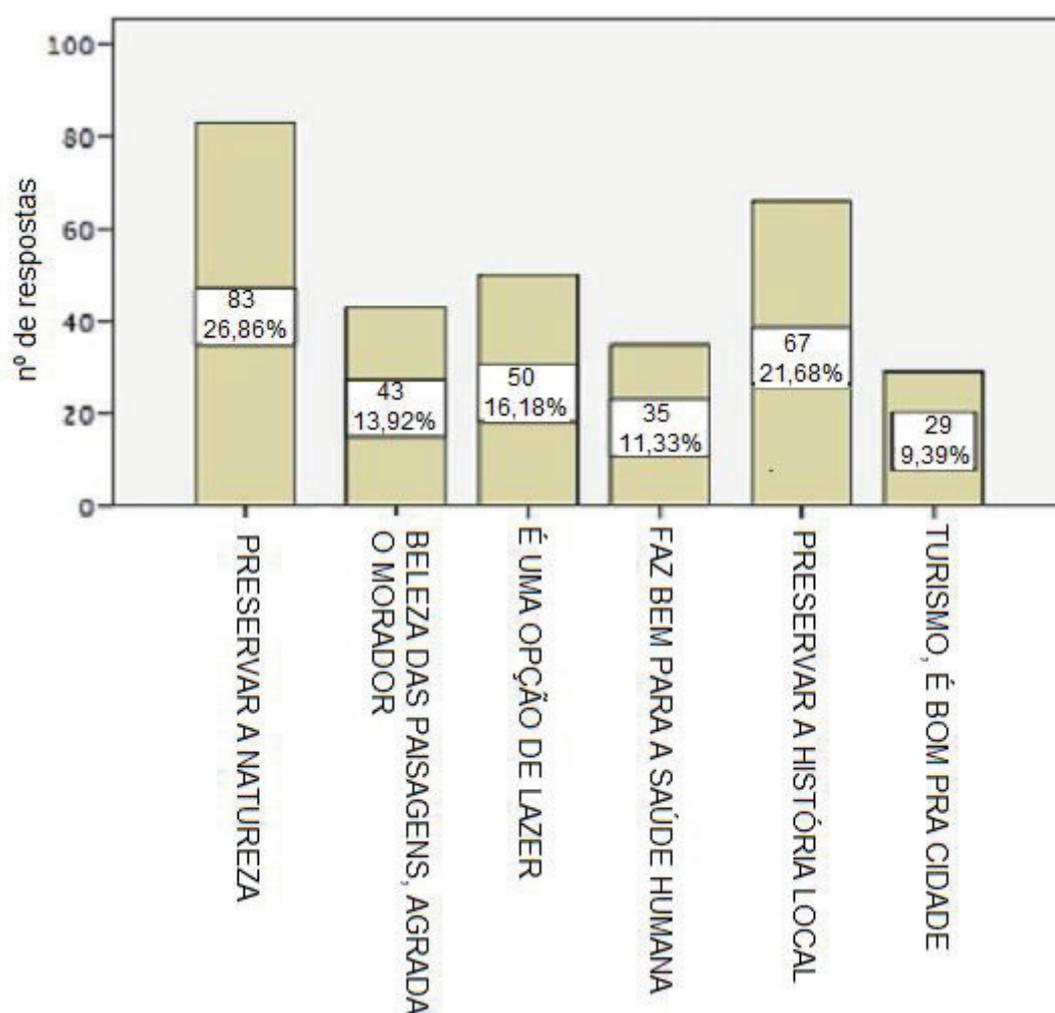
- Para a comunidade do bairro, por que preservar o Parque? E as futuras gerações, como se relacionarão com o Parque? As pessoas cuidam dele?

- Como a comunidade avalia a atenção dada ao parque pela gestão municipal vigente? Você se envolveria em algum projeto feito no Parque?

- O que poderia ser feito no parque e qual seria o resultado? O mirante deve ser feito? Não necessariamente nessa ordem.

Criamos essas perguntas no intuito de que as representações sociais da comunidade sirvam como guias, para ações futuras a serem desenvolvidas no Parque com a comunidade do bairro. Assim, iniciamos apresentando o Gráfico 10, relacionado às representações da comunidade sobre por que preservar o parque.

Gráfico 10: Por que preservar o Parque Natural Caieira, segundo a comunidade do bairro Adhemar Garcia, Joinville, SC, 2017.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Das respostas, a opção mais citada foi preservar a natureza (26,86%), em seguida, preservar a história local (21,36%), além de ser uma opção de lazer (16,18%), que o governo municipal dá pouca (42,76%) ou nenhuma (24,34%) importância, na avaliação da comunidade.

Buscamos investigar sobre a nossa interpretação sobre a frustração dos moradores quando o Parque Natural Caieira teve seu projeto modificado e alguns dos atrativos do parque não foram construídos por conta das adaptações necessárias, para não comprometer a salvaguarda do Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial e Histórico, e dada a fragilidade do ambiente. As alternativas são referentes aos atrativos que foram citados no projeto inicial. O surpreendente foi que 28,7% das pessoas gostariam que projetos educativos (ambiental e patrimonial) fossem desenvolvidos no Parque, uma oportunidade de diálogo entre a comunidade e os órgãos públicos. Em seguida, com 17,5%, que fossem construídas trilhas, embora já tenha outras duas. 15,7% gostariam que tivesse um restaurante, lanchonete ou bar, embora não se possa consumir alimentos nem bebidas dentro do Parque (BRASIL, 2000). Já 13,8% gostariam que fossem feitas quadras esportivas e *playground*, como havia programado o projeto inicial, embora esse tipo de estrutura dependa de uma área considerável para existir. Por sua vez, 12,7% gostariam que tivesse um museu, 4,1% que fosse um parque temático e 1,9% que deveria ficar como está. Ainda, 5,7% responderam que deveriam ser feitas “outras” coisas, especialmente, melhorar o que já tem. Isso vai atrair mais visitantes (34,7%) e gerar desenvolvimento para a região e envolvimento da população (33,7%), de acordo com a projeção dada pela comunidade do bairro Adhemar Garcia.

Quando questionados sobre o mirante, com o intuito de investigar sobre a possível frustração quanto a esse projeto, 85,53% da comunidade do bairro quer que o mirante seja refeito, pois é considerado um importante atrativo (23,68%) que possibilita visualizar o Parque e a Baía da Babitonga (15,79%).

Dependendo do projeto que a PMJ queira executar no Parque e com a comunidade do bairro, 73,69% dos participantes desta pesquisa afirmam que se envolveriam. As possibilidades estão postas, acreditamos que essa análise das representações sociais sobre o Parque Natural Caieira contribuam para isso.

No momento a comunidade não sabe como as futuras gerações se relacionarão com o Parque (38,2%). Entretanto, muitas acreditam que vão apenas dar continuidade no que for criado agora (26,3%), outras acreditam que vão preservar e desenvolver ainda mais atividades nele (23,7%), embora hoje a comunidade ache que as pessoas em geral, cuidam muito pouco do Parque (93,42%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mata Atlântica foi o primeiro bioma a ser explorado no Brasil pela colonização europeia e sua paisagem tem sido transformada desde então. A exploração desmedida dos recursos naturais e os impactos gerados pelas atividades humanas tornaram o bioma um mosaico e a perda da biodiversidade deste *hotspot* tem superado a capacidade natural de regeneração das diversas fisionomias florestais e ecossistemas associados à Mata Atlântica. Além de comprometer a existência das demais espécies animais e vegetais com as quais dividimos o espaço e o tempo, um contingente populacional enorme depende dos recursos e dos serviços ambientais prestados pelo bioma. A importância da existência da Mata Atlântica e a necessidade humana dos recursos provenientes dela a elevou-a ao *status* constitucional de Patrimônio Nacional, embora muitos desafios devam ser superados em relação a sua degradação e para a recuperação dos remanescentes. Uma das medidas tomadas para conter o desmatamento e a perda da biodiversidade foi a criação de Unidades de Conservação no território nacional. As Unidades de Conservação são porções de terra que guardam partes importantes de florestas e ecossistemas, e algumas vezes, do Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial e Histórico como é o caso do Parque Natural Caieira.

O Parque Natural Caieira surgiu inicialmente com a ideia de oferecer uma opção de lazer para a comunidade do bairro Adhemar Garcia, propagado pela mídia com um projeto megalomaníaco que daria muito certo, mesmo com recursos escassos. Na nossa interpretação, as mídias focaram nos atrativos que seriam construídos para que o Parque existisse, nas quadras esportivas, nos *playgrounds*, restaurante, quiosques, museu e mirante, que geraram “antecipações e expectativas” no bairro em que foi implantado. Porém, o Patrimônio Natural e Arqueológico Pré-Colonial e Histórico contido nas dependências do Parque foi pouco valorizado, enquanto importância de existência e contemplação, para ser pensado e vivido. Talvez, porque a comunidade precisava, na época, de uma área de lazer e não de restrições de uso, como implica uma UC de Proteção Integral. O propósito da criação de UCs de proteção integral, muitas vezes, é mal compreendido pelo senso comum e a criação de parques utiliza-se de discursos que se relacionam à qualidade de vida, ao lazer, à natureza. No entanto, o Parque Natural Caieira foi “engolido a seco”, principalmente quando muito do que foi anunciado, não foi construído. O projeto do Parque foi divulgado antes da realização de

um estudo da área, o que veio acontecer somente mais tarde, através da exigência e da participação do MASJ, que defendeu a abertura qualificada do parque. Isso gerou uma espécie de ressentimento ou frustração, evidentes pela situação que o Parque está acometido desde a sua inauguração e que vem piorando.

Outra frustração é percebida pelos discursos correntes e nos resultados que discutimos no que se refere ao mirante, que fora construído sem estabilidade, interditado e deixado para apodrecer e desaparecer com o tempo. Um descaso com o dinheiro empregado para a sua construção e com o investimento feito no projeto. Uma insatisfação para quem não pode usufruir dessa estrutura, tão desejada para o bem estar e lazer da população joinvilense e próximo dos moradores do bairro Adhemar Garcia, este que recebeu o Parque Natural Caieira para usufruto. O mesmo acontece com as placas que explicam sobre os ecossistemas e a história do local, estão quebradas e apodrecendo pelo chão.

Nosso objeto de estudo, o Parque Natural Caieira, está abandonado e a má administração da UC reflete no valor “negativista” que a comunidade atribuiu à ele. A falta do Plano de Manejo, do Conselho Consultivo e do estabelecimento da Área de Amortecimento fazem com que ele seja considerado um “parque de papel”, pois não tem implicação social na realidade em que está inserido. Os moradores da comunidade do bairro Adhemar Garcia tem o direito de poder usufruir do parque e são sujeitos importantes para a garantia da preservação deste, conforme menciona o Artigo 5º do SNUC e os acordos internacionais da CDB, da qual o Brasil é signatário.

A análise das Representações Sociais da comunidade do bairro Adhemar Garcia nos permitiu conhecer o conjunto de ideias desta comunidade sobre o Parque Natural Caieira, que o considera um Patrimônio da cidade devido aos sítios arqueológicos e aos ecossistemas que abrange seu território, trazendo novos instrumentos para subsidiar interferências que possam promover o desenvolvimento sustentável dessa comunidade e a melhora da situação atual do parque. O conhecimento sobre as Representações Sociais da comunidade sobre o parque é importante para a compreensão dos fenômenos sociais e ecológicos envolvidos nessa relação, pelo seu caráter interdisciplinar. A interdisciplinaridade das Representações Sociais quebra com a dicotomia entre as ciências biológicas e sociais, contribuindo para uma visão ampla e profunda a cerca do objeto e dos sujeitos de representação, o que possibilita o diálogo entre a comunidade e a UC.

Contudo, as Representações Sociais sobre o Parque Natural Caieira ofereceram

informações para se pensar na gestão e em projetos a serem desenvolvidos futuramente nesta UC, na e com a comunidade do bairro Adhemar Garcia. Esta pesquisa permitiu o conhecimento referente ao conjunto de ideias da comunidade sobre o parque, nas dimensões históricas e sociais que envolvem o parque e a comunidade, ou seja, a relação deste com aquele. Ambos, parque e bairro, partilham do mesmo contexto histórico, quando tudo era “mangue e sambaqui”. Conhecer os aspectos coletivos, ou seja, a organização sócio-cultural do bairro Adhemar Garcia é imprescindível para discutir os valores que a comunidade atribui ao Parque. Como vimos o Parque e o bairro compartilham do esquecimento nos orçamentos públicos, para melhoria das infraestruturas e manutenção das já construídas. Desse modo, a comunidade foi chamada para interagir a cerca de um objeto comum, ocorrendo poucas divergências entre as ideias entre os gêneros.

Nesta pesquisa, verificamos que o acesso ao gênero feminino foi maior, embora saibamos que o número de habitantes do bairro quase se equivale entre os gêneros. Entendemos que a maior representatividade desse gênero tem relação com os lugares que abordamos os participantes e com o horário escolhido para tal. Então, ocorreu que o gênero feminino somou mais participantes, este fato foi a realidade verificada em campo na comunidade do bairro Adhemar Garcia. Dessa forma, acreditamos que o esforço de campo nos estudos futuros sobre as Representações Sociais da comunidade sobre o parque ou outros assuntos, ou em outros lugares da cidade, seja preferencialmente realizado através de uma equipe multidisciplinar, para abranger o máximo possível na abordagem dos participantes. Conhecer os valores da comunidade do bairro Adhemar Garcia, no seu ambiente de vida no momento presente, pode servir como guias para ações futuras, por permitir o conhecimento das antecipações e expectativas dos grupos sociais em relação ao objeto comum.

Entender, reconciliar e mudar valores é essencial para a conservação da biodiversidade e do Parque, pois possibilita que estes valores sejam reelaborados e difundidos na comunidade, alterando positivamente o modo de “olhar” o Parque Natural Caieira, trazendo novos valores e significados da comunidade para com ele. Os valores são formados pelo processo social do diálogo sob um prisma histórico, cultural e geográfico. Quanto mais a comunidade interagir com o Parque, novos valores vão surgir e isso determina como as pessoas vêem o Parque. Aliás, essa é considerada a contribuição mais valiosa das Representações Sociais nos estudos das dinâmicas sócio-ambientais. O sucesso da implantação de uma UC está relacionado ao respeito

aos aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais das quais as populações estão inseridas, e pela compreensão dos propósitos da UC pelo senso comum, embora a frequência com que a comunidade visita o Parque seja baixíssima. Por isso, devem surgir ações urgentes da SEMA e PMJ, para que o Parque volte a ser atrativo e a população volte a frequentá-lo.

A notícia sobre a revitalização e a reforma das estruturas administrativas do Parque Natural Caieira em abril de 2017, bem como da elaboração do Plano de Manejo e da construção de um novo mirante que mencionamos ao final do Capítulo 2, pode trazer esperança para esse espaço. É uma nova oportunidade para os órgãos públicos tornar o Parque atrativo e a UC efetivamente implantada na realidade da comunidade, desde que haja o envolvimento e o diálogo entre as partes (comunidade e órgãos públicos). Ações de manejo e de restrições de uso aplicadas “de cima pra baixo” podem não fazer valer o novo investimento. A partir dos resultados dessa pesquisa percebemos que os órgãos responsáveis por esta UC precisam interferir para mudar a realidade do Parque e de maneira imediata, envolvendo e, dentro do possível, atendendo os anseios da comunidade ao qual está inserido, que reconhece o valor de sua existência. Dessa forma, se espera que com a entrada da verba destinada para a melhoria do Parque, a gestão pública forneça meios de a comunidade interagir nas decisões e na elaboração do Plano de Manejo. Como apontam as respostas dadas pelos participantes, estes estão dispostos a contribuir com o parque, dependendo do projeto. A comunidade gostaria que houvesse mais intervenções educacionais (ambiental e patrimonial), pois acredita que essa seria a ponte entre a comunidade e o Parque, no que diz respeito ao envolvimento e desenvolvimento da comunidade.

Os objetivos desta pesquisa foram atingidos e a relação da comunidade com o Parque Natural Caieira existe, pois os participantes sabem e entendem o valor do Parque para a preservação do Meio Ambiente e da História local. O valor negativista atribuído pela comunidade está relacionado às questões políticas e administrativas do Parque, que precisam ser discutidas na comunidade. Podemos afirmar que, há uma expectativa de futuro, um “querer que tudo de certo” e que o Parque exerça seu papel social, visto que é um dos objetivos desse tipo de espaço. Essa pesquisa é uma oportunidade de conhecer os anseios da comunidade sobre o Parque, de maneira que possa vir a contribuir em ações futuras e conjuntas entre comunidade e UC.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998, p. 27-38.
- AKAOUI, F. R. V. Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental. São Paulo: **Revista dos Tribunais**. 1ª edição. 2003.
- ALVES, M. C.; BANDEIRA, D. R. Arqueologia histórica no nordeste de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos**, Dossiê Arqueologia Histórica, Criciúma, n.10, p. 68-87, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/historia/article/viewFile/1111/1070>>. Acesso em 08 jul. 2016.
- ANTUNES, P. B. **Dano ambiental**: uma abordagem conceitual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- ARAÚJO, M. F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.41-52, 2005.
- ATLAS Geográfico do Brasil. **Capitais dos estados**. 2016. Disponível em: <http://biblioteca.uol.com.br/atlas/tabelas/cap_info.htm>. Acesso em 28 mar 2016.
- BANDEIRA, D. R. Os sambaquis de Joinville – SC. *In*: JOINVILLE. **Primeiros habitantes**. Prefeitura de Joinville, Fundação Cultural de Joinville, Museu Arqueológico de Sambaqui. Itajaí: Casa Aberta, 2010.
- BARBER, C. V.; GROSS, T.; JOHNSTON, S. **A Convenção sobre Diversidade Biológica**: entendendo e influenciando o processo. Instituto de Estudos Avançados da Universidade das Nações Unidas, Equator Initiative. 2005, 72f.
- BASTOS, L. R. Arqueologia e preservação: os sambaquis na região de Joinville. *In*: Anais da I Jornada de Estudos Ambientais Brasil-Alemanha: Babitonga 2000: preservação com qualidade = Jahrbuch der Ersten Umweltstudienrunde Brasilien – Deutschland: **Babitonga 2000**: umweltschutz mit qualitat – Joinville, SC: UNIVILLE, 2002, 90p.
- BAÚ, J. **Avaliação da exeqüibilidade de termos de ajustamento de conduta** : estudo de caso de poluição atmosférica em Joinville – SC. 2004. 226 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, Santa Catarina.
- BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Editora FGV, Rio de Janeiro. 2006. 176p.
- BIGARELLA, J. J., TIBURTIUS. G., SOBANSKI, A., J.J, A. **contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral de Santa Catarina**. I – situação geográfica e descrição sumária. Vol. XI, artigo 8, p. 99 a 140. Imprensa Paranaense S.A., Curitiba, 1954.

BJERKE, T. O. S.; KALTENBORN P.K. Attitudes Towards Among Norwegian Adolescents. **Anthrozoos**, Vol. 11, No 2, p. 79-86, 1998.

BOING, E. M. **Uma discussão sobre paisagem cultural em Joinville/SC**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, Santa Catarina.

BORBA, F. M. A cultura material de populações africanas e afrodescendentes em coleções arqueológicas da Baía da Babitonga (Santa Catarina): uso e práticas negras no passado. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS, 28., Florianópolis, 27 a 31 jul. 2015. **Anais**. Florianópolis, 2015. 16 p.

BORGES, V. P. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDON, K.; FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; SILVA, J. M. C. Conservação brasileira: desafios e oportunidades. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-13, jul, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sal/default.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

BRASIL. **Decreto federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10709727/decreto-n-6660-de-21-de-novembro-de-2008>. Acesso em 25 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e APP. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em 16 ago 2015.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em 12 jun 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em 12 abr 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm.

Acesso em 12 abr 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, §1º incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbs_dap/arquivos/snuc_lei_decreto.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros.** Brasília: MMA/SBF, 2002. 404p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Núcleo Mata Atlântica e Pampa. **Mata Atlântica: Patrimônio Nacional dos Brasileiros.** Organização de Maura Campanili e Wigold Bertoldo Schaffer. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Resolução do CONAMA n.º 261, de 30 de junho de 1999.** Define os parâmetros básicos para análise dos estágios sucessionais de vegetação de restinga para o Estado de Santa Catarina. 1999. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/202/arquivos/conama_res_cons_1999_261_estgios_sucesionais_de_vegetao_de_restinga_sc_202.pdf. Acesso em: 12 mar 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BROCHIER, L. L. Levantamento de recursos arqueológicos para o Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico e Econômico da APA Guaratuba. **Relatório técnico.** Curitiba, 2002. 90p.

CANCLINI, N. G. El patrimonio cultura de México y la construcción imaginaria de lo nacional. *In*: FLORESCANO, E. (coord.). **El patrimonio nacional de México.** México: FCE, CONACULTA, p. 57-86, 1997.

CERQUEIRA, F.; FACCHINO, M. A Agenda 21 e os objetivos de desenvolvimento do milênio: as oportunidades para o nível local. Secretaria de Políticas para o desenvolvimento Sustentável. **Coordenação da Agenda 21.** MMA, s.d. 19f.

CHARTIER, R. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Lisboa:

CHAUÍ, M. Natureza, cultura, patrimônio ambiental *IN*: LANNA, A. L. D. Meio Ambiente: Patrimônio Cultural da USP Comissão de àtrimônio Cultural. São Paulo, Edusp e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. **Cadernos CPC.** n. 6, 2003. p. 46-45.

CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning**, v. 68, p. 129-138, 2004.

COLEY, R.; KUO, F.; SULLIVAN, W. Where does community grow? The social context created by nature in urban public housing. **J. of Environment and Behavior**, nº 29, p. 468-494, 1997.

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Floresta Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília: MMA/SBF, 2005.

CREMER, M. J. O Estuário da Baía da Babitonga. *In*: CREMER, M. J.; MORALES, P. R. D.; OLIVEIRA, T. M. N. (Orgs.). **Diagnóstico Ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville/SC: UNIVILLE, 2006. 256p.

CREMER, M. J. **Ecologia e conservação de *Sotalia fluviatilis guianensis* (Cetacea: Delphinidae) na Baía da Babitonga, litoral norte de Santa Catarina**. 2000. 226p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, São Paulo.

CRISTOFOLINI, N. J. **Desenvolvimento socioeconômico de Joinville/SC e a ocupação dos manguezais do bairro Boa Vista**. 332f. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina.

CRUZ, G. T. D. **Fundamentos teóricos das ciências humanas: história**. Curitiba: IESDE, 2003.

CUNHA, R. D. A.; OLIVEIRA, O. M. G. O SIG como ferramenta de análise da paisagem: o caso do mangue no bairro de São Domingos em Ilhéus-BA. **Paisagem e Ambiente: ensaios**. N. 24, p. 39-48, São Paulo, SP. 2007. Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/85675/88436>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

DAMETTO, J.; ESQUINSANI, R. S. S. Mãe, mulher... professora! Questões de gênero e trabalho docente na agenda educacional contemporânea. **Acta Scientiarum**. Human and social sciences. Maringá, v. 37, n. 2, p. 149-155, july-dec., 2015. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/27127/pdf_52. Acesso em 12 out 2016.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELPHIN, C. F. M. O Patrimônio Natural no Brasil. *In*: FUNARI, P. P. A; PELEGRINI, S. C. A; RAMBELLI, G. **Patrimônio cultural e ambiental** – questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume. Fapesp, Campinas: Nepam, 2009. 246p.

DIAS, M. C. **O Patrimônio na pauta do dia – a construção de representações sobre o caso do “Bar Tigre” e da “Casa amarela” na imprensa escrita de Joinville**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). 151 f. 2016. Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Joinville, SC.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB – USP. 2. ed. 1998.

DIEGUES, A. C. A Alternativas de Desenvolvimento em ecossistemas estuarinos.. *In: Seminário Alternativo de Desenvolvimento: Pesca, coleta e cultivo*, São Paulo, 1976. São Paulo. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento v. 1. p.229- 238. 1977.

DIEGUES, A. C. Comunidades humanas e os manguezais do Brasil. In: CPRH. Alternativas de uso e proteção dos manguezais do Nordeste. Recife, Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração do Recursos Hídricos. **Série Publicações Técnicas**, No 003, 38-45. 1991.

DIEGUES, A. C. Conservação e desenvolvimento sustentado de ecossistemas litorâneos no Brasil, 1987, pp. 196-243. *In: Simpósio sobre Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira: síntese dos conhecimentos*. Anais, 3 v., ACIESP, São Paulo, 1987. 363p.

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB – USP. 3. ed. 2000.

DOUROJEANNI, M. J. Vontade política para estabelecer e manejar parques. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. Cap. 23, p. 347-362.

FARIAS, R. L. **As representações sociais do parque municipal da boa esperança, em Ilhéus, Bahia, pela comunidade do seu entorno**. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.

FERNANDES, A. **Fitogeografia brasileira: províncias florísticas**. Realce, Fortaleza, 2006.

FERRARI, C. P. **A contribuição da Teoria das Representações Sociais para o estudo do Patrimônio Cultural – o exemplo da Ilha da Rita/SC**. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade), Universidade da Região de Joinville, Joinville, Santa Catarina.

FICKER, C. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Letradágua, 2008.

FIGUTI, L. Estórias de Arqueopescador. **Revista de Arqueologia**, v.11, p. 57-70, São Paulo, 1998.

FINDLAY, E. Colonizadores, lavradores e colonos na formação da pequena propriedade no nordeste catarinense. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 2013. **Anais...** Natal, 2013.

FLEURY, L. C; ALMEIDA, J. P. A conservação ambiental como critério de relações entre grupos e valores: representações e conflitos no entorno do Parque Nacional das Emas,

Goiás. **Ambiente e Sociedade**. v.12, n.2, Campinas, 2009.

FOUCAULT, M. **O Que é um autor?**. Lisboa: Vega/Passagens, 1992.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE - IPPUJ. **Joinville Cidade em Dados 2015**. Prefeitura Municipal de Joinville - PMJ. Joinville. 2015.180 pág. Disponível em: <https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/305-Joinville+Cidade+em+Dados.html>>. Acesso em 12 set. 2015.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE - IPPUJ. **Joinville bairro a bairro**. Prefeitura Municipal de Joinville - PMJ. Joinville. 2015. 106p. Disponível em: <https://ippuj.joinville.sc.gov.br/conteudo/30-Bairro+a+Bairro.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE - IPPUJ. **Joinville bairro a bairro**. Prefeitura Municipal de Joinville - PMJ. Joinville. 2013. 192p. Disponível em: [file:///C:/Users/user.user1-PC/Downloads/5032c5de740e6eaa0923bb0b08a71321%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user.user1-PC/Downloads/5032c5de740e6eaa0923bb0b08a71321%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 set. 2015.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE - IPPUJ. **Joinville bairro a bairro**. Prefeitura Municipal de Joinville - PMJ. Joinville. 2009. 147p. Disponível em: [file:///C:/Users/user.user1-PC/Downloads/31f36c122580889621b1c8ad9884cd7b%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/user.user1-PC/Downloads/31f36c122580889621b1c8ad9884cd7b%20(4).pdf)>. Acesso em: 12 set. 2015.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Florestas: a Mata Atlântica**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.sosma.org.br/nossa-causa/a-mata-atlantica/>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. **Relatório Técnico**: Período 2011-2012. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

GIRELLI, F. **Um olhar sobre o manguezal**: as representações dos moradores do bairro Espinheiros numa perspectiva do Patrimônio Natural. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade), Universidade da Região de Joinville, Joinville, Santa Catarina.

GIULIETTI, A. M., RAYMOND, M. H., QUEIROZ, L. P. & WANDERLEY M. G. L., van den BERG, C. **Biodiversity and conservation of plants in Brazil**. *Conserv. biol.* N°19, vol 3, p.632-639, 2005.

GOMES, M. A. S. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí, Paco Editorial, 2013.

GONÇALVES, M. L.; FERRETTI, O. E.; ROCHA, S. A. **Caminhos e trilhas**: Joinville, São Francisco do Sul, Garuva, Itapoá, Campo Alegre. Joinville: Letradágua, 2004

GONÇALVES, M. L.; MAZZER, A. M. **Aspectos geomorfológicos da Baía da Babitonga, Santa Catarina, Brasil**: caracterização morfométrica. Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 12, nº 3. 2011.

GROSE, V. A. Avifauna em três unidades de conservação urbanas no município de Joinville, SC, Brasil. **Revista Atualidades Ornitológicas** on-line nº 175 – set/out. 2013. Disponível em: <http://www.ao.com.br/download/AO175_48.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2017.

GRUNER, C. **Leituras matutinas**: modernidade, utopias e heterotopias na imprensa joinvilense (1951-1980). 2002. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27087/D%20-%20GRUNER,%20CLOVIS.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 abr 2015.

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org.). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HERKENHOFF, E. **História da imprensa de Joinville**. Editora UFSC. 1998.

HERZ R. Manguezais do Brasil. São Paulo. Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo. 227 f, 1991.

HIDROTEC. Levantamento da ictiofauna da região da Baía de São Francisco, Rio Palmital e afluente Cubatão (SC). **Relatório Final**. Curitiba, 1995.

HOLZ, A. C. **Caracterização do ambiente acústico subaquático e uso de habitat pela toninha, *Pontoporia blainvillei*, na Baía da Babitonga, litoral norte de Santa Catarina, Brasil**. 2014. 76p. Dissertação (Mestrado em Saúde e Meio Ambiente) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, Santa Catarina.

IBAMA. Proteção e controle de ecossistemas costeiros: o manguezal da Baía da Babitonga. Brasília, IBAMA. **Coleção meio ambiente**. Série estudos de pesca, nº25. 1998.

IBGE. **Estimativa da população em 1.º de julho de 2016**. Diretoria de Pesquisas (DPE)/Coordenação de População e Indicadores Sociais (Copis). 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm. Acesso em: 12 jan 2017.

IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. 2 ed, IBGE, São Paulo, 2012.

JODELET, D. **Représentations sociales**: un domaine en expansion. In: D. JODELET (Org.). Les Représentations Sociales. Paris: PUF, 31-61.

JOINVILLE. **Agenda 21 Municipal**. 2ª Ed.1998.

JOINVILLE. **Decreto nº 11.734, de 11 de março de 2004a.** Cria o Parque Natural Municipal da Caieira. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/decreto/2004/1174/11734/decreto-n-11734-2004-cria-o-parque-natural-municipal-da-caieira>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

JOINVILLE. **Decreto nº 11.760, de 18 de março de 2004b.** Homologado o tombamento, como Patrimônio Histórico, Arquetônico, Arqueológico e Ambiental do Município de Joinville “Complexo Caieira”. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/decreto/2004/1176/11760/decreto-n-11760-2004-homologa-o-tombamento-do-complexo-ambiental-e-arqueologico-da-caieira-2004-03-18-versao-original>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

JOINVILLE. Fundação Municipal do Meio Ambiente. **Projeto do plano de manejo do parque natural municipal da Caieira.** Joinville: FUNDEMA, 2005.

JOINVILLE. **Joinville:** Primeiros habitantes. Prefeitura Municipal, Fundação Cultural, Museu Arqueológico de Sambaqui. – Itajaí: Casa Aberta, 2010.

JOINVILLE. **Lei ordinária nº 2815 de 30 de abril de 1993.** Cria o bairro Adhemar Garcia e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/1993/282/2815/lei-ordinaria-n-2815-1993-cria-o-bairro-adhemar-garcia-e-da-outras-providencias?q=adhemar%20garcia>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

KELLERT, S. Attitudes, Knowledge, and Behavior Toward Wildlife Among the Industrial Superpowers: United States, Japan and Germany. **Journal of Social Issues**, Vol.49, No. 1, p. 53-69, 1993.

KELLERT, S. **Ordinary nature:** the value of exploring and restoring nature in everyday life. Proceedings 4th Internacional Urban Wildlife Symposium. Shaw et al., Eds. 2004. Disponível em: <<https://extension.arizona.edu/sites/extension.arizona.edu/files/pubs/snr07041b.pdf>>. Acesso em 20 abr 2016.

KELLERT, S. The contributions of wildlife to human quality of life. In D. J. D. and G. R. G., editors. **Valuing wildlife:** economic and social perspectives. P. 143 - 153. Colorado: Westview Press, 1987.

KELLERT, S. **The values of life.** Biological diversity and human society. of four domains of predictors. *Environment and Behavior*, Vol. 21, No. 5, p. 509- Washington, D.C: Island Press/Sheanvater Books, 1996.

KNIE, J. L. W. **Atlas ambiental da região de Joinville:** complexo hídrico da Baía da Babitonga. Joinville: FATMA/GTZ, 2002. 144 p.

KREIDLOW. R. In: A NOTÍCIA. Estimativa é de que Joinville tenha entre 11 mil e 12 mil casas em áreas ilegais. **Notícias sobre Habitação.** Publicada em 19 jul 2013. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2013/07/estimativa-e-de-que-joinville-tenha-entre-11-mil-e-12-mil-casas-em-areas-ilegais-4206423.html>>.

Acesso em: 15 jan. 2016.

KUO, F. E.; BACAIUCA, M.; SULLIVAN, W.C. Transforming inner city landscapes: trees, sense of safety, and preferences. **J. of Environment and Behavior**, nº 30(1), p. 28-59, 1998.

LACERDA, L. D. **Mangrove Ecosystems: function and management**. Heidelberg Springer's Verlag, v. 1, 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4. Ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEVIN, J.; FOX, J. A. **Estatística para ciências humanas**. 9. ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2011. 497 p.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**. n. 140, p. 44-53, 1932.

LINDEMANN-MATTHIES, P. The influence of educational program on children perception of biodiversity. **The Journal of Environmental Education**. v. 33, No. 2, p. 22-31, 2002.

LO MONACO, G. LHEUREUX, F. Représentations sociales: théorie du noyau central et méthodes d'étude. **Revue électronique de Psychologie Sociale**, nº 1, p. 55-64, 2007.

LUCHIARI, M. T.P. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: LUCHIARI, M. T. P.;S, H. T.; SERRANO, C. (orgs). **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas, SP: Papirus, 2007.176p.

MACHADO, M. G. PRUB - Plano de Reestruturação Urbana do Bairro Adhemar Garcia. 1992. In: IPPUJ, **Pesquisa e Informação** – Biblioteca. Acervo – código 200.384. Cx. 1004.

MACIEL, N. C. Alguns aspectos da ecologia do manguezal. In: CPRH - Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração do Recursos Hídricos. **Série Publicações Técnicas**, Nº 003, p. 9-37. Recife, PE, 1991.

MACKEY, A P.; SMAIL, G. Spatial and temporal variation in letter fall of *lavicennia marina* (Forssk) Vierh. In: The Brisbane River, Queensland, Australia. **Aquat. Bot.** 52:133-142. 1995.

MARCONDES, S. **Brasil, amor à primeira vista: viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI**. São Paulo: Peirópolis, 2005. 337f.

MARTINS, M. L. R. **Moradia e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole**. 1. ed. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006

MATHYAS, A. M. **Histórias impressas de Joinville: estudo da historiografia e da influência da imprensa na escrita da história da maior cidade de Santa Catarina**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em História Cultural. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis – SC, 2007. Disponível

em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90317>. Acesso em 12 dez 2016.

MELO Jr, J. C. F. **Plasticidade fenotípica e diversidade funcional de comunidades florísticas em gradiente edáfico na restinga do Parque Estadual do Acaraí, São Francisco do Sul/SC**. 2015. 186 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Conservação), Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente**: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 7ª ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MINAYO, M. C. S. O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica In: GUARESCHI, P. A; JOVCHELOVITCH, S. (Org). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORALES, P. R. D. Prefácio. In: CREMER, M. J.; MORALES, P. R. D.; OLIVEIRA, T. M. N (orgs.). **Diagnóstico ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville, SC: UNIVILLE, 2006. 256p.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSSRI, S.; PATÚ, G.; SOUSA, V. **Fim da Sunab deflagra disputa no governo**. Folha de São Paulo. Sessão Mercado. Publicado em 10 jun 1997. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/6/10/dinheiro/14.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE - MASJ. Diagnóstico arqueológico e paleoambiental como subsídio ao zoneamento e conservação do completo arqueológico caieira: Lagoa do Saguacú, Joinville/SC. **Relatório final**. Joinville, 2001.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE - MASJ. Monitoramento arqueológico do Parque Natural Municipal Caieira. **Relatório Final**. Joinville, 2007.

NIEHUES, V. D. **De agricultor a operário**: lembranças de migrantes. 2000. 251f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina.

NORA, P. (org.). **Les lieux de memoire**. 3º vol. Paris: Gallimard, 1984.

PACHECO, M. B.; PEREIRA, J. C. C. **O ensino de história nas séries iniciais**. Unicamp: 2016. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/files/VOvTHqqQ.pdf. Acesso em nov 2016.

PANITZ, C. M. N. **Manguezais de Santa Catarina (Limite Austral)**: Estrutura, Função e Manejo. Trabalho apresentado ao Departamento de Biologia da UFSC no Cone. Publ. na classe de Prof. Titular UFSC, Florianópolis, SC. 175p. 1993.

PANITZ, C. M. N. **Produção e decomposição de serapilheira no manguezal do rio**

Itacorubi, Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. 601p. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, de São Carlos, São Paulo, 1986.

PIMENTEL, D. S. **Os “parque de papel” e o papel social dos parques**. 2008. 251 f. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo.

PINTO, L. P.; BRITO, C. W. **Dinâmica da perda da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira: uma introdução**. Belo Horizonte: SOS Mata Atlântica/Conservação Internacional do Brasil, 2005.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: Editora Planta, 2001.

PROBIO - PROJETO DE CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA BRASILEIRA. **Áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/SBF, 2003.

PROCHNOW, M.; SCHÄFFER, W. B. **A Mata Atlântica e Você**. Apremavi, Brasília, p.12-13, 2002.

ROCHA, I. O. Considerações sobre pressões socioeconômicas na Baía da Babitonga. In: Anais da I Jornada de Estudos Ambientais Brasil-Alemanha: Babitonga 2000: preservação com qualidade = Jahrbuch der Ersten Umweltstudienrunde Brasilien – Deutschland: **Babitonga 2000: umweltschutz mit qualitat** – Joinville, SC: UNIVILLE, 2002, 90p.

ROCHA, S. **A valorização da paisagem natural protegida em área urbana: Parque Municipal do Finder, Joinville (SC)**. 2005. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

ROCHA, S. **O Parque Municipal Morro do Finder como espaço de turismo e lazer**. Joinville, 2004. Trabalho de conclusão de curso.

RONCAGLIO, C. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 111-128, jan./jun. 2009.

ROSA, R. O. Morfologia: morfoestruturas e unidades geomorfológicas. In: KNIE, J. L. W. (org.). **Atlas Ambiental da Região de Joinville: complexo hídrico da Baía da Babitonga**. Florianópolis: FATMA/GTZ, 187p., 2002.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTANA, N. A. A Baía da Babitonga no contexto regional: aspectos ambientais e socioeconômicos. In: Anais da I Jornada de Estudos Ambientais Brasil-Alemanha:

Babitonga 2000: preservação com qualidade = Jahrbuch der Ersten Umweltstudienrunde Brasilien – Deutschland: Babitonga 2000: umweltschutz mit qualitat – Joinville, SC: UNIVILLE, 2002, 90p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 3.ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1999.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. *In: O espaço em questão.* São Paulo: Marco Zero – AGB, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização:** do Pensamento Unico a Consciencia Universal. 9. ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 2002.

SANTOS, S. J. B. *et al.* A importância do ensino de história local dentro da disciplina de história para a formação da identidade dos alunos. **XIII Jornada de ensino, pesquisa e extensão** – JEPEX 2013 – UFRPE: Recife, 09 a 13 de dezembro. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/2013/cd/resumos/R1538-1.pdf>. Acesso em ago 2016.

SCARANO, F. R. Structure, function and floristic relationships of plant communities in stressful Habitats to the brazilian atlantic rainforest. **Annals of Botany** 90: 517-524, 2002.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Manguezal, marisma e apicum (Diagnóstico Preliminar). In: Fundação Bio-Rio et al. (Org.). **Avaliações e ações prioritárias para conservação da biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha.** Brasília: MMA/SBF, 2002.

SCHÄEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezal:** Ecossistema entre a Terra e o Mar. Caribbean Ecological Research São Paulo, 64p, 1995.

SCHÄEFFER-NOVELLI, Y. **Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal.** Publicação Esp. Inst. Oceanogr., S. Paulo, (7),. P. 1-16, 1989.

SCHWARZ, M. L. **As Representações de Crianças e Adolescentes da Biodiversidade de Mata Atlântica na Região de Joinville (Santa Catarina - Brasil).** 2007. 272f. Tese (Doutorado em Geografia) – Université de Montréal, Canadá.

SILVA, J. M. C.; CASTELETI, C. H. M. **Estado da biodiversidade da Mata Atlântica brasileira.** Belo Horizonte: SOS Mata Atlântica/Conservação Internacional, 2005.

SILVA, M. C. M.; CUNHA, S. R.; NASCIMENTO, F.; LIMA, B. G. & COSTA, C. S. B. Aspectos estruturais dos manguezais da Baía de Babitonga, SC. **Anais do XLIX Congresso Nacional de Botânica.** 463p. 1998.

SILVA, S. M. Diagnósticos das restingas do Brasil. *In: Anais do Workshop de Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha,* Porto Seguro, p. 30, 1999.

SILVA, V. M.; SILVA, B. T. B. Percepção ambiental da comunidade do entorno do Parque Natural Municipal Barão de Mauá, município de Magé, RJ. **Anais – Uso público**

em Unidades de Conservação, n.1, v. 1, Niterói, RJ, 2013.

SILVEIRA, W. N.; *et al.* **História das inundações em Joinville: 1851 – 2008.** Curitiba: Ed. Organic Trading, 2009. 153p.

SOUZA, L. A. **O processo de ocupação das áreas de mangues em Joinville: agentes, estratégias e conflitos.** 127f. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

SPERFELD, A. S. **Identificação e análise de demandas sócio-ambientais de ordem pública em áreas urbanas suscetíveis a desastres naturais no município de Joinville, Santa Catarina.** 2009. 142f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, Arquitetura e História das Cidades). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis, Santa Catarina.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: Uma metodologia de análise das representações sociais. *In:* GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs) **Textos em representações sociais.** 5ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

STREY, M. N. Gênero: *In:* STREY, M. N. et al. **Psicologia Social Contemporânea:** livro texto. Petrópolis: Vozes, 1998.

SUGIYAMA, M. Estudo de florestas da restinga da Ilha do Cardoso, Cananéia, São Paulo, Brasil. **Boletim do Instituto de Botânica**, v. 11, p. 119-159, 1998.

TAMANINI, E. **Museu Arqueológico de Sambaqui:** um olhar necessário. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville.** Joinville: Meyer, 1986.

TREIN, L. E. Baía da Babitonga: um grande estuário circundado por manguezais. *In:* KNIE, J. L. W. (org.). **Atlas Ambiental da Região de Joinville:** complexo hídrico da Baía da Babitonga. Florianópolis: FATMA/GTZ, 187p.2002.

TUAN, Y. F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UNIVALI & FACIMAR. Estudo integrado da Baía de Babitonga. **Projeto.** 1994. 115p.

VALLEJO, L. R. **Políticas públicas e conservação ambiental:** territorialidade em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ). 2005. 342f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro.

VELOSO, H. P.; OLIVEIRA-FILHO, L. D.; VAZ, A. M. S. F.; LIMA, M. P. M.; MARQUETE, R.; BRAZÃO, J. E. M. **Manual técnico da vegetação brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 93p.

VICTOR *et al.* **Cem anos de devastação revisitada 30 anos depois.** Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas: Mauro Antonio Moraes

Victor...[et al]. Brasília: MMA, 2005. 72p.

VIEIRA, V. **A gestão pública municipal no desenvolvimento do turismo nas áreas legalmente protegidas de Joinville (SC)**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.

WARKENTIN, M.; MOUGA, D. M. D. S.; BARBOSA, R. N.; SANTOS, A. K. G.; FERRETI, V.; BARAN, T. B. M.; DEC, E. Diversidade de abelhas em área de ecótono para manguezal em estação quente em SC. **Anais XI Congresso Nacional de Meio ambiente de Poços de Caldas** – Minas Gerais. 2014.

XAVIER, R. Social representation and ideology: interchangeable concepts?. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em jul 2015.

ZANIRATO, S. H. Os usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Revista Patrimônio e Memória**, UNESP-FCLAs-CEDAP, v. 5, n. 1, p. 137-152, out. 2009.

ZANIRATO, S. H. **Patrimônio Cultural e Sustentabilidade**. Joinville: UNIVILLE, 2016. (comunicação oral).

ZERGER, G. F. **Caieiras de Araquari e entorno**: inquietações de um patrimônio. 2013. 149f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville, Joinville, Santa Catarina.

ZIBETTI, M. L. T.; PEREIRA, S. R. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educação em Revista**, n. spe2, p. 259-276, 2010.

RECORTES DE JORNAIS – ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE **Bairro Adhemar Garcia**

A NOTÍCIA. Ademar Garcia faz série de pedidos. Publicada 14 mai 1995. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

A NOTICIA. Alguns moradores do Adhemar Garcia reclamam ação já – eles negam a importância de se criar bairro para melhorias acontecerem. Publicada 06 mai 1993b, p. 9. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

A NOTÍCIA. Buracos afetam o Ademar Garcia – asfalto de todas as ruas do bairro está deteriorado. Publicada 27 nov 1995. Texto de: Não Identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

A NOTÍCIA. Conjunto Adhemar Garcia reclama de saneamento – esgoto entupido provoca mau cheiro e cria mosquitos, segundo os moradores. Publicada 17 nov 1993c. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

A NOTÍCIA. Conjunto da Cohab deve ficar pronto em março. Publicada em 27 jul 1985a. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

A NOTÍCIA. Conjunto deve virar bairro em Joinville. Publicada 18 abr 1993b, p. 01 e 09. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

A NOTÍCIA. Falta de água atinge famílias da zona sul. Publicada 29 mar 1994, p. 9. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

A NOTÍCIA. Freitag não sabe qual vantagem de se criar bairro – transformar o “Ademar Garcia” em bairro é uma proposta comunitária. Publicada em 21 abr 1993a, p. 9. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

A NOTÍCIA. Moradores de conjunto exigem melhoramentos. Publicada 19 jan 1987b. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

A NOTÍCIA. Moradores do Adhemar Garcia sem água desde sábado – produto que já era raro nas torneiras agora chega somente à uma da madrugada para desespero das donas de casa. Publicada 20 fev 1997. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

A NOTÍCIA. Prefeitura quer da Cohab garantias para conjunto – conservação desde 83 sem qualquer solução. Publicada 21 nov 1985b. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

A NOTÍCIA. Rede de esgoto degrada vida em núcleo da Cohab. Publicada ?/?/1985c, p. 5. Texto de: Não identificado. Disponível em: AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

ALVES, V. Moradores se unem pelo desenvolvimento – bairro deixou de pertencer aos limites do Jarivatuba em 93 e prosperou bastante. Publicada 16 abr 2000, p. D6 e D7. (morador do Adhemar Garcia). **A Notícia**. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

AN CIDADE. Infra-estrutura é problema no Adhemar Garcia – falta de água nas torneiras e a má conservação nas vias de acesso são motivos de queixas dos moradores do conjunto. Publicada 01 out 1997. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

ASSUNÇÃO, L. F. O conjunto que virou bairro – associação canalizou as reivindicações do bairro. AN Cidade. Publicada em 12 jan 1997, p. D6 e D7. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

BINDERMAN, M. Conjunto habitacional vira bairro. Publicada 02 jul 2006, p. 1 e 9. A Notícia. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

CAMILO, A. Associação fortalece luta de moradores em Joinville – conjunto Adhemar Garcia ainda continua abandonado. A Notícia. Publicada 12 jun 1987. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

EXTRA. Prefeitura quer garantias da Cohab ao novo conjunto. Publicada em 21 nov 1985a, p.4. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

EXTRA. Prefeitura vai liberar as 250 casas da Cohab. Publicada 22 nov 1985b, p. 4. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

GROTH, M. Associação traça perfil do bairro – pesquisa oferece subsídios para novas metas no Adhemar Garcia – ruas do conjunto são apelidadas de “queijo suíço”. A Notícia. Publicada 02 dez 1998, p. F2. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

HORN, C. Criação do bairro Adhemar Garcia (charge). O conjunto que virou bairro. AN Cidade. Publicado em 12 jan. 1997, p. D6, D7. Texto de: Luis Fernando Assunção. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Habitação: problema que se agrava a cada dia. Publicada 22 jun 1987a. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Mangues – Invasão.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Reclamações – Falta de água no Ademar Garcia. Publicada em 08 dez 1987b, p. 14. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

KREIDLOW. R. A Notícia. Estimativa é de que Joinville tenha entre 11 mil e 12 mil casas em áreas ilegais. Publicado em 19 jul 2013. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2013/07/estimativa-e-de-que-joinville-tenha-entre-11-mil-e-12-mil-casas-em-areas-ilegais-4206423.html>. Acesso em 17 abr 2016.

MACHADO, P. Conjunto “Adhemar Garcia” com problemas de infra-estrutura – falta água, as ruas estão intransitáveis e a rede de esgoto escorre livremente em algumas quadras. A Notícia. Publicada 22 dez 1987a, p. 5. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

O ESTADO DE SC. Prefeitura de Joinville não dá alvará para conjunto da Cohab. Publicada 21 nov 1985, p.5. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

POERNER. Problemas de saneamento (charge). Conjunto “Adhemar Garcia” com problemas de infra-estrutura – falta água, as ruas estão intransitáveis e a rede de esgoto escorre livremente em algumas quadras. A Notícia. Publicada 22 dez 1987, p. 5. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

TERNES, A. Moradores se unem pelo desenvolvimento – bairro deixou de pertencer aos limites do Jarivatuba em 93 e prosperou bastante. A Notícia, p. D7. Publicada em 16 mar 2000. Texto de: Não identificado. Disponível em AHJ: Bairros de Joinville: Adhemar Garcia.

Parque Natural Municipal Caieira

A NOTÍCIA. Caieiras será aberto em setembro – descoberta de sambaqui atrasou obras em parque. Publicada 19 jun 2003, p. 7. Texto de: Não identificado. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira .

A NOTÍCIA. Definida empresa para obra no Parque Caieira – obra fica pronta em 4 meses. Publicada 04 out 2002, p. 6. Texto de: Não identificado. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira .

A NOTÍCIA. Joinville ganha espaço de lazer. Publicada 31 ago 2000, p. E6. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira. Texto de: não identificado.

A NOTÍCIA. Parque Caieira resgata patrimônio histórico, cultural e ambiental de Joinville. Publicada 16 mar 2004. AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira. Texto de: Não identificado. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira .

DIÁRIO CATARINENSE. PMJ lança novo edital do Parque Caieiras. Publicada 30 ago 2002, p. 36. Texto de: Não identificado. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira .

FERRI, R. G. Joinville vai ganhar Parque Caieiras – primeira etapa da obra, numa área de 1,3 milhão de metros quadrados, fica pronta em 6 meses. Diário Catarinense. Publicada 30 out 2002. Disponível em: : AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira.

HERBST, R. Joinvilense ganha acesso a patrimônio ambiental – Parque da Caieira, com 1,27 milhão de metros quadrados, será inaugurado amanhã, no Ademar Garcia. Visitante vai conhecer vestígios da história. A Notícia. Publicada 19 mar 2004, p. 08 e 09. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira .

JORNAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (SAMA). Assinada ordem de serviço no Parque Caieira – primeira etapa das obras do parque devem ficar prontas em 2003. Publicada ? nov 2002, p.3. Texto de: Não identificado. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira .

JUNGES, L. S. Retomado projeto ambiental – antes de renunciar, Luiz Henrique da Silveira garantiu o andamento do processo de construção do Parque Caieira. A Notícia. Publicada 05 abr 2002, p. 11. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira.

MIGLIORINI, M. R. A Notícia. Parque Caieiras. MORRIESEN, C. (edição e coordenação) *et al.* Minha história, meu patrimônio. Publicada 05 jul 2014. Disponível: <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_especiais_patrimonio/caieiras/projeto.html>

RIGOTTI, G. Joinville vai ganhar mais um parque – incentivo à preservação. A Notícia. Publicada 23 mar 2004. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira .

RIGOTTI, G. Parque da Caieira vai sair do papel – primeira etapa da obra deve ser entregue em seis meses. Projeto prevê mirante com 13 m de altura. A Notícia. Publicada 31 jul 2003, p. 16. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira .

RODRIGUES, L. Reserva natural da Caieira, a nova atração. Diário Catarinense.

Publicada 22 mar 2004, p. 25. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira .

VARGAS, D. M. Justiça quer apressar a criação de Parque Municipal – proposta de uso racional da área ainda não saiu do papel – PMJ não tem verba para investir. A Notícia. Publicada 05 fev 2002a, p. 10. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira.

VARGAS, D. M. Município tem 30 dias para mostrar projeto de Parque – início de obras no Caieiras está previsto para este semestre. A Notícia. Publicada 16 fev 2002b, p. 10. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira.

VARGAS, D.M. Sonho de ambientalistas começa a sair do papel – neste sábado será lançada a pedra fundamental de um parque de 1,3 milhão de metros quadrados. A Notícia. Publicada 08 jun 2001, p. 01. Disponível em: AHJ: Parques e Praças: Parque Caieira.

Imagens

GoogleEarth. TerraMetrica. Dados do mapa 2016 Google

Martins, L. Mapa político de Santa Catarina. Disponível em <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/atlas/AtlasBranco.pdf>. Acesso em 12 jun 2015.

MORRIESEN, C. *et al.* Parque Caieiras. A Notícia. MORRIESEN, C. (edição e coordenação) *et al.* Minha história, meu patrimônio. Publicada 05 jul 2014. Disponível: http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_especiais_patrimonio/caieiras/projeto.html

Projeto Toninhas/Univille.

Secretaria de planejamento, orçamento e gestão/PMJ. 2007. Base cartográfica do perímetro urbano de Joinville. Escala 1:1.000 e 1:200. Executado por: Aeroimagem Engenharia e Aerolevanteamento, 2007. Adaptado pela autora.

SIMGeo Joinville. Disponível em <https://ippuj.joinville.sc.gov.br/conteudo/38-SimGEO.html>. Acesso em 20 jul 2015.

APENDICE I

QUESTIONÁRIO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL CAIEIRA EM JOINVILLE - SC

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que objetiva estudar as Representações Sociais sobre o Parque Natural Municipal Caieira (Parque Natural Caieira, Parque Caieira) em Joinville, a partir da comunidade do bairro Adhemar Garcia. Sua colaboração é anônima e confidencial. Não há respostas certas ou erradas, o que existem são pensamentos sobre o assunto, por isso, ao responder, siga as seguintes orientações:

Seja o mais sincero possível;

Assinale UMA resposta que considerar mais adequada ou correta com um x;

Assinale uma resposta.

1- Gênero

Masculino Feminino

2- Idade

18 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos
 51 a 60 anos 61 a 70 anos acima de 70 anos

3- Naturalidade

Joinville Outra cidade. **Qual?** _____

4- Se você não é natural de Joinville, aponte o motivo que o fez mudar para a cidade:

5- O seu tempo de residência em Joinville é:

de 1 a 10 anos de 11 a 20 anos de 21 a 30 anos de 31 a 40 anos 41 anos ou mais

6- Escolaridade

Ensino Fundamental
 Ensino Médio
 Ensino Superior incompleto
 Ensino Superior completo
 Pós-graduação Lato Sensu/Especialização
 Mestrado
 Doutorado

7- A sua ocupação atual é:

Assalariado Estudante Empresário Aposentado Dona de casa
 Desempregado Funcionário público Autônomo Outro.
Qual? _____

8- Seu conhecimento sobre a história do Parque Natural Caieira pode ser considerado:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

9- O meio pelo qual você mais aprendeu sobre o Parque foi:

() Jornais/Revistas/Livros/Guias turísticos

() Ensino fundamental, médio ou superior

() Internet

() TV

() Visitando o Parque Natural Caieira

() Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ)

() Outro. **QUAL?** _____

10- Defina em três palavras, tudo que lhe vêm em mente quando falamos no Parque Natural Caieira e explique cada uma delas.

Palavra 1: _____

Justificativa: _____

Palavra 2: _____

Justificativa: _____

Palavra 3: _____

Justificativa: _____

11- Sendo morador do bairro Adhemar Garcia, com que frequência vai ao Parque Natural Caieira?

() Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Raramente () Nunca () Não conheço o Parque, mas já ouvi falar dele.

12- Você conhece outros Parques de Joinville? () Sim () Não. QUAIS?

13- Você frequenta outros Parques de Joinville?

() Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Raramente () Nunca.

14- Já ouviu falar em Unidades de Conservação?

() Sempre () Várias vezes () Algumas vezes () Raramente () Nunca

15- Você já visita Unidade de Conservação em Joinville?

() Sim () Não. **QUAIS?**

16- O Parque Natural Caieira é um patrimônio?

() Sim () Não. **POR QUE?**

17- O que você considera patrimônio no Parque Natural Caieira.

() Oficinas líticas () Sambaqui () Lagoa do Saguacú () Outro

() Manguezal () Restinga () Árvores

() Animais () Fornos antigos () Todas as alternativas

QUAL? _____

18- Você já ouviu falar sobre Patrimônio Natural?

() Sempre () Várias vezes () Algumas vezes () Raramente () Nunca

19- Você já ouviu falar sobre Patrimônio Arqueológico e Histórico?

- Sempre Várias vezes Algumas vezes Raramente Nunca

20- Você já ouviu falar sobre Patrimônio Cultural?

- Sempre Várias vezes Algumas vezes Raramente Nunca

21- Quem deve atuar na preservação do Parque Natural da Caieira?

- Prefeitura/SEMA/MASJ – órgão municipal.
 Empresas.
 Comunidade do bairro Adhemar Garcia.
 FATMA – órgão estadual.
 IPHAN – órgão federal.
 IBAMA – órgão federal
 Todos.
 Ninguém.
 Outro. **QUEM?** _____

22- Por que preservar o Parque Natural Caieira?

- Beleza das paisagens, que agrada ao morador.
 Turismo é bom para a cidade.
 Preservação da História local.
 Preservar a Natureza.
 Faz bem para a saúde humana.
 É uma opção de lazer.
 Outro. **POR QUE?** _____

23- Como avalia a atenção que o governo municipal dá para o Parque Natural Caieira ?

- Ótima.
 Está bom assim, mas poderia ser melhor
 Mais ou menos
 Pouca.
 Nenhuma.
 Não sabe dizer.

24- Na sua opinião, o que poderia ser feito no Parque Natural Caieira?

- Parque temático.
 Museu.
 Playground/quadras esportivas
 Trilhas.
 Deixar como está
 Projetos educativos (ambiental e patrimonial).
 Restaurante/lanchonete/bar
 Outro. **O QUE?** _____

25- Qual seria o resultado?

- Desenvolvimento para a região e envolvimento da população.
 Atrairia mais visitantes
 Bagunça por causa do turismo.
 Não vai dar certo.
 Não tem ideia.
 Vandalismo
 Seria mais atrativo

() Outro. **QUAL?** _____

26 – Você gostaria que o mirante do Parque fosse refeito?

() sim () não. **PORQUE?** _____

27- Se fosse desenvolvido algum projeto no Parque, você se envolveria?

() Sim () Não () Depende do projeto

28- Como acha que as futuras gerações se relacionarão com o Parque Natural Caieira?

() Vão preservar e desenvolver ainda mais atividades nele.

() Não vão achar relevante a preservação.

() Vão apenas dar continuidade no que for criado agora

() Irão conseguir dinheiro com o turismo.

() Não sabe.

() O Parque vai acabar.

() Outro. **QUAL?** _____

29- Hoje as pessoas cuidam do Parque Caieira?

() Sempre () Várias vezes () As vezes () Raramente () Nunca

AUTORIZAÇÃO

Nome do autor: ANNA KELLY KRASSOTA

RG: 4.301.570

Título da dissertação: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PARQUE NATURAL MUNICIPAL CAIEIRA, A PARTIR DA COMUNIDADE DO BAIRRO ADHEMAR GARCIA - JOINVILLE (SC).

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 25 de ABRIL de 2017.



ANNA KELLY KRASSOTA

CPF: 072.977.339.62